

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**

SILVANA MARIA BATISTA

**A EVASÃO NO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE MATO GROSSO
DO SUL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE PERÍODO 2015 A 2020**

Campo Grande/MS
2021

SILVANA MARIA BATISTA

**A EVASÃO NO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE MATO GROSSO
DO SUL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE PERÍODO 2015 A 2020**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Bartolina Ramalho Catanante

Campo Grande/MS
2021

B337e Batista, Silvana Maria

A evasão no ensino médio na rede estadual de Mato Grosso do Sul no município de Campo Grande período de 2015 a 2020 / Silvana Maria Batista. – Campo Grande, MS: UEMS, 2021.

130 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Educação – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2022.

Orientadora: Prof.^a Dra. Bartolina Ramalho Catanante.

1. Ensino médio 2. Evasão escolar 3. Política educacional I. Catanante, Bartolina Ramalho II. Título

CDD 23. ed. - 372

SILVANA MARIA BATISTA

**A EVASÃO NO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE MATO GROSSO
DO SUL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE PERÍODO 2015 A 2020**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande – MS, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Formação de Educadores.

Aprovada em/...../2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Bartolina Ramalho Catanante (Orientadora)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof.^a Dr.^a Érika Porceli Alaniz (Titular)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof.^a Dr.^a Maria Dilnéia Espíndola Fernandes (Titular)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof.^a Dr.^a Jaqueline Daniela Basso (Suplente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof.^a Dr.^a Terezinha Pereira Braz (Suplente)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Campo Grande/MS

2021

*Aos meus pais Ovídio da Conceição Batista (in memórian)
e Eunice Campo Batista.*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus e às muitas mãos e mentes que contribuíram para a realização deste trabalho de forma preciosa, eficaz e eficiente tornando-o uma possibilidade para amparar outros estudos à cerca do tema proposto.

Sou grata a toda minha família em especial à minha mãe Eunice, mulher negra, forte, determinada que criou todos os filhos, possibilitando a formação acadêmica de cada um de nós... E também pelos terços, pelas conversas e pela experiência e carinho me dizendo todos os dias que desistir não é um verbo que as mulheres da nossa família conjugam ou conjugaram. Ao meu pai Ovídio, homem negro e forte por superar todos os limites e obstáculos de uma sociedade de forma silenciosa, porém presente em todos os momentos. Hoje a celebração é de vocês também.

Agradeço de maneira extraordinária à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Bartolina Ramalho Catanante, por me instruir, orientar à luz da realidade e assim guiando-me ao processo de crescimento e conhecimento.

Aos membros da banca, Prof.^a Dr.^a Erika Porcelis Alaniz e Prof.^a Dr.^a Maria Dilnéia Espíndola Fernandes que me acompanharam desde o início da minha qualificação e fizeram o meu tema reverberar ainda mais me apresentando a expressividade do Ensino Médio com contribuições valiosíssimas que fomentaram em mim uma determinação inigualável para aprofundar meus estudos sobre essa etapa de ensino.

Quero agradecer de maneira especial às professoras Léia Teixeira Lacerda e Maria Leda Pinto pelo carinho e dedicação como também a todos os meus amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do meu sonho.

Aprendi a abrir, a folhear, a ler o livro oculto em nós, o livro das metamorfoses do ser. Ele vos dirá o que fostes e o que sereis, ensinar-vos-á o maior dos mistérios, a criação do eu pelo esforço constante, a ação soberana que, no pensamento silencioso, faz germinar a obra, e segundo vossas aptidões, vosso gênero de talento, far-vos-á pintar as telas mais encantadoras, esculpir as mais ideais formas, compor as sinfonias mais harmoniosas, escrever as páginas mais brilhantes, realizar os mais belos poemas.

Léon Denis

RESUMO

A presente dissertação de mestrado — desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação – PROFEDUC, da Unidade Universitária de Campo Grande – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul — tem como objeto de estudo a Evasão Escolar no Ensino Médio das Escolas da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul - município de Campo Grande. O tema é relevante, pois trata de um fenômeno que ocorre em todo país e apresenta dificuldade em ser detectado, tendo em vista que demanda — entre outros aspectos relevantes — um acompanhamento individualizado, em uma perspectiva que implica detectá-lo no momento em que ocorre e porque ocorre, principalmente na última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio. O estudo apresenta como objetivo geral analisar a evasão escolar na etapa do Ensino Médio, das escolas públicas estaduais de Campo Grande, no período de 2015 a 2020, e está fundamentado teoricamente em uma concepção marxista da educação. Constitui-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa com análise sobre os dados disponíveis nos sites do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio (INEP) Ministério da Educação (MEC) e do Sistema de Gestão dos Dados Escolares – SGDE da Secretária de Estado de Educação SED/MS. Como a pesquisa envolve dados estatísticos utilizaremos os critérios da abordagem quantitativa que se fizerem necessários. A análise dos dados evidencia que os estudantes das escolas públicas de Campo Grande estão estudando mais, pois a evasão no período observado está em queda, como também a movimentação para a Educação de Jovens e Adultos, apresentando a necessidade do estudo do número de alunos que fazem a prova do Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos. De acordo com a evidência dessa alteração no comportamento dos estudantes, a evasão está começando a ter um movimento contrário ao que acontece em outras regiões do Brasil, tendo em vista que apresenta uma pequena queda em relação a outros estados. Entretanto, entendemos que mesmo com esse dado positivo, há necessidade de novos estudos, tendo em vista que encontramos também um número preocupante na taxa de reprovação, bem como a queda do número de alunos que procuram a Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: Ensino Médio, Evasão Escolar, Política Educacional.

ABSTRACT

The present master's thesis — developed in the *Stricto Sensu* Professional Master's Degree in Education - PROFEDUC, University Unit of Campo Grande - State University of Mato Grosso do Sul — has as its object of study the School Dropout in High Schools of the State Education Network of Mato Grosso do Sul - municipality of Campo Grande. The topic is relevant, as it deals with a phenomenon that occurs throughout the country and presents difficulty in being detected, considering that it demands — among other relevant aspects — an individualized follow-up, in a perspective that implies detecting it at the moment it occurs and why it occurs, mainly in the last stage of Basic Education, High School. The study has as a general objective to analyze school dropout in the high school stage, in state public schools in Campo Grande, from 2015 to 2020, and is theoretically based on a Marxist conception of education. It consists of a bibliographical and documentary research, with a qualitative approach with analysis of the data available on the websites of the National Institute of Educational Studies and Research Anísio (INEP) Ministry of Education (MEC) and the School Data Management System - SGDE that belongs to State Department of Education of Mato Grosso do Sul-SED/MS. As the research involves statistical data, we will use the criteria of the quantitative approach that are necessary. Data analysis shows that students from public schools in Campo Grande are studying more, as the dropout rate, in the observed period, is decreasing, as well as the movement towards Youth and Adult Education, presenting the need to study the number of students who take the National Youth and Adult Certification Exam. According to the evidence of this change in the behavior of students, dropout is starting to have a movement contrary to what happens in other regions of Brazil, in view of that it presents a small drop in relation to other states. However, we understand that even with this positive data, there is a need for further studies, given that we also find a worrying number in the failure rate, as well as a drop in the number of students who seek Youth and Adult Education.

Keywords: High School, Dropout, Educational Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo Ensino Médio.....	26
Figura 2 - Linha do tempo criada pela Gerência do Ensino Médio em Tempo Integral – 2003/2010.....	42
Figura 3 - Linha do tempo criada pela Gerência do Ensino Médio em Tempo Integral – 2011/2015.....	42
Figura 4 - Linha do tempo criada pela Gerência do Ensino Médio em Tempo Integral – 2016/2017.....	43
Figura 5 - Carga horária Tempo Parcial.....	46
Figura 6 - Carga horária Tempo Integral.....	46
Figura 7 - Índice de desenvolvimento da Educação Básica / EM.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Alunos do Ensino Médio por Cor/Raça.....	19
Tabela 2 - Número de alunos do Ensino Médio por faixa etária.....	62
Tabela 3 - Taxa de Evasão.....	65
Tabela 4 - Taxa de Abandono.....	66
Tabela 5 - Número de escolas.....	70
Tabela 6 - Número de turmas.....	71
Tabela 7 - Números de alunos do Ensino Médio.....	71
Tabela 8 - Como se identificam.....	72
Tabela 9 - Gênero e Cor/Raça sexo feminino.....	73
Tabela 10 - Gênero e Cor/Raça sexo masculino.....	74
Tabela 11 - Faixa Etária número de alunos do Ensino Médio.....	75
Tabela 12 - Número de docentes.....	75
Tabela 13 - Rendimento Escolar no Brasil.....	77
Tabela 14 - Rendimento Escolar na região Centro-Oeste.....	77
Tabela 15 - Rendimento Escolar no Mato Grosso do Sul.....	77
Tabela 16 - Rendimento Escolar em Campo Grande.....	78
Tabela 17 - Evasão e transição no Brasil.....	80
Tabela 18 - Evasão e transição na região Centro-Oeste.....	80
Tabela 19 - Evasão e transição em Mato Grosso do Sul.....	81
Tabela 20 - Evasão e transição em Campo Grande.....	81

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AJA	Avanço do Jovem na Aprendizagem
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEE	Conselho Estadual de Educação
CFOR	Centro de Formação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CFE	Conselho Federal de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários da Educação
COINGE	Coordenadoria de Informações Gerenciais
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
DF	Distrito Federal
EAD	Educação a Distância
EC	Emenda Constitucional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação Competências de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMTI	Ensino Médio de Tempo Integral
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino da Educação Básica e da Valorização do Magistério
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério
FUNDECT	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
GT	Grupo de Trabalho
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MS	Mato Grosso do Sul
PROFEDUC	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> Mestrado Profissional em Educação
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEE	Plano Estadual de Educação
PLANURB	Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano
OIT	Organização Internacional do Trabalho
REE	Rede Estadual de Ensino
SED	Secretaria de Estado de Educação
SEGOV	Secretaria de Estado de Governo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGDE	Sistema de Gestão de Dados Escolares
TICS	Tecnologias da Informação e Comunicação
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A TRAJETÓRIA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	25
1.1 Os Caminhos Percorridos.....	25
1.2 Novos Cenários Terra de Heroís.....	31
1.3 Ensino Médio Como Etapa Final da Educação Básica	36
1.4 Aplicabilidade da Lei 13415 na Rede Estadual de Mato Grosso do Sul	41
2. ESTUDAR E/OU TRABALHAR QUE CAMINHO SEGUIR	48
2.1 Educação, Trabalho e Sociedade.....	48
2.2 A Necessidade de Trabalhar e Estudar	55
2.3 A Evasão e o Seus Significados.....	58
3. O RETRATO DA EVASÃO NO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL – 2015 A 2020 NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE.....	69
3.1 O Retrato da Evasão nas Escolas da Rede Estadual de Campo Grande	69
3.2 Análise de Dados da Evasão.....	76
3.3 Ações realizadas pela Rede Estadual para Enfrentamento da Evasão	83
3.3.1 Projeto Avanço do Jovem na Aprendizagem - AJA.....	844
3.3.2 Educação de Jovens e Adultos – EJA EAD	855
CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A – PROJETO DE INTERVENÇÃO	101
ANEXO A – SLIDES NOVO ENSINO MÉDIO	105
ANEXO B - SITES DA SED	130

INTRODUÇÃO

Entender o movimento da evasão escolar em Campo Grande, nasce da curiosidade da pesquisadora em querer investigar o que leva os jovens do Ensino Médio regular a evadir-se da escola e esta incógnita não pode ser respondida somente com um olhar. Diante da constatação de que seriam fundamentais vários olhares para que pudéssemos entender esse movimento, lançamo-nos nesta pesquisa.

A evasão é a junção de vários fatores que perpassam todas as áreas que compõem a sociedade: educação, economia, saúde, justiça, entre outros e o Ensino Médio regular é a fase em que a juventude predomina e principalmente aquela que tem ligação direta com o trabalho, seja pela necessidade do próprio jovem ou pela de sua família. Dessa maneira, a educação e o trabalho estão e estarão sempre provocando a redução de matrículas nesse nível de ensino em âmbito nacional.

A educação é direito de todos os cidadãos brasileiros, isso é fato e está garantida na Constituição que rege o país, no entanto, é possível notar que ainda não existe uma prática efetiva, dado que no Brasil há muitas nuances que permeiam o campo educacional:

A declaração do direito à educação parte da ideia de que todos têm direito a ela, admitindo-se, entretanto, que a diferença na sua oferta, ainda que possa existir, deva ser a menor possível. Ao se declarar que todos têm direito à educação, parte-se da ideia de que há uma igualdade subjacente à declaração: a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sendo a responsabilidade do Estado buscá-la incessantemente nas políticas públicas. Assim, todas as circunstâncias que permitam a desigualdade na garantia desse direito devem ser evitadas, por contrariarem a própria ideia de direito. (OLIVEIRA, 2012, p. 32).

De acordo com o autor o direito à educação está garantido na Constituição Federal de 1988, que explicita o dever do Estado com a Educação Básica para todos (Art. 208). Essa garantia se ampliou com a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que estendeu a obrigatoriedade para o período dos quatro aos 17 anos, contemplando o Ensino Médio regular.

Nesse hiato que compreende as políticas públicas e o financiamento, encontra-se um problema seríssimo que afeta justamente o estudante que está no Ensino Médio regular das escolas públicas, principalmente em relação à evasão escolar, tendo em vista que o jovem que tem entre 15 e 17 anos e deveria estar frequentando o Ensino Médio, encontra-se fora da escola por muitos motivos. Destacam-se, entre eles, os fatores internos associados ao desenvolvimento psíquico do educando, bem como os fatores externos de

natureza socioeconômica, especificamente na escola pública, onde percebe-se, muitas vezes, que os jovens veem-se obrigados a optar por trabalhar em lugar de estudar (BATISTA et al, 2009, p. 2).

Diante dos estudos e afirmativa destes autores, como também do discurso oficial surge um questionamento essencial que é entender a razão de não existir um investimento viável para essa etapa da Educação Básica, sabendo que a mesma é preeminente para o desenvolvimento do país.

Para alcançar o pleno desenvolvimento, o Brasil precisa investir fortemente na ampliação de sua capacidade tecnológica e na formação de profissionais de nível médio e superior. Hoje, vários setores industriais e de serviços não se expandem na intensidade e ritmos adequados ao novo papel que o Brasil desempenha no cenário mundial, por se ressentirem da falta desses profissionais. Sem uma sólida expansão do Ensino Médio com qualidade, por outro lado, não se conseguirá que nossas universidades e centros tecnológicos atinjam o grau de excelência necessário para que o País dê um grande salto para o futuro. (DCNEM, 2013, p. 145).

Observamos que o trecho acima das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio apresenta uma dissonância com o que se presentifica na atual realidade. O país ainda não dá oportunidade e nem tem políticas públicas que possibilitem a esse jovem ser qualificado com a conclusão do ensino médio. O fato do jovem ter de sair da escola antes de concluir o ensino médio atinge a economia do país, aumentando o nível de pobreza, por isso a escola deve ser atrativa, mostrando-se necessária para a juventude.

Diante da relevância dessas reflexões as questões que me motivaram a realizar esta pesquisa estão ligadas à relação entre trabalho e evasão no sentido de: compreender como se configura a evasão no Ensino Médio em Mato Grosso do Sul? O que ela representa para a inserção social dos jovens que cursam esse nível de ensino?

Assim sendo, utilizamos o trecho de Uma carta, Um convite feito por Inês Teixeira no seu livro Juventude e Ensino Médio.

O Brasil, um país em desenvolvimento, infelizmente também tem suas particularidades de acordo com cada região ou estado, fato este que nos incentivou a conhecer de maneira singular a evasão nas escolas estaduais de Campo Grande no Mato Grosso do Sul, justificando, assim a importância desta pesquisa.

Na busca pelas respostas a esses questionamentos estabelecemos como objetivo geral desta pesquisa analisar a evasão escolar na etapa do Ensino Médio, das escolas

públicas de Campo Grande no período de 2015 a 2020. A pesquisa se justifica, em primeiro lugar porque mesmo o Brasil sendo um país em desenvolvimento, infelizmente também suas particularidades quando o assunto é evasão escolar – de acordo com cada região ou estado – de fato este que nos incentivou a conhecer de maneira singular a evasão nas escolas estaduais de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Um segundo ponto que justifica esta pesquisa que justifica esta pesquisa, deve-se ao fato de que foi exatamente nesse espaço de tempo que aconteceu a homologação da Lei Federal 13.415/ de 16 de fevereiro de 2017 que trata da Política de Fomento à Implementação de escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Essa lei foi publicada sem consulta à sociedade civil, a parlamentares que faziam as discussões acerca da educação, aos próprios estudantes e às instituições que lutam por uma escola pública de qualidade para todos.

Marun (2008) em sua dissertação de mestrado *Evasão Escolar no Ensino Médio: um estudo sobre trajetórias escolares acidentadas*, expressa a sua inquietação a respeito da evasão em uma escola considerada de passagem em razão do posicionamento geográfico de uma determinada escola na cidade de Osasco (porque os alunos nela se matriculam por ficar perto do terminal de ônibus, entretanto acabam não continuando em razão do trabalho e evadem-se). No decorrer de seu trabalho a autora apresenta a trajetória dos alunos da referida escola, explicitando o movimento que eles fazem. Em um vai e vêm, se ausentam temporariamente e retornam para a escola em períodos escolares diferentes, em uma rotatividade que faz com se afastem de seus pares de amizade, facilitando ainda mais o distanciamento da escola e levando à evasão que, quase nunca é comunicada à escola. É uma evasão que se torna imperceptível e silenciosa e nos leva a refletir com Teixeira (2014), quando questiona aos seus colegas sobre como é feita a escuta do jovem no Ensino Médio:

“[...]Será que estamos procurando escutar o que eles pensam e sentem sobre a escola, sobre as nossas aulas, sobre nossa convivência e nosso trabalho? Será que os escutamos acerca do que eles pensam, desejam, esperam da escola em suas vidas de jovens, de cidadãos e adiante, de adultos? (TEIXEIRA, 2014, p. 15).

Seria esse ato um grande aliado para apontar porque acontece a evasão? A escola talvez precise aprimorar este ato que ficou evidente com a chegada do Coronavírus /COVID 19, sobre o qual até agora não havíamos feito menção porque ainda estamos vivendo as consequências econômicas, físicas, psicológicas e outras em relação ao vírus, enquanto escrevemos este trabalho. O mundo ainda enfrenta essa situação pandêmica

onde, só no Brasil — segundo a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul — cerca de 600 mil vidas se perderam. Com a finalidade de amenizar o impacto da doença na vida das pessoas, os estados da República Federativa do Brasil decretaram (*lockdown*) e outras medidas como uso de máscaras, álcool gel e distanciamento social.

Diante da gravidade do vírus a REE/MS tomou como estratégia emergencial o ensino de modo remoto e entrega de cestas básicas aos mais carentes, para que os estudantes não se desligassem totalmente da escola.

A pandemia não ficou restrita a um grupo de pessoas, mas sim a todas as pessoas independente de classe social, idade ou raça, evidenciando a fragilidade especialmente do setor da saúde e outros como o da seguridade social. Já no setor educacional, da noite para o dia, professores e estudantes dormiram com aulas presenciais e acordaram com o decreto do isolamento social, fechados entre suas paredes (SANTAELLA, 2020).

Nesse intervalo de tempo ficou evidente como a escola foi afetada e como futuramente os dados apresentarão vestígios desta pandemia aos jovens e crianças menos favorecidos que dependem da educação pública.

Nesse sentido, é preciso destacar que este objeto de estudo se faz essencial por tratar-se do que poderia ser chamado de um mal silencioso (evasão) que está atrelado à pobreza e à fome. Ressaltamos que muitas vezes esses jovens até retornam à escola para melhorar a sua condição no trabalho, mas acabam se deparando com a complexidade de outro fenômeno que se constitui na distorção idade/ano, entrando em projetos que não os contempla adequadamente e, assim, desistem definitivamente, no entanto essa distorção se fortalece em razão da reprovação.

Esses e outros aspectos significativos justificam a importância deste estudo, principalmente no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, que apresenta poucos trabalhos que focalizam o Ensino Médio regular. Desta forma — além dos aspectos importantes que justificam o desenvolvimento da pesquisa, já citados nesta introdução — reconhecemos a relevância em conhecer como se comporta o jovem campo-grandense que está matriculado nesse nível de ensino, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/1996 e demais alterações, Decretos e Deliberações estaduais, tais como:

- Deliberação do Conselho Estadual (CEE/MS) 11.055, de 26/06/2017, que dispõe sobre a oferta de cursos de Ensino Médio;

- Deliberação do Conselho Estadual (CEE/MS) 10.814 de 16/03/2016, que estabelece normas para a Educação Básica no Sistema estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul;

- Lei n. 2791 de 30/12/2003, que aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (PEE/MS);

- Lei 4.621, de 22/12/2014, que aprova o Plano Estadual de Educação de MS(PEE/MS);

Muito embora essas legislações sejam importantes para oferecer múltiplas opções de organização do Ensino Médio, não garantem a frequência, conforme explicita Lopes (2017):

[...] o fato de ser garantido por Lei não assegura a qualidade, o acesso e a permanência dos alunos na escola; nesse sentido, tal etapa de ensino tem sido motivo de discussões, visto que apresenta, ao longo dos anos, grandes desafios e dificuldades com relação ao acesso, à permanência e à conclusão. Esse cenário tem exigido das políticas e das metodologias de ensino novas tomadas de decisões e novas posturas diante dos desafios apresentados, isso com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e evitar a evasão dos alunos. (LOPES, 2017, p. 22).

De acordo com a autora, é importante destacar que o Ensino Médio, na Rede Estadual, buscou estruturar esta etapa, fortalecendo a tese de que há necessidade sim de mudar, contudo, é preciso ouvir essa juventude e todos os envolvidos no processo educacional. Isto implica dizer que é preciso uma reforma no Ensino Médio, em razão do que se tem observado, porém com a escuta democrática, que é essencial.

Assim, após várias leituras e reflexões sobre os encaminhamentos dados a essa questão, surge o tema desta pesquisa, que é compreendido, de acordo com Minayo (1994):

[...] o tema de uma pesquisa indica uma área de interesse a ser investigada. Trata-se de uma delimitação ainda bastante ampla, no entanto alguns fatores fundamentais movem o pesquisador na escolha do tema como, por exemplo: o nível de interesse pessoal pela temática; o tempo disponível para a realização da pesquisa; a relevância e o interesse acadêmico e social que o tema apresenta, entre outros. (MINAYO, 1994, p. 37).

Dessa perspectiva e, diante da reflexão acima apresentada, optamos por desenvolver um estudo sobre A Evasão do Ensino Médio Regular. Dados importantes revelam como está a evasão e apresentam um outro vilão que impede o jovem de avançar e permanecer na escola em Campo Grande, que compreende a nova configuração desta

etapa, bem como os pontos necessários para o entendimento do Ensino Médio, tendo em vista a previsão de que a partir do ano de 2022 terá uma nova configuração.

Essa nova configuração visa atender o desejo da juventude brasileira, da mesma forma que outras juventudes, onde é muito bem expressa na letra da música Comida dos Titãs: *A gente não quer só comida/ A gente quer bebida, diversão, balé/ A gente não quer só comida/ A gente quer a vida como a vida quer [...] A gente não quer só dinheiro/ A gente quer dinheiro e felicidade/ A gente não quer dinheiro/ A gente quer inteiro e não pela metade.*

A busca do estudante pela educação para melhorar sua formação tem aumentado, um exemplo é a presença nos bancos escolares do Ensino Médio de jovens pretos e pardos. Esta é uma variante relevante que nos traz dados que comprovam o aumento desses jovens em sala de aula, sendo que entre os anos de 2015 a 2020, saltou de 2.757.667 para 3.122.438, tendo um aumento expressivo de 364.771.

De modo diferente, os dados explicitados na Tabela 01, abaixo, os 180.026 estudantes de outras cores/raça coletadas no Censo Escolar da Educação Básica, não tiveram um aumento expressivo, conforme tabela abaixo, contudo ainda há um número significativo de 1.070.194 que não se declararam. Ressalta-se que o termo negro não é utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as pesquisas realizadas por este órgão fazem a separação entre pardos e pretos.

Tabela 1 Número de Alunos do Ensino Médio por Cor/Raça

SEXO	COR\ RAÇA	BRASIL	
		2015	2020
TOTAL	Total	8.076.150	7.550.753
	Não Declarada	2.925.404	1.855.210
	Branca	2.327.156	2.507.300
	Preta	248.255	286.234
	Parda	2.509.412	2.836.204
	Amarela	35.041	26.821
	Indígena	30.882	38.984

Fonte: INEP- Censo Escolar da Educação Básica

O jovem sonha com um espaço onde possa ser entendido dentro do seu universo singular, contudo o jovem da escola pública, em sua maioria pobre, preto e pardo, muitas

vezes, não consegue atingir seu desejo de realização pessoal, pois têm a função de cuidar, ou trabalhar para ajudar sua família. De acordo com Jesus (2018):

A intensidade dessa discriminação racial, expressa em termos da escolaridade formal dos jovens adultos brasileiros, é extremamente alta, sobretudo se lembrarmos que se trata de 2,2 anos de diferença em uma sociedade cuja escolaridade média dos adultos gira em torno de 6 anos” (Idem, 29). Ainda segundo Henriques (idem), esse não era o componente mais incômodo desta discriminação observada. Segundo ele, além da diferença em termos de anos de escolaridade, os dados revelam a evolução histórica e o grau de cristalização desta discriminação. “Sabemos que a escolaridade média dos brancos e negros tem aumentado de forma contínua ao longo do século XX. Contudo, um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro na mesma idade, e essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens – a mesma observada entre seus avós (Idem, 30) (JESUS, 2018, p. 5).

Assim como a própria fase vivida pela juventude e as transformações mais gerais que afetam a sociedade como um todo, também a visão de escola elaborada pelos jovens tem sofrido metamorfose, de modo que esse espaço (ou a instituição escolar) passa por um processo de ressignificação (SILVA, et al, 2013, p. 405). Por isso, infere-se que o aluno evade de forma misteriosa dos bancos escolares, matricula-se novamente, sai, volta e depois não volta mais.

De acordo com Lopes (2017):

[...] as críticas e análises sobre a evasão no Ensino Médio têm sido veementemente pautadas nos baixos resultados apresentados nas avaliações sistêmicas, as quais demonstram o alto índice de repetência e abandono no Ensino Médio público; embora tenha acontecido uma ampliação do acesso ao Ensino Médio, isso não é garantia de aprendizagem e permanência dos alunos na escola. Pode-se afirmar que há falta de políticas públicas educacionais específicas para o incentivo e permanência do aluno na escola com qualidade de ensino, e quando são criadas, são intermitentes, sendo extintas a cada novo governo, sem ser considerada sua eficácia e valor positivo na vida dos alunos. (LOPES, 2017; p. 22-23).

Para a autora, o Ensino Médio apresenta-se como um dos grandes desafios das políticas públicas educacionais no que se refere ao desempenho escolar dos alunos, e, em especial, quando se trata da evasão escolar nessa etapa.

Com bases nos estudos explicitados consideramos a importância de pesquisar sobre a evasão escolar na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, ressaltando que este estudo poderá trazer à tona um fator curioso em relação a evasão e como ela se comporta em Mato Grosso do Sul: afinal, podemos afirmar que há evasão ou abandono escolar? Dessa perspectiva, buscamos estabelecer um diálogo com pesquisadores e

teóricos como: Azevedo e Reis (2013), Bittencourt (2009), Borges e Araújo (2019), Conde (2012), Filho e Araújo (2017), Frigotto e Ciavatta (2004), Lopes (2017), Krawczyk (2014), Kuenzer (2000), Resende (2012), Rodrigues (2019) e Santos (2010) que podem auxiliar-nos a responder esse tipo de questionamento, bem como apresentar outros.

Assim, a partir do objetivo geral estabelecido e já explicitado: analisar a evasão escolar na etapa do Ensino Médio, das escolas públicas estaduais de Campo Grande, no período de 2015 a 2020, estabelecemos três objetivos específicos:

- Analisar as políticas públicas que estruturam e organizam o Ensino Médio no Brasil;
- Descrever os desafios para o acesso e permanência do estudante trabalhador do Ensino Médio frente às necessidades concretas e econômicas da sociedade contemporânea;
- Verificar o perfil dos estudantes de Campo Grande, analisando se há mobilidade dos mesmos para outras modalidades isto é do ensino regular para a Educação de Jovens e adultos (EJA).

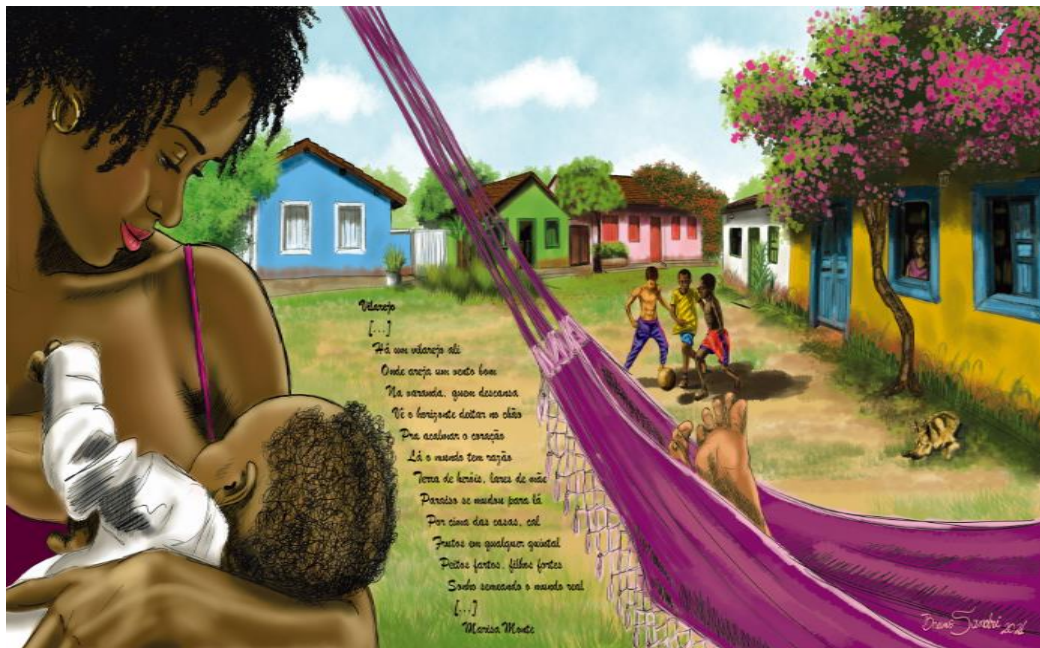
No que concerne à metodologia para estruturação do trabalho, seguimos os apontamentos de Minayo (1994, p. 16) onde a autora afirma que um trabalho precisa das “concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. Assim, partimos de uma investigação bibliográfica documental que compreende, na descrição e análise dos dados, as abordagens qualitativa e quantitativa, sendo esta última utilizada, em razão do tratamento dos dados estatísticos publicados nos sites: INEP, MEC, SEGOV e SED. De acordo com Marques (2021, p. 90), a definição do caminho metodológico “não é um desejo particular do pesquisador, antes de tudo, é construído pela necessidade de gerar dados que melhor se integrem ao processo de análise e de discussão teórica sobre os sujeitos participantes do estudo.”

Esta dissertação está sistematizada em três capítulos que expressam de forma organizada o percurso da pesquisa. No primeiro capítulo tratamos do histórico do Ensino Médio de forma sucinta para dar uma base teórica de como se estruturou esta etapa de ensino no Brasil até a homologação da Lei n. 13415, de 16/02/2017.

No segundo capítulo, apresentamos os teóricos que fundamentam a pesquisa de natureza bibliográfica, quantitativa/qualitativa, bem como uma discussão pertinente sobre a inter-relação entre evasão escolar e trabalho.

No terceiro capítulo, buscamos apresentar o perfil da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, dando destaque ao município de Campo Grande que é o local

escolhido para este estudo. Por fim, tecemos nossas conclusões com base nos estudos e análises dos dados, bem como procuramos destacar novas possibilidades de estudos, como também propusemos a elaboração de um monitoramento a ser desenvolvido por meio de um projeto de intervenção que é condição para a conclusão do Mestrado Profissional em Educação.



VILAREJO¹

Há um vilarejo ali
Onde areja um vento bom
Na varanda, quem descansa
Vê o horizonte deitar no chão

Pra acalmar o coração
Lá o mundo tem razão
Terra de heróis, lares de mãe
Paraíso se mudou para lá

Por cima das casas, cal
Frutos em qualquer quintal
Peitos fartos, filhos fortes
Sonho semeando o mundo real

Toda gente cabe lá
Palestina, Shangri-lá
Vem andar e voa
Vem andar e voa
Vem andar e voa

Lá o tempo espera
Lá é primavera
Portas e janelas ficam sempre abertas
Pra sorte entrar

Em todas as mesas, pão
Flores enfeitando
Os caminhos, os vestidos, os destinos
E essa canção
Tem um verdadeiro amor
Para quando você for

¹ MONTE, Marisa et al. Vilarejo. In: MONTE, Marisa. **Infinito Particular**. Rio de Janeiro: Pronomotor Records, 2006.

Há um vilarejo ali
Onde areja um vento bom
Na varanda, quem descansa
Vê o horizonte deitar no chão

Pra acalmar o coração
Lá o mundo tem razão
Terra de heróis, lares...

1 A TRAJETÓRIA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

1.1 Os Caminhos Percorridos

Com todas as leis, decretos e emendas que legislam sobre o ensino brasileiro, ainda é possível encontrar em nosso país milhares de jovens fora da escola, sendo que muitos se encontram em situação de vulnerabilidade e sem perspectiva de um dia chegar e/ou voltar à escola. Muitos chegaram a frequentá-la, mas por razões desconhecidas ou conhecidas, evadiram-se em uma etapa importante de suas vidas. Lima (2013) pontua:

Dos matriculados no Ensino Médio, 13,1% foram reprovados e 9,5% abandonaram a escola. Inevitável manifestar profunda preocupação sobre tão gritante exclusão. O que evidenciam esses números? Cada um deles é um jovem brasileiro que deveria ter assegurado seu direito de concluir com aprendizagem a etapa final da Educação Básica, de fazer suas escolhas fortalecido por uma formação geral consistente e de ser protagonista na construção de seus projetos de vida. Porém, ao contrário, são jovens que têm suas vidas precarizadas, seus direitos desrespeitados, total inviabilidade de planejar e escolher, tendo efetivamente seu espaço de dignidade roubado. (LIMA, 2013, p. 208).

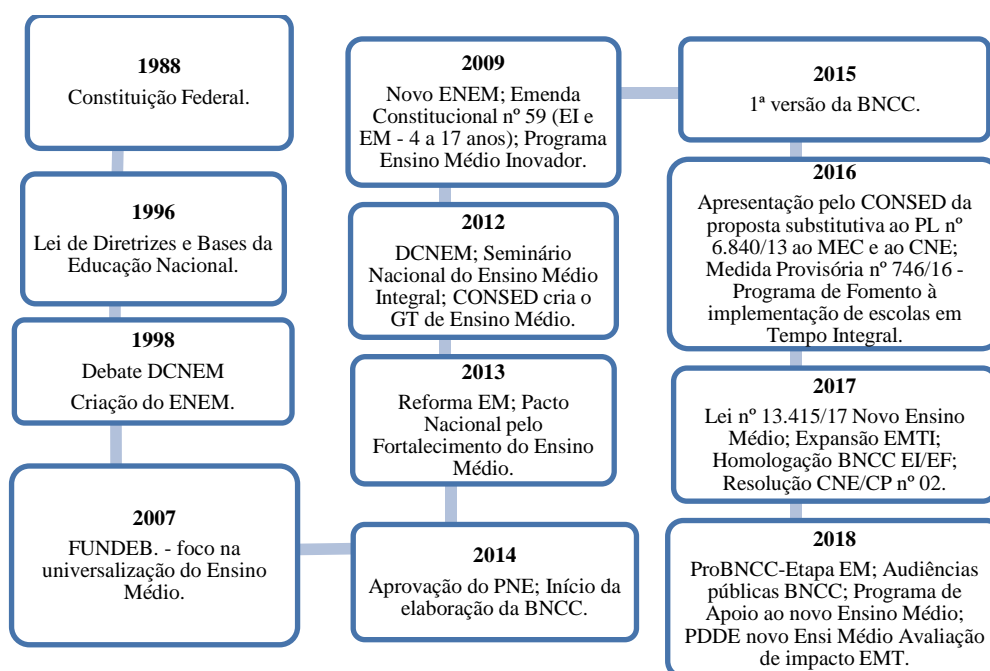
Os dados apresentados pela autora correspondem à situação do Ensino Médio no Brasil há oito anos atrás, evidenciando que os números não eram animadores. Apresentamos uma discussão que busca entender o que realmente acontece no bojo da educação média brasileira por isso, é fundamental trazer um olhar especial a esta etapa de ensino, levando em conta sua identidade e singularidades, com foco na evasão escolar. Para tanto, é essencial, no contexto dessa temática, definir os conceitos como abandono, desistência e evasão, assim como compreender as legislações e decretos que permeiam a etapa em epígrafe.

Nosso objetivo é analisar a evasão escolar no Ensino Médio na Rede Estadual de Educação de Campo Grande - Mato Grosso do Sul. É importante trazer à luz essa etapa de ensino na contemporaneidade, pois com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com o advento da LBDEN, esse nível de ensino assumiu uma função formativa como etapa de conclusão da Educação Básica (PEE-MS, 2014; p. 26). Chamamos atenção para este fato, pois somente no final do Século XX esta etapa se constituiu como parte final da Educação Básica, o que infere o descaso com esse nível de ensino. Houve, portanto, muita luta para que esse avanço ocorresse, pois embora haja uma legislação que contempla esse nível de ensino assegurando avanços, há muito ainda para ser realizado no desenvolvimento das práticas pedagógicas. Para entendermos o caminho percorrido e

chegarmos à atualidade, traçamos uma linha do tempo ou uma série histórica que demonstra como o Ensino Médio vem se estruturando.

O Brasil é um país que segundo o IBGE(2021), tem quarenta e três milhões de jovens entre 18 a 29 anos, demonstrando a responsabilidade dos educadores, dos parlamentares e dos estudiosos desta etapa, o que leva a atentar para o que está sendo ofertado e como está estruturado o Ensino Médio.

Figura 1 Linha do tempo Ensino Médio



Fonte: Elaborado pela autora

O quadro acima representa a síntese da disputa que ocorreu entre as classes sociais e que resultou na homologação da Lei 13.415 de 16/02/2017, tendo em vista que a educação sempre foi um marco de lutas de classes, pois é o reflexo da organização social que surgiu em razão da divisão do trabalho. É uma situação em que quem conhece mais, detém mais poder de compra, de mando e de status. O Ensino Médio constitui-se historicamente dentro desse contexto, como afirma Monlevade (2017):

A história do Ensino Médio no Brasil se insere na história de nossa luta de classes. Num primeiro e longo período, foi muito claro. Para uma fração masculina da população branca colonizadora, os poucos colégios jesuíticos, de 1550 a 1758, aos quais que se seguiram as Aulas Régias do Marquês de Pombal, até 1834, garantiam levar uma reduzida elite aos estudos superiores, feito aqui no Brasil ou na Europa. Para os índios, sistemática e paulatinamente eliminados, e para os escravos, cada vez mais numerosos, nada de escola: aculturação e preparação para o trabalho pelo exercício do próprio trabalho.

Transitar da idade da pedra polida para a cultura do ferro e do bronze, não exigia escolas: elas até atrapalhavam. (MONLEVADE, 2017, p. 07).

De acordo com a reflexão de Monlevade, ratificamos que a educação do Brasil acompanha o fluxo social, sendo que o ensino está vinculado às ações da economia, da política e da cultura. Dessa maneira, Lopes (2017) afirma que o Ensino Médio não pode ser discutido isoladamente, ou seja, a política, as ideologias, a economia, bem como as concepções relativas à educação, nessa etapa, somente terão sentido se analisadas no conjunto das relações sociais inseridas em um determinado contexto histórico.

As primeiras reformas educacionais ocorreram com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, que tinha como objetivo maior desvincular o poder econômico que a igreja possuía a época, do que preocupação com a educação. Dessa maneira, a reforma foi mais de cunho político e econômico do que educacional.

Em 1808, chega ao Brasil a família real, mudando a ótica da educação no país, pois foi preciso dar uma característica de reino e não mais de um espaço de exploração. Assim, surgem novos cursos, bem como a primeira Universidade, ou melhor explicitando, as primeiras escolas superiores. De acordo com Sampaio (1991, p.2),

Nesse ano são criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia, em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia) e de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a Academia de Guarda Marinha, também no Rio. (SAMPAIO, 1991, p.2).

Gradativamente o país vai se formando e mudando as políticas educacionais, que se moldavam à medida que os intelectuais e políticos da época determinavam. Passou-se praticamente um século até chegar a década de trinta do século XIX, para que a educação atingisse a população mais carente e fosse colocada em pauta efetivamente:

Dos anos 1930-1945 a ideia era a reconstrução da nação. E a educação é que foi a mola-mestra dessa reconstrução. O Ministério da Educação foi criado com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. As forças armadas e a igreja Católica, grandes forças de apoio da Revolução de 1930, buscaram espaço para colocarem em prática o seu projeto de educação do povo. A igreja conseguiu a reintrodução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, através de Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas. (RESENDE, 2012, p. 39).

Mesmo com todas essas mudanças realizadas na educação, ainda não foi proposta uma educação de cunho igualitário para pobres e ricos. A dualidade no ensino secundário continuou da mesma forma que iniciou, conforme nos apontam Borges e Araújo:

Mesmo o ensino profissional passando à categoria de ensino médio, por meio das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Secundário, Comercial, Normal e Agrícola, manteve-se a dualidade do sistema educacional, reafirmada nos objetivos e fundamentos diferentes em cada modalidade de ensino. A formação profissional destinada aos trabalhadores instrumentais passa também a contar com alternativas em nível médio de 2º ciclo, mas não dava acesso ao ensino superior. As alternativas destinadas à formação de trabalhadores eram voltadas para as demandas de um processo produtivo no qual as atividades relacionadas aos setores primário, secundário e terciário eram incipientes. (BORGES; ARAUJO, 2019, p. 10).

O processo de industrialização que estava ocorrendo em razão da 2ª Guerra, aflorou ainda mais as diferenças na educação secundária, fortalecendo a questão da dualidade, por meio do Decreto Lei nº 4.244/42, que acentuava a velha tradução do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático (ROMANELLI, 1986). Este período foi marcado por tensão, pois, as exportações eram poucas e ao mesmo tempo, era necessário criar mão de obras para a produção nas fábricas. Lopes corrobora com o exposto quando afirma:

Na década de 1940, com o advento da industrialização, acentua-se a necessidade de se preparar os indivíduos para a produção, para operar máquinas e trabalhar nas fábricas, acentua-se o papel profissionalizante da educação, no entanto se manteve a tensão com sua função propedêutica. A primeira equivalência que se tem registro entre os dois Ensinos, Secundário e Técnico, foi na década de 1950 com as Leis de Equivalência, cita-se a Lei nº 1.821 de 1953. (LOPES, 2017, p. 40).

Na década de 40, a evolução do perfil da demanda social e os objetivos reais do ensino secundário acabaram sendo desvirtuados pela pressão dessa demanda, que compeliu o sistema a abrir um pouco mais suas portas. Tanto a classe média emergente, quanto as parcelas das camadas populares, começaram a ver no ensino secundário uma forma de acrescentar prestígio ao seu status. Foi este detalhe que posteriormente foi motivo de impasses para a reformulação da educação e que, muitas vezes, não deu certo. (ROMANELLI, 1986). É importante destacar que à época o número de vagas era bem restrito.

Entretanto, outras formas de educação mistificadas como algo que poderia ser uma oportunidade de Aprendizagem surgem, como a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) que fortalecem ainda mais o ensino dual separatista. Conforme Borges e Araújo:

Nesse período também o sistema de ensino profissionalizante passou a ser complementado por um sistema privado de formação para o trabalho, mantido pela Confederação Nacional da Indústria, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a partir de 1942, e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), mantido pela Confederação Nacional do Comércio, a partir de 1946. Assim, combinam-se a iniciativa pública e a privada para atender a demandas bem definidas decorrentes da divisão social e técnica do trabalho organizado e gerido pelo paradigma taylorista-fordista como resposta ao crescente desenvolvimento industrial que passa a exigir mão de obra qualificada. (BORGES; ARAUJO, 2019, p. 10).

Nessa perspectiva, Resende (2012) contribui com Borges e Araújo (2019), afirmando que o caminho era bem marcado: os ricos iam do primário ao ginásio, do ginásio ao colégio e depois escolhiam um curso superior. Os pobres, quando conseguiam escapar da evasão, iam do primário ao curso profissionalizante e se pretendessem continuar um curso superior, deveriam escolher um que fosse da mesma área, o que era muito difícil.

Nos anos de 1950, aconteceram algumas tentativas para quebrar, efetivamente, esse caráter dual do sistema de ensino, tanto no sentido de garantir a equivalência entre os dois tipos de ensino, como no de atenuar o caráter específico de cada um. Inicialmente, a equivalência foi assegurada pela possibilidade de os alunos do primeiro ciclo de qualquer ramo terem acesso ao segundo ciclo secundário (Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950, que assegurava aos estudantes, que concluíssem o curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico), e, depois, pela igualdade de acesso ao vestibular (Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, que dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores). (BORGES; ARAUJO, 2019, p. 11).

Esse fato é resultado da luta em razão da mudança do perfil da demanda, visto que era preciso uma educação voltada para a classe trabalhadora, o que ocorre, mesmo com pouco sucesso. No que diz respeito à garantia de uma educação de qualidade voltada para o povo, em que os jovens e adultos da época pudessem escolher o que gostariam de realizar para sua vida era um sonho distante, em razão do jogo antagônico representado no poder (ROMANELLI, 2010).

Saviani (2007) afirma que em 1961 foi homologada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sob o número 4.024, que vinha tramitando durante 13 a 15 anos, aproximadamente. Essa Lei trouxe alguns pontos importantes. A partir da sua vigência em 1962, foi criado o Conselho Federal de Educação (CFE) e a implantação do Plano Nacional de Educação. Nesse período ocorreu também a elevação das taxas de

financiamento federais de 10% para 12%, no entanto, manteve-se a obrigação do estado em 20%, conforme a Constituição de 1942.

Segundo Saviani (2007), nove décimos dos recursos federais deveriam ser constituídos com parcelas iguais, dividindo-se em três fundos, sendo um para o ensino primário, outro para o ensino secundário e um para o ensino superior. Este mecanismo daria origem futuramente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério FUNDEF - (1996) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (2006).

De 1964 a 1985, o país conheceu o período que ficou marcado pela Ditadura Militar, fase em que o Brasil ficou sob a égide do militarismo e do capital estrangeiro. Foi uma fase com grandes transformações sociais, dentre elas a mudança na estrutura social, formação da classe média industrial, arrocho salarial e desigualdade social. Assim, no que corresponde ao Ensino Médio, é homologada a Lei n. 5.692/71, que segundo Cunha (2014), foi o grande, talvez o maior, fracasso da ditadura no campo educacional: a política de profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau.

É fundamental compreender que a referida Lei n.5692/71 fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências como:

Capítulo I

Art. 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização (Sic), preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

Capítulo II

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.

Capítulo III

Art. 21. O ensino de 2º grau destina-se à formação integral do adolescente. Parágrafo único. Para ingresso no ensino de 2º grau, exigir-se-á a conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes. (Brasil,1971).

Selecionamos estes capítulos, pois são os dois pontos essenciais que atendiam a Constituição de 1967 (Regime Militar) em que a educação torna-se obrigatória dos 7 aos 14 anos. Essa obrigatoriedade, entretanto, estava vinculada ao ensino de 1º grau (8 anos), constituído da junção dos antigos primário e ginásio, sendo a generalização do ensino profissionalizante para o nível médio ou 2º grau. No campo educacional, o ensino era visto como instrumentalização para o trabalho, além de a educação ser concebida como instrumento de controle ideológico. Essa ênfase na articulação entre educação e trabalho, em parte, deveu-se aos acordos firmados entre o MEC e organismos internacionais como o AID (SANTOS, 2010).

A crise do capitalismo mundial, no início da década de 1970, intensificou-se, corroborando com “a problemática da constituição do mercado de trabalho, pautada na exploração da força de trabalho na periferia e na semiperiferia do capitalismo” (ALANIZ, 2012, p. 47) A exploração, a crise de emprego, a superlotação dos grandes centros em formação, a insatisfação educacional, culminou em movimentos pelo final da ditadura. Nesse momento, outra reforma na educação ocorreu em outubro de 1982, quando foi homologada a Lei n. 7.044, que extinguiu o caráter obrigatório da profissionalização.

A “qualificação para o trabalho” determinada pela reforma, foi substituída pela expressão “preparação para o trabalho”, retirando a exigência de habilitação profissional, que passaria a ser opcional para as escolas. “A ideia do ensino profissionalizante obrigatório acabaria sepultada pela própria ditadura que a concebeu”, pois foi o presidente do regime militar, João Baptista Figueiredo que sancionou a referida lei. (SENADO NOTÍCIAS, 2017).

1.2 Novos Cenários Terra de Heróis

A pressão da população pelos seus direitos resultou na explosão do movimento pelas eleições diretas — que tinha como pano de fundo a volta da democracia no país — que se arrastou até 1985 quando acaba a ditadura. O Brasil passa por um período de transição para o restabelecimento da democracia, marcado pela mobilização intensa da sociedade civil em busca da ampliação do exercício da cidadania. Toda a euforia política pelo fim da repressão, não esconde a grave crise que assolava o mundo (BRAZ, 2008). Ressaltamos ainda, que a pressão da sociedade civil foi tanta que se transformou na carta máxima do país a Constituição de 1988. Três anos depois, é homologada a Constituição

de 1988 e com ela uma nova perspectiva de mudança social, pois a população reivindicava seus direitos, sendo a educação um deles.

Segundo Oliveira e Araújo (2005), até a década de 1980, as demandas da sociedade pelo acesso à escola e a todos os bens sociais e econômicos que as oportunidades educacionais oferecem, bem como a satisfação dessas demandas pelo poder público, caracterizaram a ampliação quantitativa da escolarização.

A redemocratização da sociedade trouxe para a educação os passos necessários para que houvesse uma movimentação em direção ao atendimento da classe trabalhadora, mas os passos são lentos e muitas vezes não alcançam necessidades como: melhores condições das escolas públicas, número de vagas e profissionais qualificados. Conforme apontam Oliveira e Araújo(2005), era preciso ampliar as vagas nas escolas, porém, a constituição dá obrigatoriedade ao Ensino Fundamental que não é o objeto deste estudo, porém, destacamos esse detalhe para observarmos que o Ensino Médio ainda não era a preocupação, mesmo com toda a efervescência de uma sociedade em mudanças.

Os anos 80 testemunharam a queda da ditadura na América Latina, juntamente com o esgotamento da produção em massa orientada pelo fordismo e da organização social keynesiana. Delineia-se um cenário social de altíssima inflação, baixos preços dos produtos primários exportados, desemprego, cortes das remessas de recursos estrangeiros. Aliado a isso, o setor produtivo, com a redução da capacidade de consumo provocada pelo desemprego, precisa superar o modelo de produção em massa e busca o reajuste por meio da chamada acumulação flexível. Esse movimento do capital culmina em um Estado débil para arrecadar os tributos oriundos de mais-valia em quantidade suficiente para controlar as contradições inerentes ao capitalismo. A incapacidade do Estado em atender as políticas sociais aprofunda as contradições na América Latina, o aumento da pobreza, a falta de habitação e atendimento à saúde, dentre outros problemas urbanos. (BRAZ, 2008; p. 58).

O exposto acima demonstra o importante papel do Brasil frente às lutas operárias e sindicais na década de 1980, conseguindo retardar a implantação do neoliberalismo que se expandia por vários países da América Latina, como Chile, Argentina, México. Enquanto nos países do Norte o neoliberalismo deslanchava, o Brasil, naquela década, caminhava na contramão dessas tendências regressivas. (ANTUNES, 2018, p. 255).

Por essa força, que era presente no país, a constituição de 1988 é popularmente conhecida como a Constituição Cidadã e tem em seu Capítulo III, Seção I, o Artigo 205 que preceitua “A educação é direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Todo este capítulo abriu caminhos para o setor educacional, porém de

forma gradativa, sendo que, após oito anos de discussão, é homologada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, que está em vigor, porém com alterações essenciais que influenciam nas políticas do Ensino Médio.

A autora Terezinha Braz, em sua tese de doutorado intitulada “O Financiamento do Ensino Médio da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul (1996-2006)” apresenta, no exposto abaixo, o fim de um período que agoniza e imediatamente aponta o nascimento de outra face do capitalismo que predominou na década de 1990 chamada de neoliberalismo.

[...] O Estado que priorizava o bem-estar-social é substituído pelo de orientação neoliberal, que acompanha a globalização, nomenclatura que mascara a configuração do capitalismo mundial na sua forma monopólica [...] O movimento do Estado no contexto da sociedade monopólica impõe o entendimento de que, do ponto de vista das determinações mais amplas do capital, ele decorre do ajuste entre produção e consumo, de um lado, e da necessidade de fazer avançar a tecnologia, de outro. Ajuste e necessidades que acabam conferindo ao capitalismo, do ponto de vista da base produtiva, uma reorganização que impõe um novo modelo de Estado, de formatação mais enxuta, que é o chamado Estado Neoliberal. (BRAZ, 2008; p. 59).

É na conjuntura de um estado neoliberal, que ocorre a homologação da Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394, de 20/12/1996, foi importante para a etapa que não trouxe a obrigatoriedade do Ensino Médio, mas o apresentou como etapa final da Educação Básica.

No artigo 35. O ensino médio, etapa final da educação básica com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos a adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico
- IV – a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria e a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, p. 20).

A estrutura educacional fica como a educação básica obrigatória e gratuita ficou assim dividida: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. A nova LDB também determinou a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), mais especificamente, ela vai distinguir os parâmetros adotados no ensino fundamental dos adotados no ensino médio. (SANTOS, 2010).

Em consequência da LDB/96 foram instituídos dois documentos que influenciam significativamente na história do Ensino Médio: a Portaria MEC 438/98 e o Decreto 03/06/1996. A primeira instituiu o Exame Nacional do Ensino Médio e o segundo instituiu as Diretrizes Curriculares Nacional para o Ensino Médio.

O Exame Nacional Ensino Médio - ENEM foi instituído para avaliar a qualidade de ensino e outras atribuições conforme explicitado a seguir:

Artigo 1º - Instituir o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

I – conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;

II – criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;

III – fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;

IV – constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio. (MEC,1998, p.178)

O ENEM e as Diretrizes já são ações neoliberais e foram criticados por serem políticas que visam mais o mercado de trabalho, do que as necessidades educacionais da juventude. Dessa perspectiva, o Ensino Médio não se modificou concretamente em termos de financiamento e também não apresenta uma estrutura metodológica capaz de melhorar o ensino para quem precisa da escola pública.

É importante destacar que no ano de 1997 o Ensino Médio Profissional foi amparado por portarias e decretos que ampliaram a oferta de cursos profissionalizantes para atender a demanda de trabalho que esta voltada principalmente para revolução tecnológica. Essa legislação compreende o Decreto n. 2208, de 17/04/97, que regulamenta a Educação Profissional; a Portaria MEC 646, de 14/05/97, que implanta os cursos profissionalizante nas Redes Federais e a Portaria MEC 1005, de 10/09/1997, que implementa o Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP.

O Banco Interamericano de Investimentos (BID) e o Banco Mundial (BIRD) também atuaram, com a participação ativa e consentida do governo federal, nos anos 90, na reforma do ensino médio e técnico por meio de vários instrumentos legais – sendo os mais decisivos o Decreto n. 2.208/97, a Portaria MEC n.646/97 e a Portaria MECn.1.005, que criou o Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP), que viabilizaria, com recursos financeiros, a aceitação da reforma. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2004, p. 13).

Em linhas gerais, ocorrem algumas conquistas na área da educação, visto que a perspectiva educacional continua sendo economicista e produtivista, o que se torna

importante na sua relação com o mercado. Entretanto, trata-se agora de um investimento em capital humano individual, que habilita para a competição e não mais para o pleno emprego. Em 2003 — quando o governo que se caracterizava popular por ser do Partido dos Trabalhadores, dirigiu o país — embora tenha havido a continuidade das ações do governo anterior, ocorreram ampliações de algumas políticas que atenderam de fato ao povo, além de fazer concessões a iniciativa privada. Portanto, foi nesse momento que se abriram novas possibilidades com a instituição das cotas, dos créditos para trabalhadores, das propostas de compra da casa própria, bem como viagens de avião para assalariado e participação de educadores das universidades em debates para uma educação pública de qualidade.

Em 2007, as discussões e os debates por uma educação pública culminaram no Decreto 6094, de 24/04/2007 que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pelo Governo Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal, Estados e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

Esse decreto foi uma conquista no campo educacional, pois permitiu a distribuição de recursos para todas as etapas, bem como possibilitou a construção de escolas, reformas e também a formação de professores. Foi também, por meio do Decreto 6094, que ficou estabelecida a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB, para aferir a qualidade do ensino no país.

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso. (BRASIL, 2007, p.4).

Esse índice tem metas para todos os níveis de ensino, sendo a do Ensino Médio para ser atingida no ano de 2022. Muitas mudanças ocorreram no setor educacional, tendo em vista que esse Decreto possibilitou a expansão dos planos municipais e o fortalecimento dos regimes de colaboração entre estados e municípios. É importante destacar, no entanto, que o Plano traçava 28 metas que precisavam ser atingidas por todas as etapas de ensino. Todos esses avanços foram alinhavados com as linhas do

neoliberalismo, que traz em seu cerne muito consumo, privatizações e redução das políticas públicas.

É nesse período, porém que o Ensino Médio chama a atenção com a proposta da Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, que instituiu o fomento da educação básica. Isso abrange o Ensino Médio, com a criação da Lei nº. 11494, de 20/06/2007, conhecida como a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB com vigência para o período de 2007 a 2020. O FUNDEB foi considerado uma conquista, porém a educação média precisa de mais avanços para aprimorar o ensino desta etapa nas escolas públicas.

1.3 O Ensino Médio Como Etapa Final da Educação Básica

As leis e os decretos foram abrindo caminhos para novas discussões e proposições, mas o Ensino Médio precisa ainda se estruturar como etapa. Assim, em 11/11/2009 é promulgada a Emenda Constitucional de nº 59- EC59, que altera na Constituição os termos que são essenciais para a educação média:

A EC59/09 amplia significativamente o direito de todos/os os/as cidadãos/as a educação pública gratuita, e eleva o país a condição de uma das nações com maior tempo de ensino obrigatório no mundo. Embora o foco da Emenda seja a universalização das matrículas entre a faixa de 04 a 17 anos, as pessoas que não tiveram acesso a escola tem o direito assegurado a partir de agora na prática, os dados e municípios além de DF, encontram-se obrigados (gradualmente, até 2016) a ofertar as etapas da educação básica, com exceção da creche, que mantém a discricionariedade do país em matricular ou não as crianças de até 3 anos de idade. Contudo, compete ao Estado também ofertar a creche, gratuitamente, nos estabelecimentos públicos e, a sociedade, lutar pela ampliação das vagas, sobretudo aos filhos da classe trabalhadora que é quem mais necessita dessa política pública de caráter educacional e assistencial. (CNTE, 2012, p. 1-2).

Essa emenda é, de longe, um grande avanço, mas não supre a necessidade do Brasil no que corresponde a educação, embora amplie a possibilidade de a sociedade civil exigir os seus direitos, ainda não atinge os ideais do Ensino Médio apesar da obrigatoriedade da oferta, o que não resolve a questão da universalização como também da democratização. O Ensino Médio tem que superar diversos desafios, como conteúdos a serem ensinados, formação dos professores, infraestrutura escolar, motivação para os alunos continuarem estudando, identidade e finalidade dessa etapa da educação básica entre outros. (RAMOS; HEINSFELD, 2017).

Nas sociedades contemporâneas, a consciência cada vez mais clara que se tem da importância da Educação, como fator de inclusão social e desenvolvimento, está presente na complexidade das formas de relação sociocultural e torna-se urgente a necessidade de dinamização dos mais variados recursos materiais e humanos, que devem contribuir para efetuar, com qualidade, a função social da educação e de cada instituição. (BITTENCOURT, 2009, p. 13).

O autor vai além, afirmando que o Brasil tem se caracterizado como um país com inconsistentes políticas públicas, imprimindo uma dicotomia marcante: uma das mais acentuadas desigualdades sociais e uma das mais altas concentrações de renda do mundo. (BITTENCOURT, 2009).

Contudo, existem ações que melhoraram a condição educacional no Brasil, segundo as palavras do Ex-Ministro da Educação, Fernando Haddad (2020), no Webnário realizado pelo grupo Todos pela Educação com o Tema “Novo Fundeb aprovado, e agora?”, em que afirmou:

Que a emenda constitucional 59 é absolutamente compatível com o Fundeb [...] e que a educação nos últimos anos deu um salto na qualidade, nas estatísticas como quase universalização do ensino fundamental, o IDEB do ensino fundamental final melhorou, que se forma mais jovens no ensino médio e que a distorção idade-série também avançou. (HADDAD, 2020).

Os avanços, segundo o ex-ministro, aconteceram em razão da junção das forças dos partidos como também da sociedade civil. Esta junção importante acontece em todas as áreas sociais, pois acabam tornando-se políticas públicas, facilitando a continuidade e o fortalecimento do ensino público.

A literatura traz vários apontamentos a respeito das contradições ocorridas no meio educacional, tais como colocar tantas leis que evoluem, porém, não atingem realmente a quem precisa. O Brasil é um país de grande desigualdade social velada, mesmo quando se propõe uma política.

É evidente que a desigualdade está na sociedade, pois todos sentem e veem, mas a educação pode melhorar esse desequilíbrio:

No âmbito da América Latina, o Brasil, em questão de educação, se equipara aos países mais pobres: República Dominicana, Bolívia, Honduras, El Salvador, Guatemala e Haiti, todos revelando déficit educacional semelhante ao nosso, apesar da disparidade no campo econômico, com desvantagens significativas para aqueles países. Com uma economia fortíssima para os padrões latino-americano e em plena expansão e estabilidade, mesmo depois da recente crise do capitalismo que abalou o planeta, ainda assim a sociedade brasileira não conseguiu avançar no campo educacional mais do que os países profundamente empobrecidos do continente. (BITTENCOURT, 2009; p. 13).

Bittencourt (2009) retrata o Brasil de hoje — mesmo passados onze anos —. Muitos alunos veem seus sonhos comprometidos, e, às vezes, tolhido o desenvolvimento de seus projetos de vida, assim como a vontade de existir e ser na sociedade (AZEVEDO; REIS, 2013), por não ter um espaço que o compreenda.

O Ensino médio público brasileiro expandiu de forma significativa na década de 1990, mas a sua obrigatoriedade só foi efetivada em 2009, por intermédio da Emenda Constitucional nº59/200 (BRASIL, 2009), em que prevê a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos de idade. (RAMOS; HEINSFELD, 2017, n. p).

Com os aportes da Emenda Constitucional 59/2009 outras ações foram surgindo com vistas atender o Ensino Médio como o Programa Ensino Médio Inovador homologado por meio da Portaria 971, de 09/10/2009/MEC, que já dá prelúdio à expansão da carga horária que fomenta as discussões para a implantação do ensino médio de tempo integral, em algumas escolas.

De 2011 a 2016 foram realizadas ações de revisão das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio Regular, como também discussões nos Seminários realizadas pelo Grupo de Trabalho realizado pelo CONSED, para apurar as condições da etapa. Essas discussões objetivavam também as Reformas que pactuavam um Ensino Médio com diferenciais que atendessem o mercado de trabalho. É importante citar que são propostos avanços, no entanto, a política mantém as exigências do mercado de trabalho.

Encontra-se nas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio que:

Para alcançar o pleno desenvolvimento, o Brasil precisa investir fortemente na ampliação de sua capacidade tecnológica e na formação de profissionais de nível médio [...]. É nesse contexto que o Ensino Médio tem ocupado, nos últimos anos, um papel de destaque nas discussões sobre a educação brasileira, pois sua estrutura, seus conteúdos, bem como suas condições atuais, estão longe de atender as necessidades dos estudantes, para tanto nos aspectos da formação para a cidadania como para o mundo do trabalho. (BRASIL, 2013, p. 145).

As reformulações do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº. 13.005, de 25/06/2014 e subsequentemente os planos estaduais Lei n. 2.791, de 30/12/2003 e Lei n.462, de 22/12/20014 trazem a meta 3 que é destinada ao Ensino Médio, que propõe não só universalizar o atendimento a toda a população de 15 a 17 anos, como também elevar a taxa líquida da matrícula a 85%. Essa proposta reforça a assertiva de Bittencourt (2009)

quando aponta que nas sociedades contemporâneas, há a consciência cada vez mais clara da importância da educação, como fator de inclusão e desenvolvimento.

Os dados para compor os planos de educação possibilitam várias interpretações e com isso instigam sempre as lutas sociais que envolvem esta categoria e as mudanças sociais estão acontecendo. No país existe uma pressão por parte da classe dominante com discurso do protagonismo juvenil e assim, com anuência da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, é homologada a Lei n. 13.415, de 16/02/2017 que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e dá outras atribuições que serão aprofundadas logo mais.

Esta lei trata do Novo Ensino Médio que — se pararmos para analisar — está sendo discutido e deverá ser implantando no Brasil e no Mato Grosso do Sul, em todas as escolas, a partir do ano de 2022. A grade curricular totalmente detalhada encontra-se no Apêndice A desta dissertação, e se constitui como a nova roupagem com a qual se pretende conquistar os jovens e assim mostrar para a sociedade que existe um novo ponto de vista que possibilita à juventude escolher o seu caminho. Ledo engano, os alinhavos do neoliberalismo estão mais apertados, pois é preciso entender o que realmente está sendo posto como proposta.

Mesmo com algumas visões antagônicas entre os autores, é possível trazer, por meio dos itinerários, pontos que despertem a atenção dos jovens. Para propor uma Lei em uma sociedade no século XXI, é preciso entender a juventude, o que ela quer e o que realmente precisa em um mundo em que a era tecnológica impera.

O Brasil vive, nos últimos anos, um processo de desenvolvimento que se reflete em taxas ascendentes de crescimento econômico tendo o aumento do Produto Interno Bruto ultrapassado a casa dos 7%, em 2010. Este processo de crescimento tem sido acompanhado de programas e medidas de redistribuição de renda que o retroalimentam. Evidenciam-se, porém, novas demandas para a sustentação deste ciclo de desenvolvimento vigente no país. A educação, sem dúvida está no centro desta questão. (BRASIL, 2013, p. 145).

Para atender o Ensino Médio, todas as leis precisam estar voltadas para a escuta desta “tribo”, para que eles possam permanecer na escola, pois ainda é muito grande o número de alunos que evadem e desistem, prejudicando o crescimento do país e o poder aquisitivo da juventude.

Dessa forma, seguindo as observações acima, é essencial discutir um aspecto fundamental: quem é a juventude deste país que, por motivos variados, exclui-se da escola, provocando o sinistro mistério da evasão.

A juventude é ao mesmo tempo, uma condição social é um tipo de representação. De um lado há um caráter universal, dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse tempo/ciclo da vida. A entrada na juventude se faz pela fase da adolescência e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social. É nessa fase que fisicamente se adquire o poder de procriar, que a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família, que começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e dar provas de autossuficiência, dentre outros sinais corporais, psicológicos e de autonomização cultural. (MEC, 2013, p. 14).

Para completar, a ideia da complexidade em propor uma mudança no Ensino, Antunes (2018) analisa os movimentos que os jovens fizeram em 2013:

As fissuras do projeto, acentuadas pela persistência e pelo aprofundamento da crise econômica mundial, levariam para as ruas um amplo setor da juventude trabalhadora. Submetida à precariedade crescente do mercado de trabalho, impossibilitada do acesso à educação pública de qualidade, deixada à mercê de um sistema público de saúde sucateado, sem nenhuma segurança sobre o futuro, o aumento das tarifas do transporte coletivo converteu-se numa espécie de catalisador do descontentamento dessa camada de jovens. (ANTUNES, 2018, p. 254).

Esta afirmação de Antunes certifica ainda mais que há um desencontro entre o que está sendo proposto como política de Ensino Médio, com quem realmente vai estudar, ou melhor, com quem está se matriculando para atingir os objetivos da sua vida, que é, por meio da educação, conseguir melhores empregos, melhores salários e melhor qualidade de vida. O que se apresenta ao jovem trabalhador é um ensino vazio de sentido para os seus propósitos, pois o que ele quer, precisa, busca e ambiciona é, no mínimo, uma formação profissional que lhe possibilite garantir um sustento digno para sua família ou para ajudar os próprios pais.

Podemos afirmar que a juventude é uma categoria socialmente produzida. Temos de levar em conta que as representações sobre a juventude, os sentidos que se atribuem a esta fase da vida, a posição social dos jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contexto históricos, sociais e culturais distintos. A pesquisa antropológica é rica em exemplo que demonstram etapas biológicas da vida elaboradas simbolicamente com rituais que definem fronteiras entre idades específicas de cada grupo social. Ainda nessa direção, pode-se afirmar que a juventude é uma construção histórica. (MEC, 2013, p. 13).

A importância das informações em relação ao caminho do Ensino Médio, pode ser entendida por meio de todas as leis que foram homologadas, muitas vezes sem ouvir

a sociedade e principalmente a população jovem trabalhadora, que tem muito interesse e sede de conhecimento.

Por outro lado, mostra que para se propor leis, é fundamental ter conhecimento e intenção séria, pois esta população — por não se sentir confortável com o que lhe é imposto — acaba se evadindo da escola. A evasão sempre esteve presente em todos os momentos apresentados, mas como ela se dá? Qual é o fator que leva o jovem do Ensino Médio a abandonar a escola? É realmente o trabalho? É o que buscamos aprofundar no próximo capítulo.

Os estudos deste capítulo evidenciam que ocorreram avanços na legislação e nas políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio, ao longo das décadas, porém, mesmo com esses avanços, a universalização do acesso a essa etapa, com a qualidade que a sociedade brasileira precisa, ainda não se concretizou. O que deveria ser estimulado, apoiado e defendido pelas políticas públicas do país a favor dos estudantes, também não aconteceu. O que tem acontecido é um embate entre as lutas sociais e as ações e propostas de governo, sendo que este último tem atuado por meio de barganhas, entraves, omissões e interesses particulares e/ou partidários no exercício do poder. Nesse sentido, toda a sociedade perde, mas, principalmente, perdem os estudantes da classe mais pobre e trabalhadora da sociedade.

1.4 Aplicabilidade da Lei 13.415 na Rede Estadual de Mato Grosso do Sul

Com o intuito de inserir o jovem em um protagonismo dentro e fora da escola, após poucas discussões e reflexões, junto aos educadores e aos estudantes — e sem um diagnóstico que justificasse a proposta de inovações significativas — foi instituída a Lei 3.415, de 16 de Fevereiro de 2017. Essa lei se refere à Reforma do Ensino Médio que passou a ser nomeado como o Novo Ensino Médio, buscando ampliar o conhecimento dos jovens campo-grandenses e todo o Brasil.

Para melhor entender esta lei que tem aplicação gradativa, é fundamental compreender o percurso que ela fez até ser homologada. O estudo, realizado por Silva (2020), apresenta o movimento que resultou das políticas e dos programas que embasaram o Ensino Médio na educação brasileira e, conseqüentemente, sul-mato-grossense até a implantação da referida Lei 13.415/2017. Essa lei dá ênfase a escola de Tempo integral, com recursos que lhes são especificamente destinados. As escolas, Ensino Médio regular (proposta anexo) são financiadas pelo Estado e alguns programas

federais. Explicitam-se na figura 3 o percurso das ações que foram materializadas no período de 2003 a 2017:

Figura 2 Linha do tempo criada pela Gerência do Ensino Médio em Tempo Integral – 2003 - 2010



Fonte: GEMTI/COPEP/SUPED/SED

Figura 3 Linha do tempo criada pela Gerência do Ensino Médio em Tempo Integral – 2011 - 2015



Fonte: GEMTI/COPEP/SUPED/SED

Figura 4 Linha do tempo criada pela Gerência do Ensino Médio em Tempo Integral – 2016 - 2017



Fonte: GEMTI/COPEP/SUPED/SED

Analisar esse percurso histórico sobre o Ensino Médio é fundamental, pois apresenta as sequências de eventos que foram alterando a estruturação desse nível de ensino, do final do século passado até os dias atuais. Esses eventos evidenciam que foram anos de discussões para encontrar um currículo que fosse ao encontro dos anseios da juventude e da sociedade. Nesse contexto, ocorreram retrocessos, mas também avanços são encontrados, bem como a influência da cúpula neoliberal, que age de forma sutil nos sistemas educacionais com uma política que amplia as diferenças entre pobres e ricos.

No que se refere às políticas, destacamos um esforço para diminuir essas diferenças com as implementações que enfatizam, na meta 3, o Ensino Médio, conforme já apontamos anteriormente e que começou a ser implantada no ano de 2015.

A elaboração coletiva do Plano Estadual de Educação configura-se também um momento histórico — após a publicação da Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação 2014-2024 — com um processo de análise aprofundada das necessidades de cada nível e de cada etapa de ensino, de forma a atender as expectativas da sociedade e dos(as) cidadãos(ãs), aos quais o direito à educação de qualidade social deve ser garantida.

[...] nos dias atuais, a inquietação das juventudes que buscam a escola e o trabalho resultam mais evidente do que no passado. O aprendizado dos conhecimentos escolares tem significados diferentes conforme a realidade do estudante. Vários movimentos sinalizam no sentido de que a escola precisa ser repensada para responder aos desafios colocados pelos jovens. (MEC, SEB, DICEI, 2013, p. 146).

O alinhamento dos planos Nacional e Estadual contemplou ações e estratégias que atingiram diretamente o desenvolvimento do Ensino Médio nos anos seguintes como o Novo Ensino Médio e a Escola de Tempo Integral que já se encontravam encaminhados por meio de discussões e debates e que se confirmaram como políticas públicas no novo milênio. Aliás, o século XXI será sempre lembrado como uma era de mudanças na educação para uns e anos de estagnação ou ainda de retrocesso, para outros. É preciso dar possibilidade ao estudante de escolher o que quer para sua vida, com possibilidade de desenvolver suas competências e habilidades e ser o protagonista da sua história.

Ressaltamos, entretanto que, apesar dos significativos avanços que se constituíram no percurso, esta etapa, nos últimos anos, tem sido alvo de discussões, para melhor definir sua identidade. Isto por que:

O Ensino Médio traz desafios para todas as redes de ensino e escolas do país. Às transformações enfrentadas pelos próprios jovens, do ponto de vista social e emocional, somam-se as mudanças dos tempos atuais, potencializadas pela ampliação e disseminação de novas tecnologias. O modelo atual não tem respondido de forma satisfatória a esses desafios. A desconexão entre os anseios da juventude e o que a escola exige dela manifesta-se nos indicadores de frequência e desempenho da etapa: em 2016, 28% dos estudantes de Ensino Médio encontravam-se com mais de 2 anos de atraso escolar e 26% dos estudantes abandonaram a escola ainda no 1º ano; quanto ao IDEB, a variação positiva foi de apenas 0,3 ponto entre 2005 e 2011, ficando estagnado desde então e abaixo das metas estabelecidas (<http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/Guia.pdf>, p. 6).

Esses dados, evidenciam a necessidade de novas discussões e, principalmente, de um diagnóstico em relação às políticas públicas existentes e seus resultados, pois, de acordo com as Diretrizes Curriculares

Tendo em vista que a função precípua da educação, de um modo geral, e do Ensino Médio – última etapa da Educação Básica – em particular, vai além da formação profissional, e atinge a construção da cidadania, é preciso oferecer aos nossos jovens novas perspectivas culturais para que possam expandir seus horizontes e dotá-los de autonomia intelectual, assegurando-lhes o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e à produção coletiva de novos conhecimentos, sem perder de vista que a educação também é, em grande medida, uma chave para o exercício dos demais direitos sociais. (Diretrizes Curriculares, 2010. p. 145).

O exposto nas diretrizes corrobora para ratificar a necessidade de políticas públicas que atinjam o currículo atrelado às ações realizadas nas escolas especificamente nas salas de aula que apresentem dados de forma a dirimir a evasão pois:

Não dá para responsabilizar apenas sujeitos externos à escola por esses resultados. A origem da desmotivação e do desinteresse dos jovens encontra-se também no descompasso entre a formação escolar oferecida, os interesses

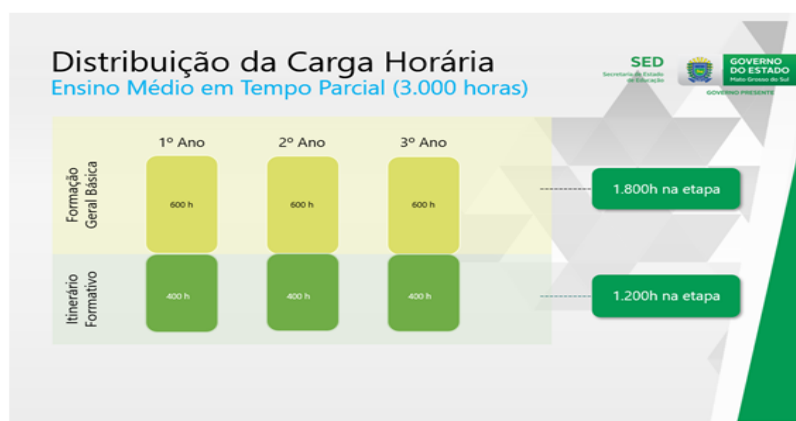
dos estudantes e as exigências do mundo contemporâneo, o que indica a necessidade de mudanças nas próprias estrutura e organização dessa etapa da Educação Básica. Para atender a essas questões, o Novo Ensino Médio coloca o jovem no centro da vida escolar, de modo a promover uma aprendizagem com maior profundidade e que estimule o seu desenvolvimento integral, por meio do incentivo ao protagonismo, à autonomia e à responsabilidade do estudante por suas escolhas e seu futuro. (<http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/Guia.pdf>, p.6

Dessa perspectiva, a Rede Estadual de Mato Grosso do Sul, a partir 2015, começa com a missão de dar possibilidades aos Jovens de permanecerem na escola e dar continuidade aos estudos para que possam ter um ensino que contemple os seus projetos de vida.

Nesse sentido, a Rede Estadual de Ensino implantou e expandiu a matrícula digital que é referência no país, pois atende a todos os municípios, facilitando a inserção do educando no sistema de ensino. Essa ação alcançou todas as modalidades e etapas de ensino. Foi um projeto audacioso que utilizou da tecnologia para atender a todos os alunos independente do município em que se encontravam, facilitando a vinda de estudantes para as escolas, refletindo-se no aumento dos dados positivos na RRE/MS.

Com a lei homologada e prevista para ser implantada até 2022, a REE/MS implantou em 2020 o projeto piloto em 122 escolas com a grade da Figura 6 que neste ano de 2022, será expandido por toda a Rede e a partir de 2023 poderão ter seus itinerários próprios. É importante citar que a princípio as escolas apresentarão dois itinerários que constituem o conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher, conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional. O detalhamento dos itinerários e toda a carga horária tanto do Tempo Parcial como Integral estão no (anexo A 103). As grades 6 e 7 compreendem a preliminar da Distribuição da carga horária do próximo ano que será com aumento do tempo dos estudantes na escola.

Figura 5 – Carga horária Tempo Parcial



Fonte: COPEMEP/SUPED/SED

Figura 6 – Carga horária Tempo Integral



Fonte: COPEMEP/SUPED/SED

Em suma, o Novo ensino Médio está posto na REE/MS e vem com a perspectiva de atender os anseios dos alunos que, segundo os dados, têm se mantido mais nas escolas, aumentando assim a responsabilidade destas, da própria secretaria e dos professores que têm uma proposta de colocar responsabilidade aos educandos por meio da disciplina projeto de vida. É importante citar que haverá aumento na carga horária, aulas em momentos diferentes do estudado. Hoje o ensino Médio Regular tem 3000 horas e o Ensino Médio Integral 4500 horas, não sendo nenhuma novidade este desenho. Em 2009, já houve um embrião da escola com carga horária aumentada que foi o Ensino Médio Inovador, implantado pela Portaria 971, de 09/10/2009. No entanto, por falta de planejamento e incompatibilidades entre projeto e realidade, o mesmo não resistiu muito tempo, dando espaço no momento atual para o Novo Ensino Médio.



Até Quando Esperar²

Não é nossa culpa
Nascemos já com uma bênção
Mas isso não é desculpa
Pela má distribuição

Com tanta riqueza por aí, onde é que está
Cadê sua fração?

Até quando esperar?

E cadê a esmola que nós damos
Sem perceber que aquele abençoado
Poderia ter sido você
Com tanta riqueza por aí, onde é que está
Cadê sua fração?

Até quando esperar a plebe ajoelhar
Esperando a ajuda de Deus

Posso
Vigiar teu carro
Te pedir trocados
Engraxar seus sapatos

Sei
Não é nossa culpa
Nascemos já com uma bênção
Mas isso não desculpa
Pela má distribuição
Com tanta riqueza por aí, onde é que está
Cadê sua fração?
Com tanta riqueza por aí, onde é que está
Cadê sua fração?
Até quando esperar a plebe ajoelhar
Esperando a ajuda de Deus
Até quando esperar a plebe ajoelhar
Esperando a ajuda do divino Deus

² SEABRA, Philippe; WORTMANN, Gutje. Até quando esperar. In: Peble Rude: **O concreto já rachou**. EMI, 1986.

2. ESTUDAR E/OU TRABALHAR: QUE CAMINHO SEGUIR?

2.1 Educação, Trabalho e Sociedade

A sociedade em qualquer época tem sua base na educação e no trabalho, basta olhar para a evolução do homem. “Toda sociedade vive porque consome e para consumir depende da produção, isto é, do Trabalho. Toda a sociedade vive porque cada geração não só cuida de si, mas também da formação da geração subsequente e transmitindo-lhe algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação”. (KONDER, 2000, p. 112 apud FRIGOTTO, 2009, p. 129).

O trabalho tem um significado ímpar, pois está vinculado diretamente à subsistência do ser humano. Nos primórdios, o homem viu no trabalho, ou melhor, compreendeu como era possível transformar a natureza e, conseqüentemente, melhorar a sua condição de vida.

O trabalho possibilita ao homem alterar a condição de interagir um com o outro, em uma relação que passou por vários momentos entre homem x homem; homem x natureza. Por exemplo, antes era subsistência depois a troca, de troca por sal, depois por moeda, o capital e assim chegamos ao nível da exploração em que nos encontramos na atualidade, conforme corrobora Souza (2021):

Parafraseando Karl Marx (2011), ao promover a secularização da liberdade e da igualdade, a democracia representativa burguesa mobilizou as massas e reiteradamente as traiu e as abateu. A sociedade capitalista precisa contar de modo crescente com as massas, integrá-las à normalidade econômica e política para assegurar o domínio em uma falsa ilusão de participação e liberdade. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão e de exploração. (SOUZA, 2021, p. 04).

De acordo com a afirmação do(a) autor(a) evidenciamos que na atualidade nos deparamos com uma nova forma de exploração, principalmente pela tecnologia dentro de uma economia capitalista, em que poucos têm acesso a essa tecnologia, reforçando a exclusão, conforme afirma Antunes (2014):

No capitalismo avançado, a produção tende a ser cada vez mais invadida por robôs e máquinas digitais, encontrando nas TICs o suporte fundamental dessa nova empresa flexível e digital, os intermitentes globais tendem a se expandir ainda mais, ao mesmo tempo em que o processo tecnologia-organizacional-informacional eliminará de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho que se tornará supérflua e sobrando sem emprego, sem seguridade social e sem nenhuma perspectiva de futuro. (ANTUNES, 2014, p. 20).

Diante do exposto, é importante entender como o trabalho, a educação — principalmente a ofertada no Ensino Médio — e a evasão se cruzam. O trabalho faz mediações com as desigualdades e explorações e a falta do conhecimento escolar reforça ainda mais esta desigualdade. O entendimento desse processo é fundamental, para definir algumas políticas públicas necessárias para atender o Ensino Médio.

O Ensino Médio no Brasil sempre foi alvo de discussão como toda a educação brasileira, mas esta etapa traz, em si, um olhar mais interessante, pois é esta faixa etária que concentra a mão de obra que faz a diferença em um país. Para Krawczk (2011):

O currículo de Ensino Médio sempre foi um campo de disputa e, nesse contexto, a relação entre educação e trabalho é um dos temas que gera muitas controvérsias e tem acompanhado as diferentes reformas educacionais durante o século XX. Este debate reforçou-se nas últimas décadas a partir do discurso hegemônico de que o conhecimento e a informação passaram a ser o capital mais importante do trabalhador nas novas formas de produção. (KRAWCZK, 2011, p. 6).

Assim, na década de 50, o ensino e o trabalho se entrelaçam e não se separam mais. Nas propostas para esta etapa de ensino, que acompanham os modelos econômicos desde aquela época, verificou-se que os conteúdos não acompanharam o sistema de industrialização. Encontramos na literatura que em 1950, por exemplo, sentia-se a necessidade de melhorar a qualidade da mão de obra que estava sendo ofertada. Eram intensos os debates, os estudos e também as discussões no que correspondia ao ensino de 1º e 2º graus, hoje ensino médio.

No Brasil, o ensino secundário manteve-se como um curso de cultura geral e cultura humanística até a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Nunes, 2000; Piletti, 1988). Em realidade, as disputas em torno do currículo desse nível de ensino foram intensas durante o século XX, mas foi no período de tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (1948-1961) até a Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau em 1971 que a legitimidade social pronunciada das humanidades e dos estudos literários deslocou-se definitivamente para uma nova configuração curricular fundamentada na cultura científica e técnica. De fato, nesse período, educadores, intelectuais e políticos voltaram-se para a redefinição das finalidades e da organização do ensino secundário no país colocando em discussão a validade do humanismo clássico e do humanismo científico, o significado social da cultura geral desinteressada, a necessidade de flexibilização e de diversificação do currículo e seu direcionamento para o trabalho (PESSANHA; JUNIOR, 2012, p. 58).

Dessa maneira, evidencia-se que o ensino secundário tem uma característica ímpar em sua história: a dualidade desde o início, ou seja, de um lado traz a importância de servir à classe dominante, por meio de um ensino que encaminha o jovem para a

universidade e o prepara para a continuidade da sua classe. Por outro lado, apresenta ao jovem da classe trabalhadora o ensino profissionalizante que perpetua também sua função de servir ao capitalismo, independente da roupagem que este utiliza, pois a ele se molda com o passar do tempo.

Os jovens — no momento em que atravessam por um período de transformação chamado adolescência — têm, em todo lugar do mundo, o momento de fazer a transição de um estágio intelectual para outro, de uma modalidade de ensino para outra. Esta travessia é fundamental para que encontrem a sua identidade, conscientizem-se da sua classe social e da sua condição de ser humano.

A implantação da Lei 4024/61 trouxe avanços à estrutura curricular da escola pública que ganhou disciplinas obrigatórias, optativas e práticas educativas. Como aponta Freitas (2009, p. 175), “o Ensino Médio será em etapas: ginásial com quatro séries consecutivas (1ª a 4ª) e o colegial com três séries consecutivas (1ª a 3ª). O Ensino Médio, na etapa ginásial e na etapa colegial, poderia ser oferecido em duas modalidades técnica e de formação de professores”.

A euforia causada pelos avanços desta lei, mesmo considerados pequenos, tiveram sua importância. Esta lei ficou vinte e um anos em discussões e debates e ao ser homologada ficou em vigor por pouco tempo, pois os avanços se perderam com a reforma do Regime Militar, que iniciou em 1964 e perdurou até 1985.

Assim, por vinte e um anos o Brasil ficou na escuridão e o que vinha avançando nas áreas de cultura, de política, de imprensa e outras encontrou na ditadura militar uma interrupção, que jogou para bem longe todos os sonhos e rompeu de forma drástica com a liberdade de expressão e de vida. De acordo com Saviani (2008):

No início da década de 1960, a sociedade brasileira vive um momento de grande efervescência, que chegou a ser caracterizado como pré-revolucionário (Furtado, 1962). Os anos JK (1956-1960) foram um período de euforia desenvolvimentista embalado pelo “Plano de Metas” e pelo slogan “50 anos em 5”. O alvo da política posta em marcha era completar o processo de industrialização do país. (SAVIANI, 2008, p. 292).

Com a chegada dos militares, a economia brasileira tomou uma proporção gigantesca no que se refere aos investimentos do capital estrangeiro, que incentivou o regime posto e colocou em ação o Milagre Brasileiro. O capital estrangeiro é a base do investimento nos grandes projetos de desenvolvimento desse país, linhas férreas, usinas, tecnologias, povoamento da região amazônica, enfim é um Brasil novo, conforme Junior e Bittar (2008):

Os governos militares adotaram um movimento político de duplo sentido: ao mesmo tempo em que supriam as liberdades democráticas e instituíram instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo, levaram a prática os mecanismos de modernização do capitalismo brasileiro. Em síntese: propugnavam a criação de uma sociedade urbano-industrial na periferia do sistema capitalista mundial, pautada pela racionalidade técnica. No lugar dos políticos, os tecnocratas, no prosclênio da política nacional, as eleições controladas e fraudadas; no âmbito do mundo do trabalho, a prevalência do arrocho salarial; na lógica do crescimento econômico, a ausência de distribuição de renda nacional; na demanda oposicionista pela volta do Estado de direito democrático, a atuação sistemática dos órgãos de repressão mantidos pelas Forças Armadas: eis como a ditadura militar executou o seu modelo econômico de aceleração modernizadora e autoritária do capitalismo no Brasil.(JUNIOR; BITTAR, 2008, p. 335).

É relevante apontar que a população pobre não teve nenhum acesso às políticas públicas. As pesquisas da época apontam que o número de pessoas pobres aumentou ainda mais, situação que se reflete até os dias de hoje. Importante citar ainda que o Brasil é um país que descarta com muita facilidade os pobres e pretos, basta um olhar para a história do país no que concerne à “libertação dos escravos”, pois foi uma ação que jogou para a sociedade milhares de pessoas que não tinham instrução, não tinham roupas, nem lugar onde morar.

Nesse cenário da ditadura estava inserida a educação, assim o país crescia e não tinha mão de obra especializada para tanto progresso. Encontramos na literatura informações de que as máquinas trazidas de fora ficavam nos portos e pátios, esperando para serem utilizadas, pois não tinha quem as operasse e assim permaneceram mesmo depois do final do regime.

Contudo, os autores (2008) salientam que ocorrem mudanças também no Ensino Médio:

Na estreita desse processo o regime militar implementou as reformas educacionais de 1968, a Lei n. 5540, que reformou a universidade e a de 1971, a Lei 5.692, que estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus, pois ambas tinham como escopo estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Ou seja, a educação no âmbito do regime militar foi concebida como instrumento a serviço da racionalidade tecnocrata, com o objetivo de se viabilizar o slogan “Brasil Grande Potência”. (JUNIOR e BITTAR, 2008, p. 335).

Assim, surgiram os slogans para ratificar e propagar a economia. Na verdade, o marketing que ocorria em todas as áreas, não foi diferente na educação, tanto que o fórum

“a educação que queremos” foi propagado, por que acreditava-se em uma educação forte para este país em pleno desenvolvimento.

Os empresários estavam também presentes na educação por meio do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES), articulando estratégias com os estrangeiros, especificamente os americanos. Planejavam e executavam ações educacionais com recursos financeiros americanos, por meio dos acordos com a Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento Internacional. Essa relação ficou conhecida como o Acordo MEC/USAID, por meio do qual, segundo Saviani, foram estabelecidos os nortes que iriam dar uma concepção produtivista de educação.

A ditadura então teve uma importância na economia e um rastro que se estende até hoje. Em síntese, eis o que foi a educação brasileira durante a ditadura militar: uma política social instrumentalizada pela ideologia tecnicista, com o objetivo de impulsionar o projeto de “Brasil Grande Potência”, lema que correspondia, no âmbito político ideológico, ao autoritário “Brasil, ame-o ou deixe-o”. (JUNIOR & BITTAR, 2008, p. 349).

O que se pode depreender das afirmações dos autores, é que a educação estava atrelada à mão de obra que fomentava e movimentava as indústrias e o comércio, enfim o país. Ainda assim, existem as arestas que precisam ser apresentadas como a desigualdade e a exploração que giram em torno desse dueto educação e trabalho.

Nos anos 1980, como já apontado, o empenho das políticas educacionais ficou em torno no ensino fundamental, mas nos anos 1990 retornam as discussões em prol de uma educação a contento das mudanças que vinham ocorrendo, tendo em vista que, economicamente o mundo mudou completamente. A globalização, as novas tecnologias, a explosão do trabalho informal, a desigualdade, a pobreza, as mudanças climáticas, tudo acontecendo ao mesmo tempo, e o Jovem precisava de um espaço para ter expectativas positivas nesta conjuntura.

As políticas de expansão do ensino médio respondem não somente às aspirações das camadas populares por mais escolarização, mas também à necessidade de tornar o país mais competitivo no cenário econômico internacional. Elas decorrem da implementação de políticas de correção do fluxo de matrículas que impulsionaram a conclusão do ensino fundamental produzindo o aumento da demanda por mais escolarização, e são também informadas pelas maiores exigências de credenciais no mercado de trabalho e pela própria instabilidade deste. (KRAWCZYK, 2011, p. 755).

Assim, nas três últimas décadas o Ensino Médio retorna ao centro das discussões, pois é importante compreender o seu papel, para propor uma educação que contemple a juventude e suas necessidades. Como resultado dessas reflexões, universaliza-se o Ensino Médio por meio da Lei nº 12.061, de 27/10/2009 e em consonância com a Emenda Constitucional 59, de 11/11/2009, alterou o Artigo 208, da Constituição, que propõe a obrigatoriedade desta etapa de ensino. No entanto, somente após quatro anos a Lei 12796, de 04/04/2013 altera a LDB que passa a ser assim redigida.

I - Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) Pré-escola;
- b) Ensino Fundamental;
- c) Ensino Médio;

Entende-se assim que há um grande esforço para regulamentar um Ensino Médio que atenda às necessidades do Jovem do século XXI. Entretanto, essa situação ocorre em um país em desenvolvimento, cuja economia é totalmente instável e com uma pandemia em pleno pico, que se arrasta por mais de um ano sem aula presencial. Muitos jovens permanecem sem saber como irão pontuar na prova do ENEM.

Percebe-se que nos registros da Educação Básica brasileira, esse nível de ensino talvez seja o mais problematizado na história da educação, pois manifesta o nó da relação social, que está implícito no censo escolar nacional (CURY, 1991). Há evidências de que a forma como é organizada esta etapa contribui para naturalizar as diferenças e as desigualdades sociais entre as variadas classes de brasileiros.

O apontamento acima corrobora para certificar que há uma fenda na educação escolar que estende-se a todas as modalidades de ensino, muitas vezes prejudicando a sua essência, é o que acontece com o Ensino Médio. Assim, nosso país que é considerado de terceiro mundo e que, como já referido, sempre foi apontado como aquele que utilizou a mão e obra da classe pobre para execução do trabalho, sendo que para tanto essa classe não precisa ter muitos anos de estudos.

Desta maneira com um política que não empodera a classe pobre e cada vez mais força o jovem a sair para trabalhar. Entretanto, muitas vezes, esse jovem não consegue conciliar trabalho/estudos em razão da distância entre aquele e a escola, ou entre a escola

e a casa, tendo que optar pelo que lhe é mais viável e necessário: trocar o trabalho pelo estudo, ou buscar outras possibilidades.

Atualmente é possível afirmar que os jovens têm estudado mais que seus pais, sendo este um ponto bom, como aponta Gentili (1998, p. 123), destacando a força que a escola tem, pois para este autor a escola é um espaço de luta, uma vez que é nela que assuntos importantes são tratados como os conflitos sociais que segundo ele não tem como silenciá-los se eles fazem parte dela, pois a escola, tentando silenciar esses conflitos, fala sobre eles. Não se trata, então de abrir as portas das instituições escolares aos problemas da vida social. É fundamental que se organize a forma mediante a qual, tem tentado silenciá-los, pois a escola fala sobre eles. Não se trata de adicionar ou sobrepor discursos “alternativos” sobre o social. Trata-se de ganhar a batalha discursiva que se trava dia a dia na escola sobre o próprio conteúdo do social.

Não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual — o *Homo faber* não pode ser separado do *Homo sapiens*. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual: ele é, em outras palavras, um “filósofo”, um artista, um homem com sensibilidade; partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e, portanto, contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é, estimular novas formas de pensamento. (GRAMSCI, 1957, p. 121 apud MÉSZÁROS, 2005, p. 49).

Esses autores estudados apresentam também que não é prudente acreditar que esta situação, onde muitas vezes não conseguimos visualizar uma perspectiva de mudança, não mude. Aliás todo processo evolui, muda e, no caso da educação e do ensino essa mudança pressupõe o trabalho aliado ao desenvolvimento do intelecto, que segundo os autores, não estão separados. Nesse sentido, a busca para que o jovem brasileiro possa vivenciar essas duas atividades, que lhe são formativas e inerentes, nos reporta ao educador Paulo Freire, quando nos convida a conjugar o verbo esperar. Esperar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo.

Assim, o que nos move nesta pesquisa e move a todos os educadores e pesquisadores que buscam, por meio de estudos, entender e diagnosticar as dificuldades e lutar para que a educação brasileira possa cumprir seus objetivos de melhor preparar os estudantes.

2.2 A Necessidade de Trabalhar e de Estudar a Evasão no Ensino Médio

É com a esperança em mudança que procuramos estudar a evasão no ensino médio. O conceito de evasão, que é polissêmico e polêmico, dependendo da ótica do pesquisador e da região do Brasil em que se encontra. Assim, diante dos objetivos propostos, foi necessário nos debruçarmos sobre os estudos de vários autores que se dedicaram e dedicam-se ao tema no país, alguns dos quais, inclusive, fazem referências às pesquisas realizadas no exterior, o que demonstra a ubiquidade do tema e respalda as análises da legislação e dos dados oficiais que realizamos. Apresentamos, portanto, de forma sucinta, como o conceito foi discutido nessas pesquisas e evidenciamos também de como o trabalho e a evasão estão entrelaçados na vida dos jovens do Ensino Médio, tanto em Campo Grande, como no Brasil.

Para entender a evasão é fundamental ter olhares que perpassem as áreas sociais, políticas e econômicas, pois esse tema não pode ser tratado como um fato isolado, aliás na educação tudo está entrelaçado. O Ensino Médio, por exemplo, precisa estar articulado à sua própria reforma, às reformas trabalhistas e à reforma da previdência para atender aos interesses das grandes corporações as quais estão conectadas (Souza 2021).

Conforme, constatamos no desenvolvimento da pesquisa, até o momento, o Ensino Médio apresenta uma trajetória de descontinuidade. Isso ocorre no que corresponde às políticas públicas, tendo em vista o pouco financiamento, as discussões sobre a identidade, a sua dualidade entre formação propedêutica ou a qualificação profissional. Em razão do desenvolvimento econômico, tudo leva a sentir a força do poder hegemônico que determina as políticas educacionais a seu favor.

A educação é reconhecida por muitos autores, entre eles Cury (1991) como um direito essencial, enquanto propiciador das condições necessárias à inclusão social. Ensino Médio é uma etapa que está essencialmente ligada à produção e ao trabalho e a consequência deste elo se reflete na escola, principalmente a pública, pois muitas vezes o aluno, que faz parte deste elo, acaba saindo da escola, como referido anteriormente, em razão da necessidade em escolher o trabalho ou a escola.

Nesse binômio, para alunos trabalhadores normalmente a escola é a que fica de lado, mesmo porque nem sempre agrega seu ensino à formação e capacitação das exigências requisitadas no trabalho. É esta ligação produção-trabalho-Ensino Médio que circunda a evasão, fenômeno este que não se esgota, sendo difícil mensurar. Portanto seu estudo é essencial, pois advém de algo que não foi identificado totalmente: o que ocorre

no interior das propostas pedagógicas, das políticas educacionais que não dão conta de criar soluções viáveis e palpáveis para atender toda a população jovem.

As políticas públicas apresentadas à classe jovem — mesmo com avanços como o aumento do número de escolas, matrículas e, no caso de Campo Grande, ônibus escolar gratuito — ainda não são satisfatórias, pois em vinte e um anos do século XXI ainda há um número significativo desses jovens que estão fora da escola.

Quando enfocamos o jovem do Ensino Médio regular, percebemos ainda mais a necessidade de entender a demanda por políticas públicas efetivas que atendam esta parcela da sociedade. Isso posto, com a expansão da escola de tempo integral fica mais complexo manter-se na escola, tendo em vista que muitos precisam sair meio período para trabalhar, ou ir para a casa dar continuidade aos serviços domésticos para que o responsável saia para trabalhar.

A escola de Tempo integral, de acordo com a Lei nº 13.415, de 16/02/2017, expande a carga horária, isto é, o aluno que antes sairia às 12h30 passa a sair às 16 horas.

O art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24.

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

.....
 § 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. (BRASIL, 1996, p 16).

Chamamos a atenção para este fato, uma vez que as escolas de tempo integral estão em período de expansão — em razão do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005 de 25/06/2014 e do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do sul, Lei 4621, de 22/12/2014 — estabelecido na Meta 06 desses planos. Essa Meta prevê a implantação e implementação gradativa da educação de tempo integral em no mínimo 65% das escolas públicas de forma a atender, pelo menos 25% dos estudantes da educação básica. É importante salientar que segundo o MEC/INEP/Censo Escolar a meta é alcançar 50% até 2024.

Diante disso, o caminho para muitos é a exclusão ou migrar, algum tempo depois, para a Educação de Jovens e adultos, para ingressar no mercado de trabalho, pois o estudo que têm, não lhes traz opções de trabalho, a não ser o mercado informal.

Dessa perspectiva, para este jovem a educação e o trabalho são essenciais, por isso é importante ofertar uma educação de qualidade para que o mesmo entre no mercado de trabalho com condição de competir para conseguir melhores vagas de trabalho. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, auxiliado ao Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece no artigo 53, inciso I “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”. Contudo, encontramos uma desigualdade muito grande que dificulta até mesmo o país a crescer economicamente.

A educação básica dever ser gratuita, unitária e efetivar-se na esfera pública como dever do Estado democrático. Além de ser determinante para uma formação integral humanística e científica de sujeitos autônomos, críticos e criativos, a educação básica de qualidade é decisiva para romper com a condição de subalternidade da maioria do povo. É também um alicerce indispensável da inserção competitiva do País num mundo em que as nações se projetam, cada vez mais, pelo nível de escolaridade e de conhecimento de seus povos. (ALMEIDA, 2018, p. 90).

A condição de subalternidade faz com que os pais e os estudantes entrem no mercado de trabalho com atividades precarizadas, levando a uma reprodução que ocorre há anos. Os pais não têm condições de dar o mínimo aos filhos e estes evadem da escola para ajudá-los e/ou concomitantemente, vão buscar no trabalho a realização de seus anseios. É dever do estado oferecer condições para estas famílias, no entanto, esse é um ponto de difícil realização em um Estado que adota as políticas econômicas neoliberais, uma vez que a pouca intervenção estatal favorece o aumento das desigualdades existentes, constituindo-se em um problema social que acarreta evasão e exclusão dos educandos (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2017).

Cury (2005) sinaliza que há problemas fora da escola que interferem na evasão como a questão de governança, isto é, a má distribuição de renda e/ou a incapacidade do país em redistribuí-la, bem como a má distribuição e aplicação dos recursos existentes, o que acarreta a pobreza e seus desdobramentos como a violência e a fome, entre outros.

2.3 A Evasão e o Seus Significados

Os alunos que têm seus pais vinculados a classe trabalhadora e/ou são trabalhadores, muitas vezes, são forçados a abandonar a escola, para ter o mínimo das suas necessidades básicas atendidas. Isso é o que nos apontam as pesquisas de Azevedo

e Reis (2013), Bittencourt (2009), Borges e Araújo (2019), Conde (2012), Filho e Araújo (2017), Frigotto e Ciavatta (2004), Lopes (2017), Krawczyk (2014), Kuenzer (2000), Resende (2012), Rodrigues (2019) e Santos (2010), que apresentaram um ponto em comum: o fato de que a necessidade do trabalho pode ser o grande gargalo da evasão escolar.

O resultado deste desencontro entre como deveria ser e como é a vida dos jovens que se evadem da escola, viola os seus direitos, pois o jovem brasileiro deveria ter o direito de concluir o Ensino Médio, com aprendizagem assegurada, nessa etapa final da Educação Básica. Afinal, esse jovem precisa ter possibilidade de fazer suas escolhas, tendo por base uma formação geral consistente e de ser protagonista na construção de seus projetos de vida. No entanto, são jovens que têm suas vidas precarizadas, seus direitos desrespeitados, total inviabilidade de planejar e escolher, tendo efetivamente seu espaço de dignidade roubado. (LIMA, 2008).

Para ratificar o trecho acima, Cury (2002) traz um estudo sobre a própria etimologia do termo base que nos confirma esta acepção e etapas conjugadas sob um só todo, isto é a palavra **Base** que provém do grego *básis*, *eós* e significa, ao mesmo tempo, pedestal, suporte, fundação e andar, por em marcha, avançar. A Educação básica é assim nominada por se constituir em um ensino e aprendizagem básicos, ou seja, é o alicerce bem estruturado que prepara os estudantes para outros voos, para outros conhecimentos e formação profissional e social. Dessa forma, é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar.

Dessa maneira, para entender o fenômeno da evasão neste estudo, foi preciso também analisar as condições dadas para o educando na escola regular, isto é, o que esta lhe oferece, isto é, que base, que suporte lhe proporciona, o que acontece em torno desse aluno, como é tratado nesse contexto, como os professores o veem, como a escola o acolhe. É necessário considerar que a escola deve apresentar uma estrutura física que chame a atenção do aluno, para que nela permaneça por três anos consecutivos, que encontre um conteúdo que o prepare para vida, enfim, poderíamos traçar inúmeros questionamentos, mas neste trabalho vamos nos deter apenas em um: o que é evasão escolar.

A escola é um universo ímpar, é uma sociedade, é um lar, é o reflexo de tudo que se passa no mundo; a escola distribui o conhecimento pautado por uma classe

hegemônica. Kuenzer traz contribuições essenciais no que corresponde ao conhecimento transmitido na escola.

O saber não é produzido na escola, mas no interior das relações sociais em seu conjunto; é uma produção coletiva dos homens em sua atividade real, enquanto produzem as condições necessárias à sua existência através das relações que estabelecem com a natureza, com outros homens e consigo mesmos. O ponto de partida para a produção do conhecimento, portanto, são os homens em sua atividade prática, ou seja, em seu trabalho, compreendido como todas as formas de atividade humana através das quais o homem apreende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo que é transformado por elas (KUENZER, 1991, p. 21).

De acordo com exposto é possível inferir que não é na escola, pura e simplesmente, que o aluno aprende para ser cidadão preparado para vida. Existe um espaço maior, em que ele transita, que é essencial para a sua permanência na escola que é a sociedade. As questões sociais podem influenciar a evasão escolar

[...] devido à necessidade de contribuir com a renda familiar, ou em alguns casos a desvalorização da educação e ânsia pela almejada independência financeira, o jovem é chamado a ingressar no mundo do trabalho, almejando um emprego melhor, grande maioria tenta conciliar o trabalho com estudos, porém, com o cansaço físico, crescentes exigências no atual posto de trabalho e outras distrações, acabam por abandonar os bancos das escolas. (BATISTA, 2009 apud GLAVAN; CRUZ, 2013, p. 4).

A escola tem grande contribuição para a formação do cidadão; é nela que o educando adquire conhecimento que permite ampliar as habilidades físicas e cognitivas, mas nem sempre consegue se manter, pois é complexo viver em uma sociedade com características tão contraditórias. É nesta fase que os jovens sentem a necessidade do consumo e enxergam a importância da geração de renda, seja para si, ou para apoiar a família. Sabemos também que não se deve exigir da escola o que não é competência dela, superando a concepção de uma educação salvífica e redentora. Problemas há na escola que não são dela, mas que estão nela e problemas há que são dela e obviamente podem estar nela (CURY, 2002).

A evasão na educação brasileira sempre foi presente e se constitui um assunto preocupante, pois quando um aluno se evade quem perde é a sociedade — tanto em políticas públicas, quanto economicamente — desvelando, cada vez mais um fosso educacional e social. Por isso, faz-se necessário compreender o conceito de evasão, considerando o contexto atual:

O termo evasão escolar pode ser entendido como o abandono do aluno, ou seja, o rompimento do processo de ensino aprendizagem por falta da presença do aluno. Esta situação tende a ser vista pela sociedade não apenas como sendo um fracasso do aluno, mas, também, da instituição de educação, dos educadores e da sociedade, e tende a impactar diretamente na produtividade da escola, na eficiência da aplicação financeira, e, em forma mais subjetiva e de difícil mensuração, o impacto financeiro negativo sobre a renda familiar e na sociedade de uma forma geral. (GLAVAM; CRUZ, 2013, p. 3).

É fundamental entender que um jovem, longe do sistema de ensino, é um problema que vai muito além dos limites físicos da escola e se torna uma questão social, assim, compreendemos que o melhor não é buscar a solução mais adequada, sem primeiro entender a diferença entre os conceitos de abandono e evasão escolar. Apesar de serem usados muitas vezes como sinônimos, esses conceitos se distanciam do real significado. São casos diferentes que fazem os estudantes deixarem a escola. De acordo com Filho e Araújo (2017)

Para discorrer sobre o fracasso escolar dentro do contexto de evasão e abandono escolar, é necessário ter como eixo a compreensão de suas dimensionalidades dentro da educação brasileira, pois as causas se apresentam como desagregadoras da educação em todas as regiões do país. Suas formas de interpretação não permitem chegar a uma definição precisa de “evasão e abandono escolar”, uma vez que esta requer uma compreensão das relações entre os motivos de ingresso e a trajetória dos permanentes, dos desistentes e egressos desse público. As próprias indefinições do Inep (1998) e do Ideb (2012) trazem à tona a falta de conceito claro para evasão e abandono escolar (FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 33).

Essa afirmação dos autores é importante para demonstrar que não só é complexo definir o termo evasão, como também o é pontuar as diferentes maneiras como este fenômeno se dá em todo o país. Assim, motivos como a regionalidade e a morfologia das palavras são algumas das maneiras que tornam difícil o esclarecimento do fenômeno. Outros autores também apontam dificuldade na definição do tema, tendo em vista que em toda a literatura pesquisada, o termo evasão ou abandono deixa um rastro que compromete a vida do educando na sua passagem pela escola pública.

Várias formas de interpretação não permitem definir exatamente “evasão e abandono escolar”. A diversidade de conceituação atrapalha a quantificação precisa dos casos, dificultando o estudo das causas e dos princípios que podem levar a alternativas claras e objetivas para superação desse problema que perdura até hoje. É basilar a compressão das relações entre os motivos de ingresso e a trajetória dos permanentes, dos desistentes e egressos desse público, dentre muitas outras questões. (FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 37).

No entendimento dos autores, a falta de uma única definição em torno do tema evasão é complexa, pois ainda não há um consenso do termo no meio acadêmico. Não se trata de uma atitude única em torno de um sujeito; existem vários motivos que levam o jovem a sair da escola. As nomenclaturas e definições de evasão e abandono são muito difíceis de definir, pois aparecem com diferentes sentidos de acordo com a visão do pesquisador ou da instituição que fornece os dados.

[...] este conceito não é de fácil definição uma vez que órgãos governamentais possuem a sua forma de definir a interrupção dos estudos e a saída da escola. Institutos que produzem estatísticas também possuem a sua maneira própria de conceituar este processo. A literatura acadêmica por sua vez, também apresenta propostas de conceituação do termo que podem variar e não estar em consonância com órgãos governamentais e institutos de estatísticas. Evasão e abandono podem aparecer como sinônimos, como também podem ter significados diferentes. Países de um mesmo continente podem assumir um conceito uno de evasão, mas também podem ter especificidades locais no que tange a definição do termo (NADAI, 2020, p. 13).

De acordo com Nadai, este fenômeno traz muitas informações, e, ao mesmo tempo, é algo a ser estudado com maior profundidade. É sabido que a evasão ocorre desde os primórdios da educação no Brasil, mas é um problema que ainda não dá sinal de um fim, ou de uma fórmula que a solucione em poucos anos. Buscamos, então, trazer para este estudo algumas definições relevantes para o entendimento do tema. Isto porque existem muitas contradições em jogo, é o poder público sendo usado pelo poder privado, é a falta de responsabilidade social por ingerência do estado. No que concerne ao ensino médio, é uma etapa que provoca os debates mais controversos, quer pelos persistentes problemas do acesso e da evasão, quer pela qualidade da educação oferecida ou, ainda, pela discussão acerca de sua identidade (KRAWCZK, 2012).

Apontamos, por meio de Nadai (2020), que a evasão ou abandono escolar não é uma particularidade da educação brasileira, pois existem outros sistemas de ensino ao redor do mundo que também enfrentam essa adversidade. A saída prematura do sistema de ensino tem comprometido o futuro de milhões de jovens pelo mundo e alargado as desigualdades sociais. Diante disso, pesquisadores do Brasil, Estados Unidos, Espanha, Portugal e Austrália, entre outros países, têm se dedicado ao estudo desse fenômeno.

Para Rodrigues (2019) é notável a complexidade dos estudos relacionados à evasão escolar, tendo em vista a diversidade de situações que podem ser consideradas como evasão, entendimento que se torna ainda mais difícil ao se inserir, nessa equação, as causas desse fenômeno. Contudo, entender as causas da evasão é a chave para

encontrar soluções para o problema, apesar de essas possíveis causas serem extremamente difíceis de identificar. Em suma, o desempenho escolar — de forma análoga a outros processos vinculados — é influenciado por um conjunto de fatores que estão relacionados, tanto ao estudante e sua família, quanto à escola e a comunidade em que este vive.

Para Dore e Luscher (2011) evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas, quanto a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, bem como o abandono da escola e posterior retorno. Para estas autoras, existem outras formas de olhar a evasão, é preciso considerar tanto as etapas, quanto as modalidades de ensino (profissionalizante ou integral).

Segundo Marun (2008), a evasão se dá em razão de fatores intra e extraescolares que convergem para a exclusão escolar do jovem. O baixo rendimento em razão da dificuldade de aprendizagem, de relacionamento, de padrões avaliativos, as múltiplas repetências, bem como o ingresso no mercado de trabalho e as mudanças de domicílio estigmatizam e discriminam o aluno pobre. A autora ainda aponta que a evasão tem influência de aspectos sociais do comportamento juvenil, que marcam a trajetória escolar acidentada deste jovem.

Os estudos de Pakenas e Filho (2017) apontam que o Brasil está neste momento diante de uma geração de jovens de baixa renda mais escolarizada que seus pais, mas com muitas dificuldades para encontrar sentido na vida escolar, para pensar no mundo do trabalho a partir da escola e para ter emprego, evidenciando que este está sempre presente como fator de exclusão da escola. Os autores afirmam ainda que é importante notar a tendência decrescente, nos últimos 10 anos, da proporção de jovens que apenas estudam e que estudam e trabalham, e o aumento dos que apenas trabalham. Esse dado vem reforçar a hipótese de que o ingresso no mercado de trabalho consiste em um dos importantes motivos da evasão escolar.

Os estudos de Resende (2012) fazem um caminho semelhante ao desses autores, porém apresenta a evasão escolar como um fracasso, assim como a repetência. No entanto, tanto uma como a outra, resultam da desigualdade de renda e dos problemas econômicos do país, que se reproduzem no sistema escolar. Por que certo jovem de 16 anos não está frequentando a escola? Por que ele tem que trabalhar para ajudar financeiramente a família? Por que o acesso é difícil ou por que a escola não corresponde às suas expectativas? Que a educação não tem sido plena, pois seu alcance é restrito e não

beneficia a todos os cidadãos? A autora ainda robustece o seu trabalho por meio de dados sobre a Educação Básica, na faixa etária entre 15 e 17 anos, evidenciando que a evasão, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2010), corresponde a 10%, evidenciando que há uma grande diferença entre o número de alunos matriculados e o número de concluintes de cada fase.

Podemos inferir, portanto, as afirmações explicitadas acima se coadunam no que concerne à evasão, evidenciando que cada autor traz, na sua bagagem, não uma definição sacramentada. Eles apresentam vários caminhos que se unem em um ponto: a evasão, independente da região do Brasil, está ligada a alguns fatores determinantes, que vão desde a vontade do jovem, às intempéries sociais e desembocam no trabalho. Conceituar evasão então torna-se uma tarefa difícil, uma vez que exigiria um esforço não só da educação como de outras áreas.

A assertiva acima explicita que o abandono à escola é composto então pela conjugação de várias dimensões que interagem e se conflitam no interior dessa problemática. Dimensões estas de ordem política, econômica, cultural e de caráter social. Dessa maneira, o abandono escolar não pode ser compreendido e analisado de forma isolada. Isto porque, as dimensões socioeconômicas, culturais, educacionais, históricas e sociais entre outras, influenciam na decisão tomada pela pessoa em abandonar a escola. (BATISTA, 2009).

Frente ao exposto, ressaltamos que mesmo sem uma definição determinante a evasão e o abandono prejudica(m) tanto o jovem quanto a sociedade, pois uma sociedade em que não se produz uma educação de qualidade, não tem retorno para o desenvolvimento. É crucial ter este entendimento, mesmo em um sistema capitalista que se transforma a cada tempo, mas que tem como pano de fundo a exploração do trabalho.

[...] a evasão escolar não é um problema restrito aos muros intraescolares, uma vez que reflete as profundas desigualdades sociais existentes em nosso país e se constitui como um problema social. A situação é alarmante, principalmente por se tratar de uma parcela jovem da população que está excluída dos bens culturais da sociedade. Além disso, encontra-se fora do mercado de trabalho, por não atender às exigências da sociedade hodierna, cada vez mais integrada à globalização e aos ditames do projeto neoliberal no que diz respeito à qualificação da mão-de-obra. (BATISTA, 2009, p. 6).

Neste estudo serão utilizados os termos evasão e abandono de acordo com a definição utilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP bem como os dados que fomentam as tabelas que serão apresentadas no

próximo capítulo. Este esclarecimento é essencial para podermos entender os números da evasão no Brasil e a posteriori no Mato Grosso do Sul e Campo Grande.

De acordo com o Instituto, esses termos são definidos como:

Evasão: é a proporção de alunos que em um determinado ano estavam matriculados na série k (etapa de ensino seriado de Ensino Médio) e no ano subsequente não estavam matriculados em nenhuma etapa ou modalidade de ensino.

Abandono: ou deixou de frequentar, o aluno deixou de frequentar a escola antes da conclusão do ano letivo, não tendo sido formalmente desvinculado por transferência, portanto a sua matrícula não possui registro de rendimento.

Para análise da evasão neste trabalho partimos dos números da educação média no Brasil conforme tabela abaixo:

Tabela 2- Número de alunos do Ensino Médio por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	BRASIL					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	8.076.150	8.133.040	7.930.384	7.709.929	7.465.891	7.550.753
Até 14 anos	587.511	491.990	431.804	316.808	260.426	213.218
15 a 17 anos	6.001.827	6.102.245	5.985.908	5.891.867	5.870.403	5.971.054
18 a 19 anos	1.031.760	1.073.569	1.060.493	1.078.775	991.859	1.031.700
20 a 24 anos	299.301	307.808	301.933	292.229	240.100	239.648
25 anos ou mais	155.751	157.428	150.246	130.250	103.103	95.133

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

De acordo com a tabela 2, temos uma redução no número de alunos por faixa etária, sendo que em algumas faixas esse índice foi maior que em outras. Desse modo, é importante fazer uma ressalva em relação a esses dados, pois esses alunos que estão frequentando o ensino público, ou deixando de fazê-lo serão adultos atuantes na sociedade, daqui uma década, portanto se há redução na sua formação, é preciso melhorar as políticas públicas que entrelaçam trabalho e educação. A Organização Internacional do Trabalho em um estudo realizado na América Latina aponta que serão necessárias mudanças de políticas para atender esta faixa etária.

Aproximadamente 110 milhões de jovens entre 15 e 24 anos vivem na América Latina e no Caribe. Estima-se que esse número triplicou desde 1950, com um ligeiro declínio previsto para 2050. Até 2010, a proporção de jovens entre 15 e 19 anos era superior à do grupo mais velho (20 a 24 anos), enquanto em 2030 é possível que essas proporções se equilibrem. De 2050 projeta-se uma concentração um pouco maior na faixa etária de 20 a 24 anos. Essas mudanças na estrutura etária têm grande relevância se for considerado que cada grupo tem necessidades específicas. Por exemplo, entre os mais jovens, prevalece a procura do primeiro emprego, enquanto no grupo mais velho, prevalece a conquista de sua autonomia material. Seria de se esperar, então, que as políticas sócio-trabalhistas respondam a essas dinâmicas (OIT, 2013).

A sinergia entre o texto e a tabela acima coadunam com as tabelas 3 e 4 a seguir, apresentando os dados para que possamos analisar tanto a evasão quanto o abandono no Brasil.

Tabela 3- Taxa de Evasão

Ano	Brasil			
	Total			
	Promoção	Repetência	Evasão	Migração para EJA
2014/ 2015	76,3	10,5	11,1	2,1
2015/ 2016	78,3	10,6	9,0	2,1
2016/ 2017	78,1	10,4	9,1	2,4
2017/ 2018	79,5	9,3	8,6	2,6

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

De acordo com a tabela 3, no intervalo entre 2015 a 2018, o índice da evasão diminuiu (2,5%), o índice de aprovação de alunos aumentou (3,2%) e o índice de repetência diminuiu (1,2%). Esses dados apontam um viés que pode ser considerado positivo, ou seja, há um número de alunos cada vez maior na escola, o que podemos confirmar na tabela 4, a seguir

Tabela 4 – Taxa de Abandono

Ano	Brasil		
	Total		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2015	81,7	11,5	6,8
2016	81,5	11,9	6,6
2017	83,1	10,8	6,1
2018	83,4	10,5	6,1
2019	86,1	9,1	4,8

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

A tabela 4 aponta que, no mesmo intervalo de tempo, houve uma consonância dos dados, pois a partir do aumento no índice de aprovação, temos uma redução no índice de abandono (2,0%), essa visão de uma melhora é reforçada, quando analisamos o intervalo de 2015 a 2019 em que aumentou o índice (4,4%) de aprovação e diminuiu em (2,4%) o

de abandono. Não podemos, entretanto, afirmar categoricamente que são dados positivos, mas é animador constatar que os alunos estão estudando mais, pois alguns estão migrando para a Educação de Jovens e Adultos EJA (0,5%) e outros estão procurando o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA.

É importante ressaltar que este exame é realizado uma vez ao ano por determinação do Ministério da Educação por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O Enceja tem como objetivo construir uma certificação nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros. (<http://portal.mec.gov.br/enceja>).

Este exame certifica tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio, sendo esta uma ferramenta utilizada para neutralizar a evasão, entretanto, o que chama a atenção é que os jovens e adultos que passam pelo exame não são contabilizados, pois eles não notificam as escolas das quais saíram. Esses alunos saem da escola, fazem o exame, passam, pegam o certificado — no caso do Mato Grosso do Sul no Instituto Federal ou em algumas escolas estaduais — e seguem suas vidas. Muitas vezes entram para Universidades Privadas, Públicas ou de EAD, mas continuam como evadidos nos arquivos da educação básica.

Esta é uma lacuna que ainda precisa ser monitorada. Dessa perspectiva, procuramos analisar o fenômeno da evasão, levando também em consideração os dados e ações evidenciados nas tabelas apresentadas. Vamos aprofundar um pouco mais a relação deste fenômeno nas escolas estaduais de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, de acordo com a temática e os objetivos propostos para esta investigação.



Fábrica³

Nosso dia vai chegar
 Teremos nossa vez
 Não é pedir demais
 Quero justiça
 Quero trabalhar em paz
 Não é muito o que lhe peço
 Eu quero o trabalho honesto
 Em vez de escravidão
 Deve haver algum lugar
 Onde o mais forte não
 Consegue escravizar
 Quem não tem chance
 De onde vem a indiferença
 Temperada a ferro e fogo?
 Quem guarda os portões da fábrica?
 O céu já foi azul, mas agora é cinza
 E o que era verde aqui já não existe mais
 Quem me dera acreditar
 Que não acontece nada
 De tanto brincar com fogo
 Que venha o fogo então
 Esse ar deixou minha vista cansada
 Nada demais
 Nada demais
 Nada demais
 Nada demais
 Nada demais
 Nada demais
 Nada demais
 Nada demais
 Oh oh oh oh

³ RUSSO, Renato. Fábrica. In: Legião Urbana: **Dois**. Electric and Musical Industries, 1986

Nada demais
Nada demais
Nada demais

3. O RETRATO DA EVASÃO NO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE — 2015 A 2020.

3.1 O Retrato da Evasão nas Escolas da Rede Estadual de Campo Grande

Entender o movimento da evasão escolar em Campo Grande é o ponto central deste trabalho. Desta maneira, neste capítulo procuramos descrever algumas características do município como também apresentar como está estruturado o Ensino Médio suas legislações e ofertas para atender aos jovens campo-grandenses.

Campo Grande é a capital do Mato Grosso do Sul, um estado jovem. Sua história, política, econômica e social tem formação na agropecuária, que por força dos estrangeirismos é chamada de agronegócio.

Mato Grosso do Sul faz parte da região Centro-Oeste do Brasil, junto com os estados de Goiás e de Mato Grosso e o Distrito Federal, além de dividir a fronteira ao sul com dois países: Bolívia e Paraguai. O estado nasceu com a divisão de Mato Grosso, instituído por Lei Complementar de 10 de outubro de 1977. O presidente Ernesto Geisel o elevou à categoria de 63 estado em 1º de janeiro de 1979, sendo empossado Harry Amorim Costa seu primeiro governador. Sua posição geográfica é um elemento facilitador na integração do corredor de acesso às exportações para São Paulo e Paraná. Mato Grosso do Sul ainda faz divisa com outros três estados brasileiros: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. (TEIXEIRA, 2016, p. 62).

Em seu contexto, o estado é privilegiado por pontos turísticos mundialmente conhecidos, como uma parte do Pantanal e a cidade de Bonito. Esses pontos fazem de Campo Grande um grande corredor, pois o principal aeroporto e o centro urbano estão na capital. Além disso, Mato Grosso do Sul apresenta, como oportunidade de trabalho, o agronegócio com característica predominante na economia — entre outros aspectos — pelas condições naturais favoráveis ao setor.

Para Prado (2021) essas características socioeconômicas influenciam em políticas públicas e implicam na educação estadual inclusive na oferta de cursos profissionalizantes.

Os dados levantados para esta pesquisa foram extraídos da plataforma do MEC, especificamente INEP/Censo. O recorte de cinco anos - 2015 a 2020 - foi definido para apresentar uma série histórica com mais robustez, tendo em vista que 2015 foi o ano de mudanças no governo do Estado e 2020 um ano atípico em razão do Covid-19, conforme mencionado anteriormente, e que exigiu políticas emergenciais. Dessa perspectiva,— em um contexto de políticas de um mesmo governo e do enfrentamento de uma pandemia —

os dados são essenciais para fundamentar as políticas públicas que envolvem o Ensino Médio, especificamente para a Rede Estadual de Ensino do município de Campo Grande - Mato Grosso do Sul.

Isto porque, de acordo com Silva (2016) é preciso considerar que

As políticas são articuladas de acordo com o planejamento da sociedade, sendo então viabilizadas por meio da ação do Estado é pertinente a lógica de que estas dão suporte ao Estado, e por isso, agem através dele, de acordo com o projeto que se enseja aplicar na sociedade num determinado período. (SILVA, 2016, p. 25).

Nesse sentido, a política de educação para o Ensino Médio oferece aos jovens alternativas tais como: educação de tempo integral, educação profissional e ensino propedêutico, colocando o oportunizando a esse Jovem atuar como protagonista da sua vida acadêmica, diante dessa possibilidade de escolha. Para confirmar ou não este protagonismo é fundamental colocarmos lente nos dados que o INEP/CENSO nos traz.

Campo Grande por ser a capital tem a maior concentração de escolas como também de turmas, alunos e professores. De acordo com as Tabelas apresentadas abaixo, os dados serão analisados ora separados, ora juntos para dar melhor entendimento da estrutura não só física como pedagógica.

Tabela 5 Número de escolas

Ano	Campo Grande				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2015	104	2	65	1	36
2016	104	2	65	1	36
2017	104	2	65	1	36
2018	101	2	65	1	33
2019	104	2	65	1	36
2020	105	2	65	1	37

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

Ao analisar a tabela 05 evidenciamos que não houve alteração no número de escolas públicas em um período de cinco anos, ficando o aumento desse número, em 2020, por conta da instituição privada. No que tange ao Ensino Médio, no entanto, vale destacar que houve o fechamento de turmas, mas nas séries iniciais, cumprindo o Artigo 11, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996, que determina as instâncias gestoras responsáveis pelas etapas do ensino, operacionalizando de acordo com

o sistema de ensino. Assim, o Ensino Fundamental é obrigação do município, ratificando o Art. 211 § 1º da Constituição 1988, que afirma: “Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”. (C.F).

O entendimento dessas responsabilidades é importante para a análise da tabela abaixo:

Tabela 6 Número de turmas

Ano	Campo Grande				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2015	1.021	25	826	3	167
2016	1.050	36	852	3	159
2017	1.053	38	858	3	154
2018	1.078	34	886	3	155
2019	1.074	37	875	3	159
2020	1.091	39	886	4	162

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

A tabela 06 chama a atenção para um dado muito importante: o aumento do número de turmas, demonstrando que realmente a classe estudantil na rede pública estadual está aumentando. Ressalta-se que mesmo não aumentando o número de escolas o número de turmas aumentou, pois ao passar para a rede municipal os alunos do ensino fundamental I, abriu-se espaço para a formação de mais turmas. É importante também citar que houve ampliação de escolas, isto significa, por exemplo, que uma escola estadual que tinha 03 turmas do 1º ano — com a ampliação — passou a ter 04 ou 05 turmas, de acordo com a demanda da região.

Tabela 7 Números de alunos do Ensino Médio

ANO	CAMPO GRANDE				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
2015	32.167	868	26.154	66	5.079
2016	32.815	870	27.020	71	4.854
2017	33.491	1.194	27.476	75	4.746
2018	35.430	1.028	29.364	94	4.944
2019	35.884	1.121	29.496	92	5.175
2020	36.020	1.218	29.431	117	5.254

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

A tabela 07 evidencia que houve um aumento no número de alunos do Ensino Médio, em Campo Grande, sendo que 3.853 destes, aproximadamente 85,05%, foram para a escola pública estadual. Podemos observar que as escolas privadas tiveram um leve aumento também, contudo, os dados evidenciam que, no período de 2016 a 2018, os alunos dessas escolas diminuíram. Isso pode caracterizar o impacto das políticas econômicas que o país atravessava, naquele momento, em razão do impeachment da

Presidenta Dilma, no ano de 2016. Para Rodrigues (2017), a escolha da rede privada no Brasil está diretamente associada a renda familiar e que, nos últimos anos, o número de filhos nas classes mais altas está diminuindo. Esse fato explica também por que o setor privado tem investido cada vez mais na educação superior (onde a presença do setor público é ainda muito pequena). (ADRIÃO et al, 2009).

A seguir apresentamos alunos predominantes na REE de Campo Grande, por etnia, sexo e idade.

Tabela 8 Como se identificam os alunos REE/MS.

SEXO	COR\ RAÇA	CAMPO GRANDE					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
TOTAL	Total	32.167	32.815	33.491	35.430	35.884	36.020
	Não Declarada	4.472	3.908	3.317	2.763	1.963	1.678
	Branca	12.796	13.282	14.194	15.444	16.481	16.932
	Preta	477	537	603	718	707	760
	Parda	14.053	14.711	14.969	16.082	16.297	16.202
	Amarela	175	173	169	180	205	205
	Indígena	194	204	239	243	231	243

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

Quando analisamos a Tabela 08, observamos quem são os alunos que estudam na REE/MS, no município de Campo Grande. A tabela nos apresenta que no intervalo de 2015 a 2020, ocorreu uma mudança significativa no que corresponde a questão étnico-racial. Os alunos, que se declaram negros no ano de 2020, perfazem aproximadamente 2,2%, contudo se compararmos esse percentual em relação a 2015, temos um aumento de aproximadamente 59,38%. Outro fator importante foi a queda de 9,25% no número de não declarados que evidencia o destaque ao papel da luta do Movimento negro e das políticas públicas para esta população.

A pesquisa realizada, em 2018, pelo doutor Rodrigo Ednilson de Jesus, intitulada Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de Jovens Negros: Estereótipos, silenciamento e invisibilidade, nos leva a refletir ainda mais sobre os dados.

[...] se raças não existem do ponto de vista genético, por que nos referimos, nas relações cotidianas e no presente texto, às relações “raciais”? Porque ainda que o conceito de raças não tenha pertinência biológica alguma, raça continua a ser utilizada, enquanto uma construção social e cultural, como instrumento de exclusão e opressão. No Brasil, os traços fenotípicos (a pigmentação da pele, o tipo de cabelo, o formato dos lábios, sobretudo) são utilizados como importantes elementos de avaliação social dos indivíduos e, geralmente, se transformam na principal fonte de preconceito. Assim, mesmo a Genética, tendo atestado que somos todos humanos e que raças biológicas não existem, algumas pessoas e alguns grupos, identificados como pertencentes a uma

determinada “raça inferior”, continuam a ser vítimas de discriminação e de exclusão em razão de seu pertencimento racial. (JESUS, 2018, p. 03).

Destacamos a afirmação acima para ratificarmos a importância da análise para este público que, mesmo sendo a maioria, aparece ainda como um número pequeno. Para aprofundar ainda mais esta discussão, poderíamos analisar os dados de pardos e pretos separados, o que evidenciaria outra realidade da educação nas escolas de Campo Grande, onde a maioria da sociedade é de pardos e pretos, conforme já anunciamos. De acordo com a citação acima, cabe-nos parafrasear Santos & Nascimento (2014) ao afirmarem que analisar dados é uma ação que apresenta uma realidade que nunca é a coisa em si que percebemos, pois é bem mais complexa que a imagem que conseguimos construir deles, por meio da nossa subjetividade.

Nosso olhar perpassa o que concerne à raça e ao gênero, aspectos também importantes para o retrato do nosso estudo.

Tabela 9 Gênero e Cor/Raça sexo feminino

SEXO	COR\ RAÇA	CAMPO GRANDE					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
FEMININO	Total	16.428	16.736	16.973	18.035	18.089	18.234
	Não Declarada	2.282	1.997	1.638	1.345	951	799
	Branca	6.581	6.890	7.322	8.045	8.444	8.703
	Preta	240	276	310	371	360	389
	Parda	7.121	7.372	7.488	8.048	8.105	8.113
	Amarela	89	83	84	91	99	101
	Indígena	115	118	131	135	130	129

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

A tabela 9 apresenta a predominância das mulheres no Ensino Médio - REE/MS. No intervalo de cinco anos, são elas que se sobressaem na leitura que os dados trazem, assim representadas: entre as pretas há um aumento de 62%, entre as brancas 32,24% e entre as indígenas 30,7%, no entanto em uma análise de conjunto, a mulher branca é predominante.

Por outro lado, na tabela 10 abaixo, a predominância é dos homens pardos e pretos. Já os indígenas apresentam um número bem reduzido, mesmo sendo Mato Grosso do Sul o 2º Estado que mais tem indígenas no país.

Tabela 10 Gênero e Cor/Raça sexo masculino

SEXO	COR\ RAÇA	CAMPO GRANDE					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
MASCULINO	Total	15.739	16.079	16.518	17.395	17.795	17.786
	Não Declarada	2.190	1.911	1.679	1.418	1.012	879
	Branca	6.215	6.392	6.872	7.399	8.037	8.229
	Preta	237	261	293	347	347	371
	Parda	6.932	7.339	7.481	8.034	8.192	8.089
	Amarela	86	90	85	89	106	104
	Indígena	79	86	108	108	101	114

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

Em Campo Grande, predomina o sexo feminino de acordo com o último censo demográfico.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, para cada 100 mulheres havia em Campo Grande 94,05 homens, como resultado de um excedente de 24.131 mulheres em relação ao número total de homens. Este resultado dá continuidade à série histórica do município com relação à predominância da população feminina na composição por sexo. Até o início dos anos 80, a estrutura etária da população campo-grandense ainda mostrava traços bem marcados de uma população predominantemente jovem, resultado da longa trajetória de altos níveis da fecundidade. (PLANURB, 2020, p. 106).

As tabelas 7 e 8 demonstram que o gênero feminino ainda predomina no ensino médio da REE, em Campo Grande. Esses dados nos remetem ao estudo realizado pela OIT (2013), que também apresenta esta característica, pois — ao contrário do que ocorre com os indicadores do mercado de trabalho — a desigualdade educacional por gênero é favorável à mulher. As jovens que são mulheres apresentam uma escolaridade mais elevada do que os jovens homens, o que pode ser constatado ao analisar a média de anos de estudos adquiridos.

Na verdade, vivencia-se um aumento significativo das mulheres como força de trabalho que atinge mais de 40%, em diversos países avançados e têm sido uma mão de obra absorvida pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho, *part time*, precarizado e desregulamentado e ganhando menos que os homens, o que ocorre frequentemente no que concerne aos direitos e condições de trabalho. (ANTUNES, 2009).

Tabela 11 Faixa Etária número de alunos do Ensino Médio

FAIXA ETÁRIA	CAMPO GRANDE					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	32.167	32.815	33.491	35.430	35.884	36.020
Até 14 anos	2.251	1.968	3.167	3.478	3.690	3.640
15 a 17 anos	24.530	24.401	24.316	25.652	26.258	26.245
18 a 19 anos	3.675	4.192	4.140	4.500	4.654	4.389
20 a 24 anos	1.220	1.507	1.377	1.207	961	1.065
25 anos ou mais	491	747	491	593	321	681

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

No que concerne à faixa etária dos alunos do Ensino Médio, das escolas estaduais de Campo Grande, houve um aumento de aproximadamente 11,97% de 2015 até 2020. Em relação ao ano de 2020, temos a predominância de perto de 72,86% que estão na idade certa, em contrapartida dos 17,07% em distorção idade/ano. Os dados do IPEA (2013), apontam que, no Brasil, desde 2013 há um aumento da escolaridade dos jovens, no entanto evidenciamos que a distorção idade/ano necessita de ações de correção de fluxo que — na REE/MS — está sendo realizado por meio de 2 projetos que serão analisados mais a diante: Avanço do Jovem na Aprendizagem AJA e Educação de Jovens e Adultos - EJA. A única faixa etária que teve diminuição de alunos, se compararmos 2020 com 2015, foi a de alunos com idades entre 20 a 24 anos, que ficou perto de 12,70%. Todas as outras faixas etárias apresentaram aumentos

Tabela 12 Número de docentes

Ano	Número de docentes da Rede Pública e Privada em Campo Grande			
	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2015	98	1.540	18	456
2016	92	1.631	20	452
2017	101	1.688	22	446
2018	118	1.709	22	407
2019	139	1.684	23	417
2020	145	1.707	21	431

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

Em relação à situação funcional dos docentes, ainda existe um número de profissionais a serem efetivados. Foi realizado um levantamento do número de vagas a serem preenchidas e elaborou-se o edital com abertura de concurso. Os aprovados foram chamados, mas não supriram a quantidade de profissionais, conforme estabelecem as metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Estadual de Educação, alinhadas às metas do Plano Nacional de Educação que contempla:

- Formação dos profissionais da educação (Metas 15 e 16)
- Condição de trabalho e valorização profissional (Meta 17)
- Carreira, salário e remuneração (Meta 18)

A REE/MS paga um dos melhores salários do país, tendo em vista o valor do piso salarial para que o Ensino Médio tenha êxito, no entanto, é preciso também valorizar o profissional que está à frente das turmas, a fim de implementar a mudança em andamento do Novo Ensino Médio.

3.2 Análise dos Dados que Compõem o Entendimento da Evasão ou Não

Em linhas gerais os dados apontam que de 2015 a 2020 houve um aumento significativo no número de alunos no Ensino Médio. Esse é um dado positivo, em relação aos estudos de RODRIGUES (2017), que apontam que na educação pública praticada no Brasil ainda não é possível detectar qual o real motivo da evasão, tanto que o número de alunos que evadem e reprovam são altos. A autora chama atenção para outros aspectos como a indisciplina, a agressividade dos educandos, o alijeiramento do ensino e a falta de professores que, dentre outros fatores, contribuem com a realidade precária em que se encontra o Ensino Médio.

É com esta visão geral, que começamos a analisar a Rede Estadual de Mato Grosso do Sul, onde o número de matrícula do Ensino Médio teve uma elevação considerável de 12,7%, considerando o período de estudo desta pesquisa, fato que pode estar relacionado ao uso da matrícula digital, isto é, um novo formato de realizar as matrículas, sendo que até o ano de 2014 os pais ficavam nas filas para conseguir as vagas. A partir do ano 2015 há esta mudança: os alunos inscrevem-se de qualquer lugar do estado com as possibilidades de escolher as escolas mais próximas de sua casa. Este é um fator a ser considerado, pois essa comodidade apresenta aos acadêmicos três alternativas de garantir sua vaga: pode acompanhar o lugar para onde for designado, bem como ainda pode esperar mais duas chances, caso não consiga a escola de sua preferência. As matrículas são realizadas e acompanhadas pelo site (anexo B, p.129) da Secretaria de Estado de Educação.

Para analisar o rendimento das escolas estaduais em Campo Grande é fundamental correlacionarmos esses dados com os dados encontrados no Brasil. Dessa perspectiva, apresentamos os quadros em uma sequência do geral para o particular, a fim de proporcionar um maior entendimento do contexto do rendimento escolar de que estamos

tratando. Necessário se faz entender que pela Nota Técnica N. 03/2013 do INEP, o rendimento escolar é a situação de êxito ou insucesso do aluno por meio da matrícula ao final do ano letivo, sendo possíveis duas formas avaliativas: aprovados ou reprovados.

Tabela 13 Rendimento Escolar no Brasil

Ano	Brasil		
	Estadual		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2015	79,7	12,4	7,9
2016	79,4	13,0	7,6
2017	81,2	11,8	7,0
2018	81,5	11,5	7,0
2019	84,5	10,0	5,5

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

A tabela 13 apresenta o Rendimento Escolar no Brasil no quinquênio, que evidencia que a aprovação aumentou 4,8%, a reprovação teve uma queda de 2,4% e o abandono teve uma queda de 2,4%.

Tabela 14 Rendimento Escolar na região Centro-Oeste

Ano	Centro-Oeste		
	Estadual		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2015	76,1	14,4	9,5
2016	77,6	14,4	8,0
2017	81,5	11,7	6,8
2018	82,9	10,9	6,2
2019	83,1	11,1	5,8

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

O Rendimento Escolar no Centro-Oeste no quinquênio apresentado na tabela 14, retrata que a aprovação aumentou 7%, a reprovação teve uma queda de 3,3% e o abandono teve uma queda de 3,7%.

Tabela 15 Rendimento Escolar no Mato Grosso do Sul

Ano	Mato Grosso do Sul		
	Estadual		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2015	73,6	16,3	10,1
2016	75,9	14,9	9,2
2017	78,6	12,7	8,7
2018	78,3	13,3	8,4
2019	81,1	12,1	6,8

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

Na sequência do geral para o particular, evidenciamos que o Rendimento Escolar no Mato Grosso do Sul — apresentado no quinquênio da Tabela 15 — destaca a

confirmação de que houve um aumento de 7,6% na aprovação enquanto a reprovação teve uma queda de 4,2% e o abandono uma queda de 3,3%.

Tabela 16 Rendimento Escolar em Campo Grande

Ano	Campo Grande		
	Estadual		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2015	70,5	17,2	12,3
2016	73,4	15,2	11,4
2017	78,9	12,1	9,0
2018	78,4	13,4	8,2
2019	81,2	12,6	6,2

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

No ponto de chegada desta pesquisa — a evasão escolar no município de Campo Grande — temos, na tabela 16, o Rendimento Escolar, no quinquênio, com o crescimento de 10,7% de aprovação, enquanto a reprovação teve uma queda de 4,6% e o abandono uma queda de 6,1%.

Nos dados apresentados nas tabelas de 13 a 16, pelas variações evidenciamos que, no período de 2015 a 2019, houve uma melhoria no quesito abandono, porém mostra ainda que o estado apresenta uma taxa acima da média em relação ao Brasil e aos outros estados do Centro Oeste. Entretanto quando focamos em Campo Grande é possível perceber que os números são altos em relação ao Brasil e ao Centro Oeste. Por outro lado, ao comparar Campo Grande ao Estado, podemos evidenciar que os alunos do município apresentam o maior percentual em relação a todos os demais e ficam mais nas escolas.

Retomamos o conceito de abandono para o INEP que é quando o aluno deixa de frequentar escola, ou seja, deixou a escola antes da conclusão do ano letivo, não tendo sido formalmente desvinculado por transferência, portanto a sua matrícula não possui registro de rendimento. Desse modo, nas tabelas 13 a 16, o que mais chama a atenção é a reprovação que é alta, considerando a mesma sequência utilizada na análise do abandono, pois quando comparamos as taxas de Campo, no quinquênio, percebemos uma redução de 49,60%. Como já foi apontado nesta pesquisa, esse aluno pode não voltar mais ou simplesmente migrar para outra modalidade de ensino como a Educação de Jovens e adultos, ou, de acordo com a idade, ir para o projeto Avanço do Jovem na Aprendizagem - AJA, uma vez que a reprovação influencia por demais na questão da distorção idade/série.

As tabelas 13 a 16 evidenciam também um aumento de 15,17% na aprovação dos alunos no Ensino Médio em Campo Grande, seguindo a mesma sequência do percurso de comparação traçado, mostrando que é preciso lidar com a reprovação e o abandono, melhorar a qualidade do ensino ofertado, haja vista os resultados alcançados pela REE, no Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no que se refere ao terceiro ano do Ensino Médio (BRAZ; FERNANDES, 2020).

Figura:7- Índice de desenvolvimento da Educação Básica/EM

INDICADORES EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO: SAEB (PROFICIÊNCIA MÉDIA E NOTA MÉDIA PADRONIZADA) E IDEB COM SUAS PROJEÇÕES 2015 A 2021											
Dependência Administrativa	Áreas/disciplinas	Nota SAEB			IDEB (N x P)			Projeções			
		2015	2017	2019	2015	2017	2019	2015	2017	2019	2021
Brasil	Matemática	223,30	227,90	230,88	5,8	6,0	6,1	5,3	5,6	5,9	6,1
	Língua Portuguesa	211,19	218,56	217,55							
	Nota Média Padronizada (N)	6,07	6,29	6,33							
Mato Grosso do Sul	Matemática	269,84	267,83	278,13	3,5	3,6	4,1	3,8	4,2	4,5	4,7
	Língua Portuguesa	274,29	266,99	279,43							
	Nota Média Padronizada (N)	4,59	4,45	4,78							
Campo Grande	Matemática	-	270,91	279,33	-	3,6	4,1	-	-	3,8	4,1
	Língua Portuguesa	-	269,53	281,17							
	Nota Média Padronizada (N)	-	4,53	4,82							

Fonte: Inep/MEC

A figura acima demonstra o caminhar do IDEB no Ensino Médio ao longo do tempo. Nele percebe-se que é preciso investir bastante em todas as disciplinas e muito mais nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, pois são elas a base para o cálculo deste índice. E assim, a redução dessas disciplinas traz questionamentos frente às mudanças do Novo Ensino Médio com os itinerários conforme especificados no (Anexo A, p.105).

Além disso, para entender a evasão é preciso compreender o movimento da taxa de transição, comumente conhecida como o período da trajetória do estudante na educação básica. Ela envolve particularidades como os estágios do desenvolvimento cognitivo do aluno e as etapas de progressão educativa, isso implica dizer:

Os níveis de ensino, portanto, constituem-se em um conjunto de categorias ordenadas, definidas em relação a gradações de experiências e conhecimentos, habilidades e competências projetadas para serem vivenciadas e aprendidas em um determinado programa educacional em uma determinada idade. Dessa forma, a trajetória do estudante no sistema de ensino, que pode ser regular (transição de séries de acordo com a idade do estudante sem repetência ou evasão) ou não, traz informações tanto sobre o nível de conhecimento agregado como sobre a eficiência dos sistemas de ensino sendo, portanto, objeto de estudo acadêmico e de análise de políticas públicas educacionais. Tudo isso de

acordo com a (NOTA TÉCNICA Nº 8/2017/CGCQTI/DEED de Brasília, 27 de junho de 2017)

De acordo com o texto acima é importante analisar como se dá a taxa de transição em Campo Grande. Para isso buscamos os gráficos abaixo, a fim de demonstrar como foi que se deu essa trajetória no Ensino Médio. Nesse sentido, consideramos igualmente como isso ocorreu do geral para o particular.

Tabela 17 Evasão e transição no Brasil⁴

Ano	Brasil			
	Estadual			
	Promoção	Repetência	Evasão	Migração para EJA
2014/2015	74,0	11,4	12,3	2,3
2015/2016	76,1	11,5	10,0	2,4
2016/2017	75,9	11,3	10,1	2,7
2017/2018	77,5	10,1	9,5	2,9

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

Os dados da tabela 17 retratam os resultados dos alunos brasileiros no quadriênio em relação ao que corresponde à promoção, à repetência, à evasão e à migração para a EJA. No Brasil, portanto, esses resultados ficaram assim representados: a promoção aumenta 3,5% a repetência teve uma queda de 1,3%, a evasão uma queda 2,8% e a migração para EJA uma queda 0,6%.

Tabela 18 Evasão e transição na região Centro-Oeste

Ano	Centro-Oeste			
	Estadual			
	Promoção	Repetência	Evasão	Migração para EJA
2014/2015	70,0	14,1	12,8	3,1
2015/2016	71,3	13,5	12,1	3,1
2016/2017	72,7	11,6	11,8	3,9
2017/2018	75,4	9,9	10,3	4,4

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

Os dados da tabela 18 retratam os resultados dos alunos da Região Centro Oeste, no quadriênio, no que corresponde à promoção, à repetência, à evasão e à migração para

⁴ Taxa de promoção: a) proporção de alunos que em um determinado ano estavam matriculados na série k (etapa de ensino seriada do ensino médio) e no ano subsequente se matriculam em série superior a k.; Taxa de repetência: proporção de alunos que em um determinado ano estavam matriculados na série k (etapa de ensino seriada do médio) e no ano subsequente se matriculam em série igual ou inferior a k. Taxa de evasão: proporção de alunos que em um determinado ano estavam matriculados na série k (etapa de ensino seriada do ensino médio) e no ano subsequente não estavam matriculados. Migração para EJA: proporção de alunos que em um determinado ano estavam matriculados na série k (etapa de ensino seriada do ensino médio) e no ano subsequente estavam matriculados na EJA.

a EJA. No Centro-Oeste as taxas ficaram assim representadas: a promoção com aumento de 5,4%, a repetência com queda de 4,2%, a evasão com queda 2,5% e a migração para EJA com uma queda 1,3%.

Tabela 19 Evasão e transição em Mato Grosso do Sul

Ano	Mato Grosso do Sul			
	Estadual			
	Promoção	Repetência	Evasão	Migração para EJA
2014/2015	67,4	16,0	13,5	3,1
2015/2016	69,2	15,6	11,8	3,4
2016/2017	70,8	13,1	12,3	3,8
2017/2018	72,7	11,0	13,2	3,1

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

Os dados da tabela 19 retrata os resultados dos alunos sul-mato-grossenses, no quadriênio, no que corresponde à promoção, à repetência, à evasão e à migração para a EJA. Assim, Mato Grosso do Sul evidenciou os seguintes resultados: promoção aumenta em 3,5%, enquanto a repetência teve uma queda de 1,3%, a evasão uma queda 2,8% e a migração para EJA uma queda de 0%.

Tabela 20 Evasão e transição em Campo Grande

Ano	Campo Grande			
	Pública			
	Promoção	Repetência	Evasão	Migração para EJA
2014/2015	63,8	18,7	14,2	3,3
2015/2016	66,2	17,5	12,4	3,9
2016/2017	68,8	14,3	13,5	3,4
2017/2018	73,6	10,6	12,8	3,0

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

Os dados da tabela 20 apresentam os resultados dos alunos campo-grandenses, no quadriênio, no que corresponde à promoção, à repetência, à evasão e à migração para a EJA. O município de Campo Grande ficou assim representado: a promoção aumento de 9,8%, a repetência teve uma queda de 8,1%, a evasão uma queda 1,4% e a migração para EJA uma queda 0,3%.

Os dados acima apresentam uma perspectiva positiva para o Ensino Médio em Campo Grande, pois mesmo seguindo o fluxo Brasil, Centro Oeste, Mato Grosso do Sul e Campo Grande, é possível evidenciarmos que este último apresenta as melhores taxas de promoção, evasão e migração, contudo a reprovação ainda é alta por outro lado a

evasão — mesmo que minimamente — está decrescendo como também a migração para a EJA. Este fato é de extrema importância, uma vez que toda a literatura utilizada não aponta para este caminho, ao contrário, assinala que a evasão aumenta.

Campo Grande apresenta esse diferencial, os alunos permanecem na Educação Básica, por aprovação ou reprovação. Esses alunos também têm procurado menos a EJA, mesmo sendo esta uma modalidade de ensino que tem oferta de formas distintas de organização e desenvolvimento, qual seja, semestral, modular, por disciplina, sem seriação, possibilitando ao estudante que trabalha outras oportunidades para permanecer estudando.

É importante chamar atenção para o fenômeno do ENCCEJA. Com este exame, o indivíduo evade da escola e tem a oportunidade de fazer o seguinte percurso: se inscreve no exame supracitado pela manhã, faz as provas e com a nota x conclui todo o ensino fundamental. À tarde ele faz outra prova e com a nota x elimina o Ensino Médio e depois faz uma prova e entra na universidade, a maioria particular, mas entra em nas públicas também.

Vale ressaltar que, até o momento, não existe cálculo do IDEB para essas modalidades de ensino, por essa razão, o Sistema Educacenso permite o registro “sem informação” (NOTA TÉCNICA, INEP). Se, no entanto, cruzarmos o número de alunos com o último censo demográfico, temos um contingente de aproximadamente 28 mil jovens que estariam fora das escolas, somente em Campo Grande. Diante de um quadro aparentemente contraditório, afirmar esse dado requer um estudo mais profundo que se constitui relevante.

Os dados apresentados nas tabelas 19 e 20 vislumbram um caminho muito pertinente para uma reflexão a respeito do novo Ensino Médio, que a sociedade e os jovens esperam, pelo menos nos últimos 40 anos. Uma proposta dessa etapa de ensino que vá além da preparação para o vestibular e dos interesses corporativos dos diferentes grupos é preciso uma proposta moderna, adequada à realidade e que propicie ao jovem a oportunidade de participar e escolher o que julgar mais relevante para a sua formação.

3.3 Ações Realizadas pela Rede Estadual para Enfrentamento da Evasão⁵

Evitar por completo a evasão é um passo ainda a ser dado que requer um trabalho em conjunto com vários setores da sociedade, entre esses setores, a Secretaria Estadual de Educação, por meio de projetos.

3.4.1 Regime de Progressão Parcial - RPP

O Regime de Progressão Parcial é o procedimento pedagógico e administrativo que tem por finalidade propiciar ao estudante, retido por aproveitamento, novas oportunidades de aprendizagem.

O Regime de Progressão Parcial será aplicado a partir do 7º ano do Ensino Fundamental até o 2º ano do Ensino Médio.

O estudante que não obtiver aproveitamento em até 3 (três) componentes curriculares/disciplinas do 7º (sétimo) ano do ensino fundamental até o 2º (segundo) ano do ensino médio, deverá cursá-las, subsequente e concomitantemente, nos anos seguintes em Regime de Progressão Parcial. O estudante do 3º (terceiro) ano do ensino médio, que ficar retido por aproveitamento, não terá direito a usufruir do Regime de Progressão Parcial. O direito ao Regime de Progressão Parcial é assegurado apenas ao estudante que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária a que estiver obrigado a cursar durante o ano em que ficar retido por aproveitamento. Será facultado ao estudante aprovado no 3º (terceiro) ano do ensino médio que, concomitantemente, cursava componentes curriculares/disciplinas de anos anteriores, em Regime de Progressão Parcial, e que não obteve êxito, total ou parcial, neste regime, cursar no ano letivo subsequente, na forma de Plano de Estudo Especial-PEE, os componentes curriculares/disciplinas objeto do RPP. (Portal da SED, 2021).

Os projetos acima expostos surgem conforme a necessidade de dar ao jovem a oportunidade de voltar a estudar, porém agora em uma turma diferente da que ele pertencia. O jovem que frequenta esses projetos, principalmente o AJA, é aquele que, na maioria das vezes, ficou fora por várias razões, entretanto, geralmente é uma situação de vulnerabilidade que se evidencia nos jovens pobres do estado. O RPP é importante para dar um incentivo ao Jovem para permanecer na escola, ressaltando que é um projeto que não ocorre somente para não ter reprovações, pois constitui-se também em uma oportunidade de criar condições para assistir ao educando que tem dificuldades em até 3 disciplinas.

⁵ Os excertos do Item 3.4 foram retirados de materiais disponibilizados pela Coordenadoria de Correção de Fluxo, da Superintendência de Políticas Educacionais, da Secretaria de Estado de Educação de MS.

3.3.1 Projeto Avanço do Jovem na Aprendizagem - AJA

O Projeto Pedagógico do Curso AJA-MS – Trajetórias, Avanço do Jovem na Aprendizagem em Mato Grosso do Sul, na etapa do Ensino Médio – trajetórias (AJA-MS EMT), contempla uma proposta de correção de fluxo, e tem como objetivo o atendimento aos jovens estudantes em distorção idade/ano, em todas as suas diversidades. É um projeto que articula — em um novo itinerário pedagógico — o desenvolvimento humano, social, educacional e a possibilidade de qualificação profissional desses jovens na conclusão do Ensino Médio do Estado de Mato Grosso do Sul (MS).

Nesta perspectiva, as iniciativas do mundo do trabalho, bem como a participação cidadã desses jovens, de forma integradora, estão em consonância com a construção processual do conhecimento. Assim sendo, a proposta do Projeto Pedagógico do Curso AJA-MS EMT se constitui de duas trajetórias, AJA-MS, na etapa do Ensino Médio, Trajetória I (AJA-MS EMT-I) e AJA-MS, na etapa do Ensino Médio, Trajetória II, Integrado à Qualificação Profissional (AJA-MS EMT-II). Além disso, apresenta uma sequência de aprendizagem que integra as áreas do conhecimento em um currículo que se prorroga do Ensino Fundamental, passa pelo Ensino Médio e se perpetua na vida do estudante como cidadão.

Busca-se assim, incorporar a cada componente curricular algumas concepções que indicam o avanço nas etapas e nos estudos: o acesso ao mundo do trabalho de forma integrada a uma aprendizagem interdisciplinar e interdimensional; o fazer pedagógico atrelado às equipes pedagógica e multidisciplinar — que compreende as relações humanas e a sua diversidade na esfera social — e, principalmente, o aprimoramento social como jovem estudante, pesquisador, autor e sujeito no seu processo de aprendizagem.

Nessa lógica, tem-se como proposta a construção de um processo de aprendizagem a partir da consonância entre os desafios políticos e pedagógicos. Além disso, busca-se a participação social, bem como o envolvimento — das diferentes esferas governamentais e não governamentais — em um projeto que possibilite a inclusão social na construção de uma nova sociedade, alicerçada nos princípios éticos e morais da dignidade humana e na diversidade política e econômica.

Para tanto, apresentamos, a partir desta pesquisa, um projeto pedagógico de curso que está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio que propõe “vincular a educação básica com o mundo do trabalho”. Esse projeto objetiva o desenvolvimento de um processo de construção e reconstrução, em uma perspectiva

democrática e de justiça social, bem como sem deixar de lado a perspectiva de uma aprendizagem vinculada às experiências e ao conhecimento científico.

3.3.2 Educação de Jovens e Adultos – EJA EAD

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto modalidade educacional, tem como propósito oportunizar a formação humana e o acesso à cultura geral àqueles que, por motivos diversos, “não tiveram acesso ou continuidade de estudos”, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio na idade apropriada, constituindo-se como “instrumento para educação e aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996). Desse modo, cumpre considerar a essa modalidade — a partir da constituição histórica do processo de formação do Estado de Mato Grosso do Sul — as especificidades e trajetórias distintas dos estudantes da EJA.

A diversidade que se estabelece nessa modalidade de ensino se fundamenta, principalmente, nas especificidades de cada sujeito e nos diferentes contextos que permeiam a heterogeneidade da sociedade contemporânea. Na pluralidade que demanda a educação de jovens, adultos e idosos, incluem-se os povos das águas, do campo e da floresta, atentando-se também para os privados de liberdade, pessoas com necessidades educacionais específicas, público da educação especial, entre outros.

Nos municípios de maior concentração das atividades econômicas associadas aos diferentes setores da economia sul-mato-grossense, observamos que os estudantes trabalhadores buscam essa modalidade de ensino como uma oportunidade de complementarem sua aprendizagem e concluírem seus estudos, muitas vezes, por exigência do próprio trabalho. Nota-se, ainda, o crescente desejo dos estudantes em darem continuidade aos estudos com vistas ao ensino superior, uma vez que entendem o valor significativo da educação no exercício de sua cidadania e na qualificação para o mundo do trabalho.

Sendo assim, consideramos a relevância de ampliar oportunidades educacionais ao público que demanda a Educação de Jovens e Adultos, sobretudo, com a flexibilização espaço-temporal de sua aprendizagem, por meio da modalidade educação a distância, na etapa do ensino fundamental e na etapa do ensino médio. Importa destacar que, no estado de Mato Grosso do Sul, iniciativas já foram e são realizadas para assegurar a oferta da Educação de Jovens e Adultos e o acesso, permanência e promoção do público que demanda essa modalidade de ensino na aprendizagem da educação escolar.



COMIDA⁶

Bebida é água
Comida é pasto
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?

A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte

A gente não quer só comida
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer

Bebida é água
Comida é pasto
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?

A gente não quer só comer
A gente quer comer e quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer pra aliviar a dor

A gente não quer só dinheiro
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro
A gente quer inteiro e não pela metade

Bebida é água
Comida é pasto
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?

A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida

⁶ FROMER, Marcelo; ANTUNES, Arnaldo; BRITTO, Sérgio. Comida. In: Titãs: Jesus não tem dentes no País das Banguelas. Warner Music Group, 1987.

A gente quer saída para qualquer parte

A gente não quer só comida
Quer comida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer

A gente não quer só comer
Quer comer e quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer pra aliviar a dor

A gente não quer só dinheiro
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro
A gente quer inteiro e não pela metade

Desejo, necessidade, vontade
Necessidade, desejo
Necessidade, vontade
Necessidade, desejo
Necessidade, vontade
Necessidade, desejo
Necessidade, vontade
Necessidade

CONCLUSÃO

No desenvolvimento desta pesquisa estabelecemos como objetivo geral analisar a evasão escolar na etapa do Ensino Médio Regular das escolas públicas estaduais localizadas no município de Campo Grande, no período de 2015 a 2020. A partir deste, elencamos três objetivos específicos: analisar as políticas públicas que estruturam e organizam o Ensino Médio no Brasil; descrever os desafios para o acesso e permanência do estudante trabalhador do Ensino Médio frente às necessidades concretas e econômicas da sociedade contemporânea e verificar o perfil dos estudantes de Campo Grande, analisando se há mobilidade dos mesmos para outras modalidades isto é, do ensino regular para a Educação de Jovens e adultos (EJA). A partir de uma investigação bibliográfica documental que compreende, na descrição e análise dos dados, as abordagens qualitativa e quantitativa, lançamo-nos, conforme o estabelecido, ao desenvolvimento das análises dos dados estatísticos publicados nos sites: INEP, MEC, SEGOV e SED, elencados para esta pesquisa.

A realização da investigação evidenciou a importância dos dados educacionais do Brasil a Campo Grande, fazendo-nos afiançar que precisamos nos aprimorar no sentido de atingir um grau de sucesso na área educacional, contudo aprendemos que não se mudam dados, e não se faz política pública com eficiência, sem pesquisas. Essa afirmação pode ser redundante, mas é importante, tendo em vista que os dados analisados foram confrontados e atualizados de acordo com o tempo atual para serem os mais fidedignos possíveis.

Entendemos com Catanante (2008) que a educação é vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica, cultural e para construir uma nação autônoma, soberana e solidária consigo e com outras nações. Por isso, a expansão do sistema educacional público e gratuito é essencial para atingir toda a população, sendo essencial a união da universidade pública, com a Secretaria de Estado da Educação e as escolas, em um tripé que possa melhorar esta engrenagem trazendo boas oportunidades para a sociedade alterando para melhor o que está posto.

De acordo com esse contexto e considerados os objetivos estabelecidos, este estudo sobre a Evasão em Campo Grande, possibilitou-nos reflexões importantes como:

- 1) As políticas públicas no Brasil no que corresponde ao Ensino Médio passaram por várias transformações, umas mais tímidas outras de grande

impacto, como passar de uma educação intermediária para a última etapa da educação básica obrigatória.

- 2) De acordo com a literatura os jovens evadem por motivos de trabalho, pois este é a mola propulsora para a manutenção da vida e também para a melhoria desta o que os leva a evasão em razão de um trabalho precário. Como não houve entrevista, este dado não pode ser confirmado nas escolas da REE;
- 3) Os alunos ficam mais tempo nas escolas e têm na evasão e reprovação o ponto de alerta, no entanto, mesmo evadidos e reprovados esses alunos têm permanecido mais na Educação Básica. A mobilidade dos alunos para a EJA esta em decréscimo o que podemos inferir que um dos motivos seja o Exame do Encceja.

O estudo, como já demonstrado, foi resultado da coleta de dados do INEP/CENSO nos anos de 2015 – 2020, entretanto, é importante ressaltar que alguns dados só puderam ser analisados até 2019, por não ser possível realizar algumas ações em razão da Pandemia da COVID 19. Como foi uma pesquisa bibliográfica, não foi possível afirmar que a evasão se dá em razão do trabalho somente, mas é um fator a ser acolhido como certo.

Diante disso, inferimos que Campo Grande, economicamente, tem possibilidades de empregos formais, em razão de ser o corredor de escoamento de grãos, carne e agora peixe. Com os alunos estudando mais, pode-se abrir uma possibilidade de melhoramento econômico para o Estado, o que será de grande valia, uma vez que a pandemia trouxe à tona questões de pobreza, de violência, de fragilidade da estrutura física e tecnológica, pois faltou internet para os professores ministrarem suas aulas no sistema remoto.

Os jovens do 3º no ano de 2020, infelizmente terminaram o seu ano letivo nesse cenário, o que trouxe uma insegurança e instabilidade sobre a participação nas provas do ENEM, tanto presencial, quanto online. Desse modo, em Campo Grande, o ensino remoto ocorreu de forma fragilizada como em todo Brasil. Estamos ainda em um período de incertezas, com prenúncios de uma terceira onda, no momento em que finalizamos esta pesquisa, isto significa que os dados da evasão, em 2021 podem voltar a subir. Por enquanto, a REE continua com o esforço de manter as aulas remotas para os alunos que não aceitaram voltar às aulas, uma vez que não há outra solução, bem como o próprio ensino presencial — nesse período de pandemia e nos parâmetros de biosegurança — também está sendo uma experiência.

É importante destacar que, na literatura estudada, encontramos pontos relevantes nas fontes que reportam a pesquisar a evasão no Ensino Médio e quando se limitam a

Mato Grosso do Sul e Campo Grande essas fontes ficam restritas a capítulos ou algumas menções em textos, em que o tema principal não é, especificamente, esse. As referências mais amplas encontramos nos Estados de Minas Gerais e São Paulo por serem estados maiores. Quando tratamos das análises das políticas públicas implementadas no combate à evasão, evidenciamos que estas ainda não são expressivas, aliás, seria necessário realizar um estudo minucioso por estado para sabermos quais ações o sistema público oferta.

Ao analisar os dados ficou evidente que Campo Grande tem não só um vilão que precisa de atenção como dois. Esses vilões evidenciam que há um índice alto na reprovação e a evasão com índice em queda aparece como um ponto positivo. O mesmo fenômeno se prensetifica ao comparmos os índices altos da aprovação em relação ao Brasil e Mato Grosso do Sul, constituindo-se estas informações como-fundamentais para a Rede Estadual. Dessa forma, sintetizamos que é preciso políticas que visem a permanência do estudante nesta etapa de ensino, no entanto, os projetos e as políticas desenvolvidos e/ou propostos indicam que Campo Grande está evoluindo.

Em relação ao perfil dos estudantes que buscam o Ensino Médio, temos uma juventude — formada, em sua maioria, por mulheres pardas — que frequentam as escolas estaduais de Campo Grande. É importante destacar a presença dos jovens das etnias indígenas, muito embora com uma ausência evidentemente maior do que a dos alunos negros, se analisarmos os números de acordo com a publicação do IBGE. Uma curiosidade é que a população indígena em nosso estado é a 2ª maior do Brasil, mas está completamente fora desse nível do ensino.

Os dados refletem que ainda estamos caminhando a passos lentos para uma educação média de destaque, por outro lado, podemos acreditar que existe um movimento que denomino levante da classe trabalhadora que é pequeno, mas é real — situação semelhante à que foi escrita por Léo Huberman que apontava a mudança do feudalismo para o capitalismo, que ocorreu de forma secular. É um levante que está posto, trazendo modificações e avançando. É possível que não estejamos aqui para ver essas transformações, mas estes pequenos números apontam uma mudança que a classe trabalhadora irá conquistar pela educação.

Podem colocar todas as barreiras por meio do setor privado, mas os jovens de Campo Grande estão caminhando pela educação como dizia Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.Referências.

É preciso fazer um adendo ao nível de ensino em enfoque nesta pesquisa que foi o Ensino Médio regular, citando que, nos próximos anos, será implantado o Novo Ensino Médio que tratará com certeza outro desenho desta etapa, que poderá trazer outros números em relação à evasão e diminuir a repetência. Isto porque a intenção é tornar a escola mais atrativa e dar ao educando a noção de pertencimento desta fase, quando poderá escolher o que quer estudar e também trabalhar. Muitas mudanças estão por vir, pois 2022 será o ano ímpar para a educação do Brasil e para o Ensino Médio, uma vez que a Lei n.13.415 deverá ser cumprida e com isso o aumento das escolas de Tempo Integral também trará novas nuances a esta etapa de ensino.

A lição que fica com a pesquisa é que a evasão é o gargalo na REE, em Campo Grande, o que nos leva a crer na necessidade de políticas públicas que assegurem ao Jovem o direito de estudar sem precisar evadir-se, sendo que para isso é preciso boa vontade, compromisso social e compromisso político com esta faixa etária, que precisa ser ouvida.

Dessa perspectiva, esperamos que esta pesquisa — que se abre para outras possibilidades e necessidades de estudos sobre essa temática — possa provocar com estes resultados outras investigações que visem aprofundar os impactos das políticas públicas. Que possa também avançar nos próximos anos, nesta etapa de ensino tão relevante para os jovens brasileiros e, conseqüentemente, para a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; DOMINCIANO, Cassia; OLIVEIRA, Samara de. Financiamento do Ensino Médio no Brasil: Estudo sobre os gastos na Região Sudeste. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v. 10, n. 2, p. 17-36, 2017.

ALANIZ, Erika Porceli. **A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011): análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e CFES nacional**. f. 370 Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALMEIDA, Laura Ribeiro de. Evasão escolar no ensino médio: um diagnóstico dos Alunos da Escola Pública noturna do Rio Grande do Sul–Brasil. **Revista Int. Invest. Ciências Sociais**, v. 7, n. 2, p. 83-118, dezembro, 2018.

ALMEIDA, Talita Costa de Oliveira; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. As causas da evasão escolar de crianças e adolescentes da educação básica e sua relação com a violação de direitos humanos. **Formação de Professores: Contextos, sentidos e práticas**, Curitiba, 2017.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande, MS: UFMS Autores Associados, 2001.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

AZEVEDO, José Clovis; REIS, Jonas Tarcísio. Democratização do ensino médio: a reestruturação curricular no Rio Grande do Sul. In: **Reestruturação do ensino médio: Pressupostos Teóricos e Desafios da Prática**. São Paulo: Fundação Santillana, 2013. p. 24-48.

BATISTA, Santos Dias; SOUZA, Alexsandra Matos; OLIVEIRA, Júlia Maria da Silva. A evasão escolar no Ensino Médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 9. 20 p, 2009.

BITTENCOURT, Evaldo de Souza. **Políticas públicas para a educação básica no Brasil, descentralização e controle social – limites e perspectivas**. 2009. 132f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BORGES, Elisabete Ferreira; ARAÚJO, José Carlos Souza. Educação profissional, dualidade estrutural e neoprodutivismo. **Educação em Questão**. Natal, v. 57, n. 52, p. 1-33, abr./jun. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de

que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do Art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do Art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 2 out. 2021.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICE/2013. 546p.

_____. **Formação de professores do ensino médio**: ensino médio e formação humana integral. Ministério da Educação. Curitiba: MEC, SEB, UFPR, 2013, 51p.

_____. **Formação de professores do ensino médio**: o jovem como sujeito do ensino médio. CARRANO, Paulo; DAYRELL, Juarez (Orgs.). Ministério da Educação: Curitiba: UFPR, 2013. 69 p.

_____. **Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n° 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

_____. **Decreto-lei n° 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário.

_____. **Lei n° 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Ministério da Educação, 2000.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. **Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1961.

_____. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

_____. **Nota Técnica 03/2013**. Cálculo das Taxas de Rendimento Escolar Censo da Educação Básica. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2013.

_____. **Lei n. 9.9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRAZ, Terezinha Pereira. **O financiamento do Ensino Médio da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul (1996-2006)**. São Paulo, 2008 Tese (Doutorado em Educação) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

BRAZ, Terezinha Pereira; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. **Relatório das atividades de pesquisa e acadêmicas de estágio pós-doutoral - 2019/2020**. Campo Grande, 2020, Tese - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CATANANTE, Bartolina Ramalho. **A política educacional em Mato Grosso do Sul (1999-2002): os mecanismos de participação**. São Carlos: UFSCar, f. 253, 2008.

CÊA, Georgia Sobreira; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo Dorneles. **Trabalho e Educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande: da FURG, 2019. 186 p.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Ensino médio ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004, 338 p.

CNTE. Análise à Emenda Constitucional n. 59/2009.

CONDE, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de políticas públicas. **Pesquisa e Debate em Educação**. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p.78-100.

COSTA, Joana. Educação dos jovens brasileiros no período de 2006-2013. **Série Subcomitê da Juventude**, Brasília, DF, 2015. Organização Internacional do Trabalho.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Profissional: grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 154. 912 p, out./dez. 2014.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, jun. 2002.

CURY, C. R. J. **O direito à educação: um campo de atuação do Gestor Educacional na Escola**. Brasília. Escola de Gestores, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar no Brasil: o público e o privado. **Scientific Electronic Library Online**, 31 out 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por um novo Plano Nacional de Educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, Set./Dez. 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil; CORDÃO, Francisco Aparecido; NEUBAUER, Rose. **20 anos de LDB: avanços e perspectivas para a próxima década**. Ed. Jatobá, 2017.

DAHER, Helio Queiroz; BENITES, Rita de Cássia Ribeiro; BATISTA, Silva Maria. **Ações Pedagógicas Remotas no Enfrentamento da Pandemia: protocolos na Rede Estadual de Mato Grosso do Sul**. In: HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine. **Imagens do Pensamento: sociedade hipercomplexa e educação remota**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 764 p.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e Ensino Médio: Sujeitos e Currículos em Diálogo**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. 339 p.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144. 18 p, 2011.

FILHO, Raimundo Barbosa Silva; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências**. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2017.

FILHO, Raimundo Barbosa Silva; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências**. **Educação por Escrito**. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527/15729> . Acesso em: 04 jan. 2021.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Pós-graduação em Educação Agrícola, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, Ivani (Org). **Metodologia da Pesquisa Educacional: 7 ed.** São Paulo: Cortez, 2001. p.69-90.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GLAVAN, Rafael Bianchini; CRUZ, Helio Alves da. **Estudo da Evasão Escolar dos Cursos Profissionalizantes em uma Unidade de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina – SENAI**. **Gestão e Tecnologia para a Competitividade: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 2013. 15p. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/31818288.pdf>

HADDAD, Fernando. **Webnário Novo Fundeb aprovado, e agora?** YouTube Todos pela Educação, 2020.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do Homem**. 22 ed. Rio de Janeiro: TCL, 2020.

JACOMINI, Maria Aparecida. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 557-572, set./dez. 2009.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, MG, n. 34. 18 p, 2018.

JUNIOR, Amarilio Ferreira; BITTAR, Marisa. Educação e Ideologia Tecnocrática na Ditadura Militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.

KRAWCZYK, Nora. Novos formatos escolares para novas demandas sociais: O Ensino Médio Integrado. **Archivos de Ciencias de la Educación**, Argentina, v. 6, n. 6, 2012.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Caderno de Pesquisa**. v. 41. n. 144. set./dez. 2011.

KRAWCZYK, Nora. Uma roda de conversa sobre os desafios do ensino médio. In. DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Orgs.). **Juventude e ensino médio sujeitos e currículos em diálogos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.75-98.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: INEP, 1991. 125 p.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**. Campinas, n.70, p.15-39, abril.

LIMA, Maria de Guadalupe Menezes. Aprendizagem versus reprovação no contexto do ensino médio brasileiro. In. **Reestruturação do ensino médio**: pressupostos teóricos e desafios da prática. São Paulo: Fundação Santillana, 2013, p. 217-218.

LOPES, Bernarda Elane Madureira. **Evasão escolar no ensino médio noturno**: mediações entre as políticas educacionais contemporâneas e as dinâmicas escolares. 2017. v. 2. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

MARQUES, Nelagley. **Quem quer ser professor?** Mobilizando saberes e construindo sentidos sobre a carreira docente no Estado de Mato Grosso do Sul. 2021. 290f. v. 1. Tese (doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MARUN, Dulcineia Januncio. **Evasão escolar no ensino médio**: um estudo sobre trajetórias escolares acidentadas. 2008. 175f. Dissertação (Mestrado) PUC-São Paulo, São Paulo, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. Programa Qualidade na Educação: Ação 4089 Prover estrutura para o fortalecimento e o desenvolvimento de ensino médio. **Diário Oficial n. 10.055**, de 20 de dezembro de 2019.

_____. **DELIBERAÇÃO CEE/MS N.º 11.055, de 26 de junho de 2017.** Dispõe sobre a oferta de cursos de ensino médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e em regime de colaboração com os sistemas de ensino de outras Unidades Federadas.

_____. **Deliberação CEE/MS nº 10.814, de 10 de março de 2016.** Estabelece normas para a educação básica no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

_____. **Lei nº 2.791, de 30 de dezembro de 2003.** Aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

_____. **Lei nº 4.6121, de 22 de dezembro de 2014.** Aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

_____. **Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2014-2024).** Campo Grande, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, metodologia e Criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MONLEVADE, João Antônio. **Ensino Médio Integral: sim, mas para todos.** Ceilândia: Edição do Autor, 2017.

MONLEVADE, João Antônio. **Para entender o FUNDEB.** Ceilândia: Idéia, 2007.

NADAI, Ivan Pezzin de. **Panorama da Evasão Escolar no Ensino Médio do Estado do Espírito Santo - o que fiz o Censo Escolar.** São Mateus, 2020 Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal do Espírito Santo.

NEUBAUER, Rose. Principais legislações educacionais dos últimos 50 anos: considerações sobre inserção, avaliação e ensino médio. In: CURY, Carlos Roberto Jamil; ACORDÃO, Francisco Aparecido; NEUBAUER, Rose. **20 anos de LDB: avanços e perspectivas para a próxima década.** Ed. Jatobá, 2017.

NÓVOA, Antonio. Educação 2021: para uma história do futuro. **Revista Iberoamericana de Educacion.** 2009. Disponível em: https://rieoei.org/historico/documentos/rie49a07_por.pdf. Acesso em: 02 jan. 2021.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ENSINO MÉDIO E GESTÃO. **Guia sobre evasão escolar: um panorama da educação brasileira.** Instituto Unibanco.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. Direito à Educação e federalismo no Brasil. **Revista Retratos da Escola,** Brasília, DF, v. 6, n. 10, p. 39-47, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 5-23, 2005.

PAKENAS, Helena; FILHO, José de Jesus. Evasão e abandono no ensino médio. **Revista Internacional de Debates da Administração Pública**, Osasco, SP, v. 2, n. 1, p. 59-74, jan/dez 2017.

PEREIRA, Beatriz Prado; LOPES, Roseli. Esquerda Por que ir à Escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do Ensino Médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 199-2016, jan./mar. 2016.

PESSANHA, Eurize Caldas; JUNIOR, Décio Gatti. **Tempo de cidade, lugar de escola, História, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”**. Uberlândia: EDUFU, 2012.

PLANURB, Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. 27. ed. rev. Campo Grande, 2020. Disponível em: < <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/wp-content/uploads/sites/18/2020/10/PERFIL-COMPLETO-PDF.pdf>> .

PRADO, Danilo Meira Leite do. **Quem é o protagonista da Escola da Autoria?** Análise de uma parceria público-privada em MS (2017-2019). Campo Grande, 2021 Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL.

QDU ACADEMIA. **Evasão Escolar**. Disponível em: [https://academia.qedu.org.br/censo-escolar/](https://academia.qedu.org.br/censo-escolar/evasao-escolar/). Acesso em: 15 jan. 2021

RAMOS, Flavia Regina Oliveira; HEINSFELD, Bruna Damiana de Sá Solon. Reforma do ensino médio de 2017 (Lei.n.13.415/2017):um estímulo à visão utilitarista do conhecimento. In: **Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas**. IV Seminário de Representações Sociais, Subjetividades e Educação. 2017. 17p.

RESENDE, Maria Liliana Amaral. **Evasão escolar no primeiro ano do ensino médio integrado do IFSULDEMINAS**. 2012. 116f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, Miriam Antônia Soares filha. **Evasão escolar na educação profissional técnica de nível médio: o curso técnico de nível médio: o curso técnico agropecuário no IFgoiano**. 2019. 85f. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 261 p.

SANTAELA, Lucia. A aprendizagem não pode parar. In: HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine. **Imagens do Pensamento: sociedade hipercomplexa e educação remota**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 764 p.

SENADO NOTÍCIAS. **Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971.**

Senado. 2017. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em: 2 out. 2021.

TEIXEIRA, Inês. Uma carta, um convite. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e Ensino Médio: Sujeitos e Currículos em Diálogo.** Belo Horizonte: UFMG, 2014. 339 p.

SANTOS, Rulian Rocha dos. Breve histórico do ensino médio no Brasil. In **Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia.** 2010. 14f.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Dayse Centurion da. **O plano de desenvolvimento da escola como estratégia de democratização da gestão escolar: limites e possibilidades.** Campo Grande, 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

SILVA, MARIA GORETE SIQUEIRA. **Dificuldades e desafios do programa de ensino médio em tempo integral em MS: percepção dos educadores.** Campo Grande, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

SILVA, Patricia Borges Coutinho da; REZENDE, Nayane Caldeira; QUARESMA, Teresa Cristina Correia; et al. Sobre o sucesso e o fracasso no Ensino Médio em 15 anos (1999-2014). **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 91, p. 445-476, abr./jun. 2016.

SOUZA, André Luiz de. O novo espírito do capitalismo caduco. **Em debate: Democracia e mundo do trabalho**, Rio Grande do Sul, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/o-novo-espírito-do-capitalismo-caduco/>.

XAVIER, Analucia R. Et al. COVID 19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus. **Artigo de Revisão: J Bras Patol Med Lab.**, v. 56, p. 1-9, 2020.

APÊNDICE A – Projeto de Intervenção

INTRODUÇÃO

Discutir a evasão escolar é essencial, no momento em que estamos passando, no entanto, nossa pesquisa ainda foi de cunho bibliográfico, em razão do período pandêmico, o que não permitiu certificar o real motivo da evasão em Campo Grande, caso o trabalho realmente seja como aponta a maioria das pesquisas.

Não foi possível compreender a evasão como também saber se os projetos de enfrentamentos seduzem os alunos que evadem do Ensino Médio Regular do período diurno.

JUSTIFICATIVA

A evasão é um evento silencioso e perigoso e com a questão da pandemia é preciso ficar mais atento a ela, pois raramente o aluno sai alardeando que vai sair da escola, contudo conversa com outro amigo e muitas vezes com o coordenador pedagógico. Essa escuta jovem é importante, tendo em vista que dá informações importantes sobre o aluno, quais os fatores que o fazem sair da escola e voltar mais tarde em idade distorcida, o que o faz migrar para o AJA ou EJA, que se constituem em políticas de enfrentamento para evitar a evasão. A escuta jovem é fundamental também para dar as informações que identifiquem a intenção da evasão, o que justifica a importância deste projeto para a Rede Estadual como também para a escola.

OBJETIVOS

- Identificar o motivo ou os motivos que levam os alunos a se evadirem da escola, em Campo Grande
- Entender qual o momento em que os alunos encontram os Projetos EJA e AJA como maneira de continuidade dos estudos.

METODOLOGIA

Os alunos evadem da escola por motivos variados, porém deixam-na de forma silenciosa. Muitas vezes, esses alunos conversam com outros, explicando em que momento da vida ele está, pois, o Jovem tem sempre sua “tribo”, seus amigos. Assim, pensando em um processo de escuta, vamos unir a tecnologia com as relações de afetividade entre os pares juntamente com os coordenadores pedagógicos.

O projeto será aplicado em duas escolas, que serão escolhidas com alguns critérios: uma escola central e uma da periferia, com números aproximados de estudantes no ensino regular diurno e que apresentem números de evasão que se aproximem nos últimos 5 anos.

Os coordenadores receberão um Quadro Informativo, constando quantos alunos têm em cada sala do ensino médio de acordo com a Coordenadoria de Informações Gerenciais – COINGE. É importante informar que os dados serão extraídos do Sistema de Gestão Escolar SGDE. Nesse quadro irão constar os nomes, contatos e endereços dos alunos.

O projeto será realizado em 4 fases, conforme segue;

1º ENCONTRO: PROTAGONISMO JUVENIL

O primeiro encontro terá dois formatos, sendo presencial, realizado no Centro de Formação/ CFOR-SED ou *online*, de acordo com os dados da Pandemia. Este será o encontro mais longo, uma vez que serão apresentados dois programas que têm por objetivo despertar a vontade do aluno de permanecer na escola.

- Bolsa da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul/FUNDECT.

- Conhecer os cursos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ UFMS

Os coordenadores irão receber um texto chamado Uma carta, um convite de Inês Teixeira. Neste primeiro encontro será lançado o desafio do Acompanhamento e as escolas irão escolher qual série que irá “seguir”.

A N E X O S

ANEXO A – Slides Novo Ensino Médio



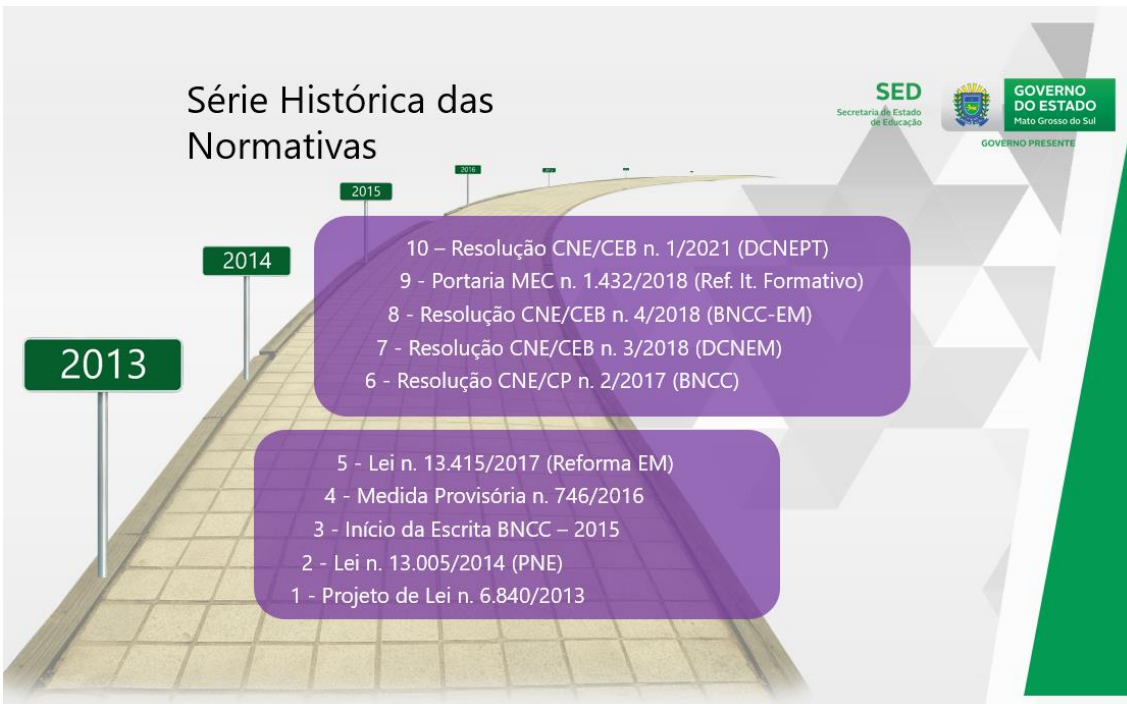
GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul
GOVERNO PRESENTE

Novo Ensino Médio da REE/MS

SED
Secretaria de Estado de Educação

Helio Queiroz Daher
Superintendente de Políticas Educacionais

Davi de Oliveira Santos
Coordenador de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional



Série Histórica das Normativas

SED
Secretaria de Estado de Educação

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul
GOVERNO PRESENTE

2015

- 10 – Resolução CNE/CEB n. 1/2021 (DCNEPT)
- 9 - Portaria MEC n. 1.432/2018 (Ref. It. Formativo)
- 8 - Resolução CNE/CEB n. 4/2018 (BNCC-EM)
- 7 - Resolução CNE/CEB n. 3/2018 (DCNEM)
- 6 - Resolução CNE/CP n. 2/2017 (BNCC)

2014

- 5 - Lei n. 13.415/2017 (Reforma EM)
- 4 - Medida Provisória n. 746/2016
- 3 - Início da Escrita BNCC – 2015
- 2 - Lei n. 13.005/2014 (PNE)
- 1 - Projeto de Lei n. 6.840/2013

2013

Distribuição da Carga Horária

Ensino Médio em Tempo Parcial (3.000 horas)

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE



Distribuição da Carga Horária

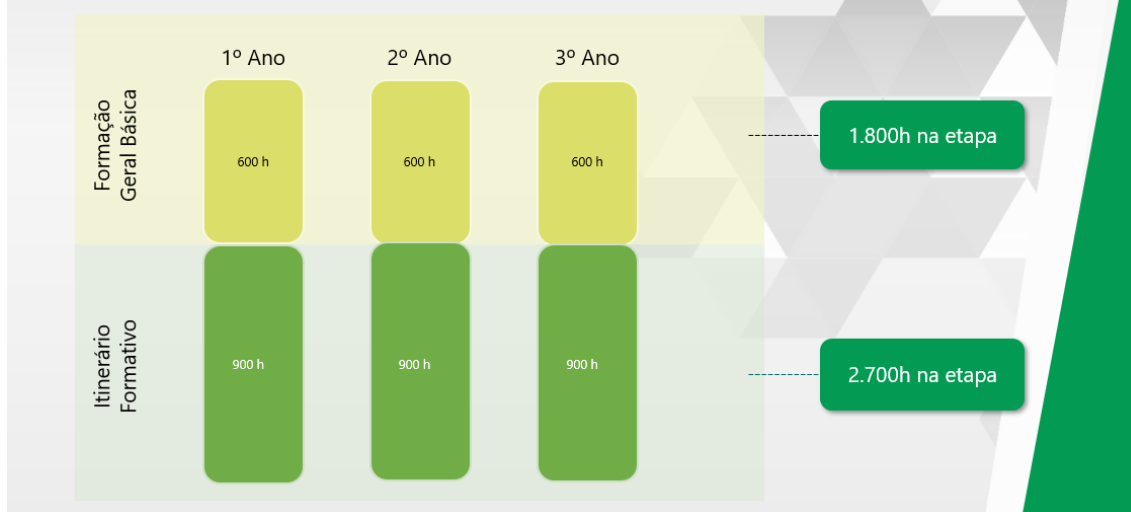
Ensino Médio em Tempo Integral (4.500 horas)

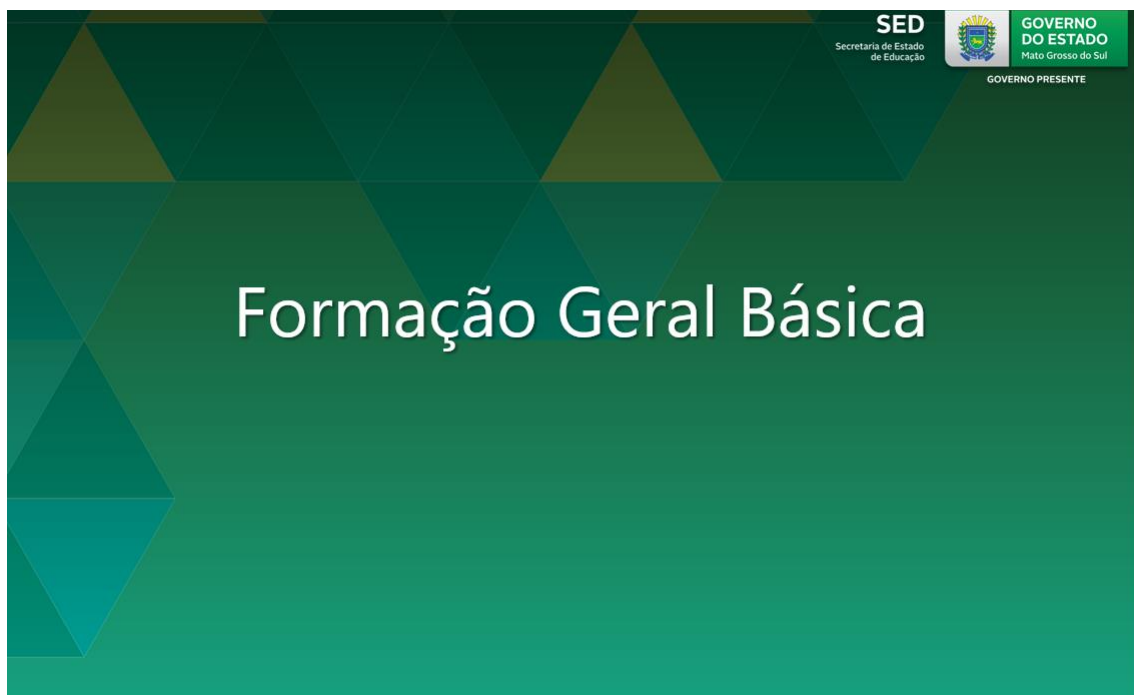
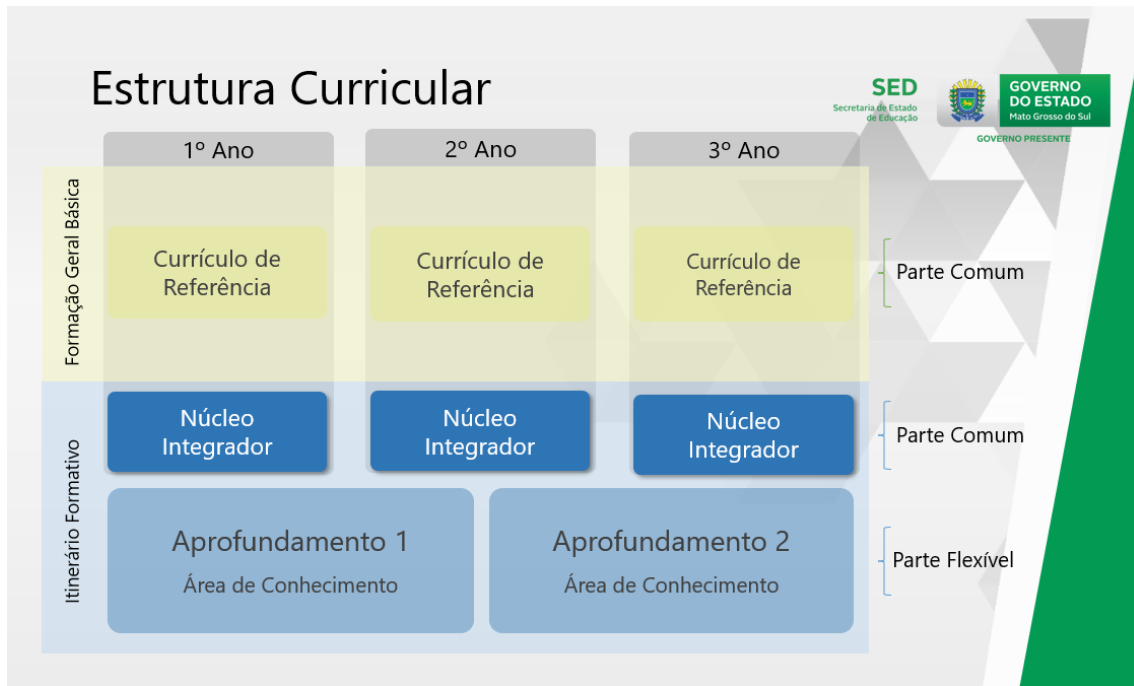
SED
Secretaria de Estado
de Educação

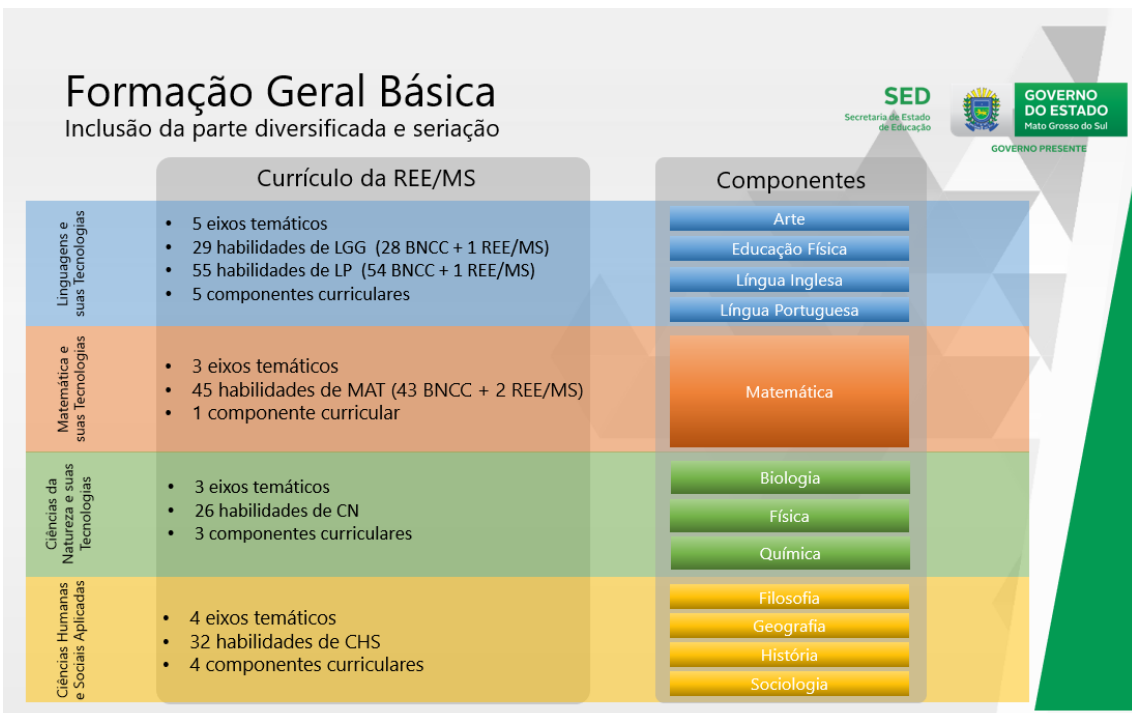
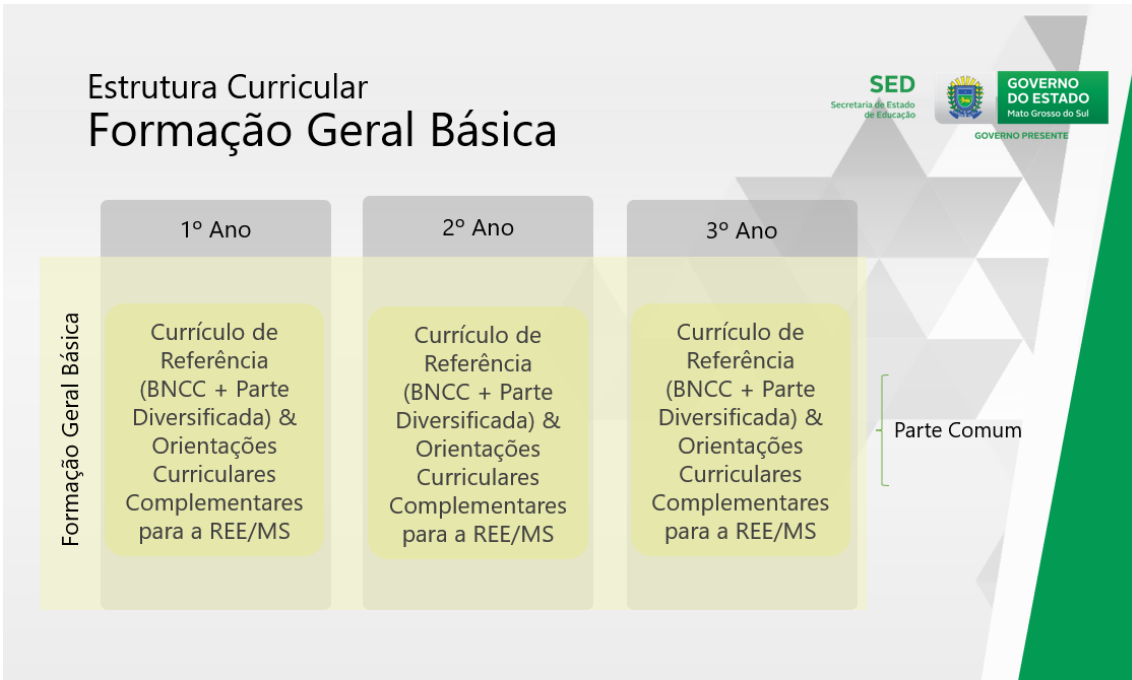


GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE







Formação Geral Básica

Organizador Curricular

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

Competência Específica da Área (BNCC)

Eixo Temático	Habilidade (BNCC + PARTE DIVERSIFICADA)	Componente Curricular 1	Objeto de Conhecimento	Sugestão Didática
		Componente Curricular 2	Objeto de Conhecimento	Sugestão Didática
		Componente Curricular 3	Objeto de Conhecimento	Sugestão Didática
		Componente Curricular 4	Objeto de Conhecimento	Sugestão Didática

Formação Geral Básica

Matriz Curricular

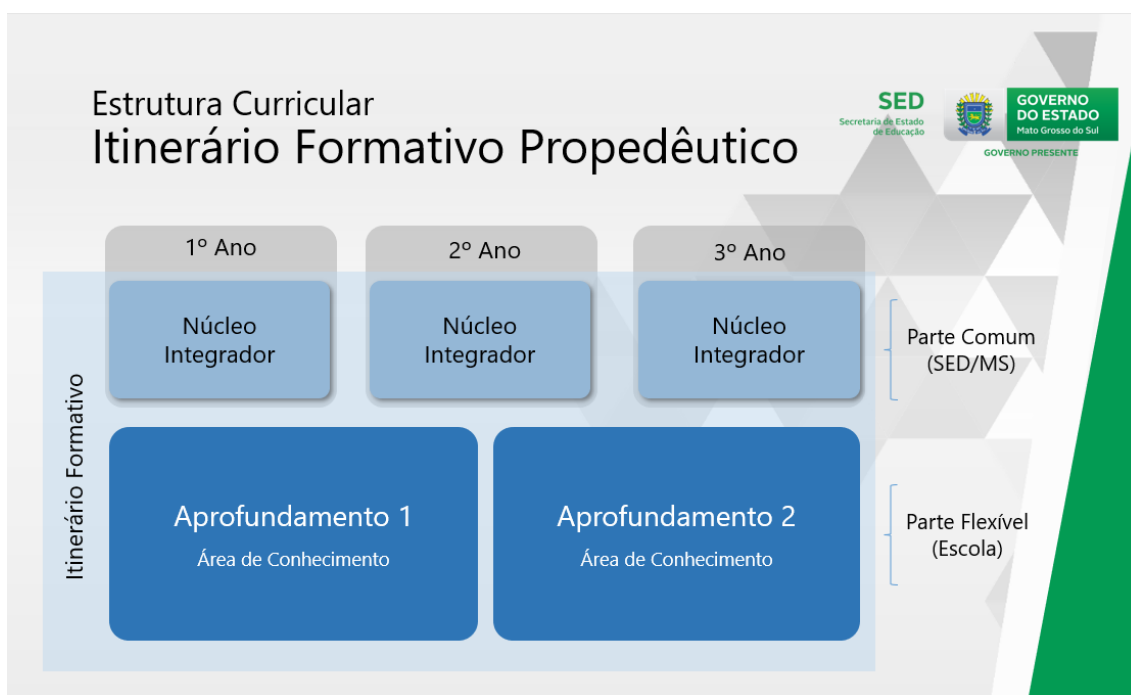
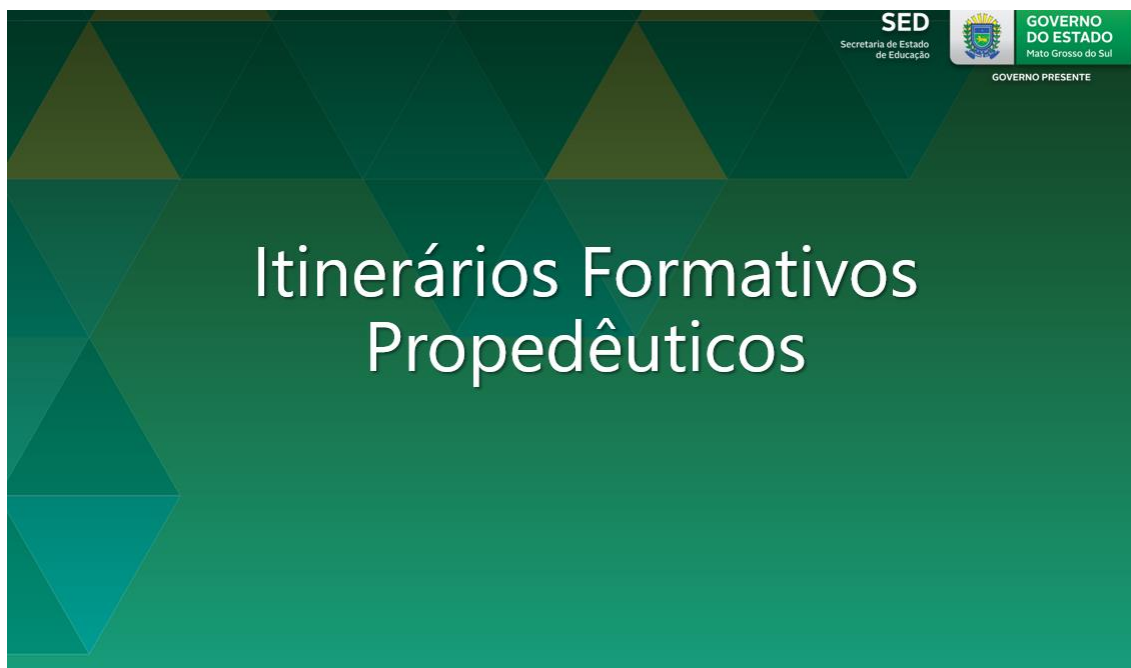
SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1º ANO	2º ANO	3º ANO
	LINGUAGENS		ARTE	1	1
EDUCAÇÃO FÍSICA			1	1	1
LÍNGUA INGLESA			1	1	1
LÍNGUA PORTUGUESA			3	3	2
MATEMÁTICA		MATEMÁTICA	3	3	2
CIÊNCIAS DA NATUREZA		BIOLOGIA	2	1	2
		FÍSICA	1	2	2
		QUÍMICA	2	2	1
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS		FILOSOFIA	1	1	1
		GEOGRAFIA	1	1	2
		HISTÓRIA	1	1	2
		SOCIOLOGIA	1	1	1
TOTALS		AULAS SEMANAIS	18	18	18
		HORAS ANUAIS	600	600	600



Itinerários Formativos Propedêuticos

Matriz Curricular – Ensino Médio em Tempo Parcial

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

		COMPONENTES CURRICULARES	1º ANO	2º ANO	3º ANO
ITINERÁRIO FORMATIVO PROPEDEÚTICO	NÚCLEO INTEGRADOR	INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA	1	1	1
		PROJETO DE VIDA	2	2	2
	APROFUNDAMENTO EM ÁREA DE CONHECIMENTO	UNIDADE CURRICULAR I	2	2	2
		UNIDADE CURRICULAR II	2	2	2
		UNIDADE CURRICULAR III	2	2	2
		UNIDADE CURRICULAR IV	2	2	2
		UNIDADE CURRICULAR ELETIVA	1	1	1
TOTALS	AULAS SEMANAIS	12	12	12	
	HORAS ANUAIS	400	400	400	

Itinerários Formativos Propedêuticos

Matriz Curricular Ensino Médio em Tempo Integral

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

		COMPONENTES CURRICULARES	1º ANO	2º ANO	3º ANO
ITINERÁRIO FORMATIVO PROPEDEÚTICO	NÚCLEO INTEGRADOR	CIÊNCIAS INTEGRADAS E NOVAS TECNOLOGIAS	2	2	2
		EMPREENDEDORISMO SOCIAL	4	4	4
		INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA	1	1	1
		LÍNGUA ESPANHOLA	2	2	2
		LINGUAGENS E INTERARTES	3	3	3
		MATEMÁTICA CRIATIVA	3	3	3
		PROJETO DE VIDA	2	2	2
	APROFUNDAMENTO EM ÁREA DE CONHECIMENTO	UNIDADE CURRICULAR I	2	2	2
		UNIDADE CURRICULAR II	2	2	2
		UNIDADE CURRICULAR III	2	2	2
		UNIDADE CURRICULAR IV	2	2	2
		UNIDADE CURRICULAR ELETIVA	2	2	2
	TOTALS	AULAS SEMANAIS	27	27	27
HORAS ANUAIS		900	900	900	

Itinerários Formativos no EMTP

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

Núcleo Integrador

- Intervenção Comunitária - 1h/a
- Projeto de Vida - 2h/a

Aprofundamento em Área

- Unidade Curricular I - 2h/a
- Unidade Curricular II - 2h/a
- Unidade Curricular III - 2h/a
- Unidade Curricular IV - 2h/a
- Unidade Curricular Eletiva - 1h/a

12h/a

$$\begin{array}{r} \text{IF} = 12\text{h/a} \\ \text{FGB} = 18\text{h/a} \\ \hline \text{EMTP} = 30\text{h/a} \end{array} +$$

Itinerários Formativos no EMTI

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

Núcleo Integrador

- Empreendedorismo Social - 4h/a
- Linguagens e Interartes - 3h/a
- Matemática Criativa - 3 h/a
- Ciências Integradas e Novas Tecnologias - 2h/a
- Língua Espanhola - 2h/a
- Projeto de Vida - 2h/a
- Intervenção Comunitária - 1h/a

Aprofundamento em Área

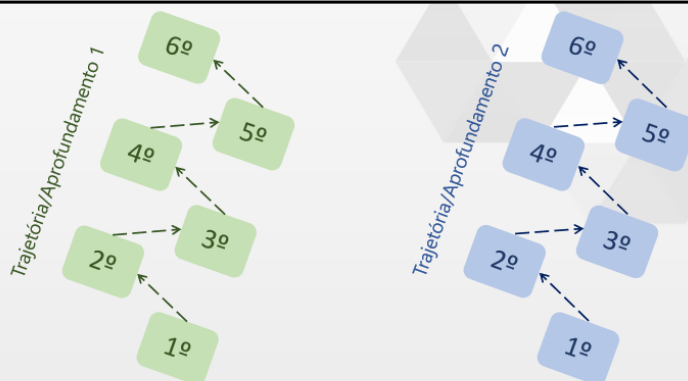
- Unidade Curricular I - 2h/a
- Unidade Curricular II - 2h/a
- Unidade Curricular III - 2h/a
- Unidade Curricular IV - 2h/a
- Unidade Curricular Eletiva - 2h/a

27h/a

$$\begin{array}{r} \text{IF} = 27\text{h/a} \\ \text{FGB} = 18\text{h/a} \\ \hline \text{EMTI} = 45\text{h/a} \end{array} +$$

Organização do Aprofundamento em Área de Conhecimento

Trajетórias organizadas em seis blocos de unidades curriculares, operacionalizados, semestralmente, ao longo da etapa do ensino médio.



Organização do Aprofundamento em Área de Conhecimento

Blocos de unidades curriculares independentes, ou seja, sem pré-requisitos entre eles.

	Aprofundamento 1		Aprofundamento 2	
2023	5º	6º	5º	6º
2022	3º	4º	3º	4º
2021	1º	2º	1º	2º

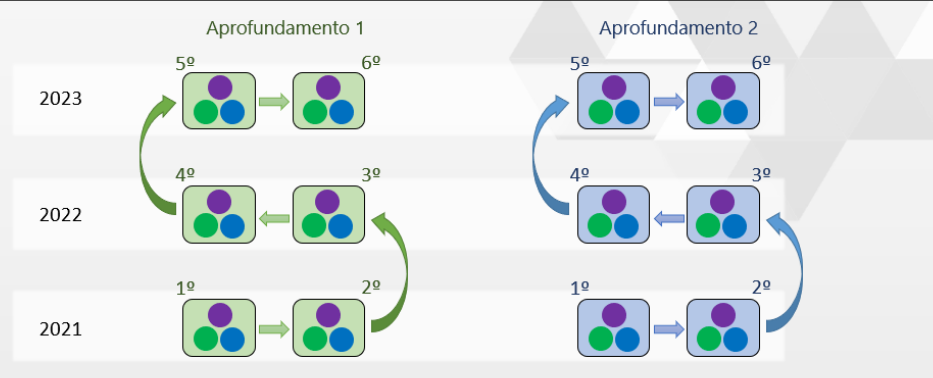
Organização do Aprofundamento em Área de Conhecimento

Turmas/Blocos constituídos mediante o interesse e o projeto de vida dos estudantes, independente do ano que estejam matriculados.



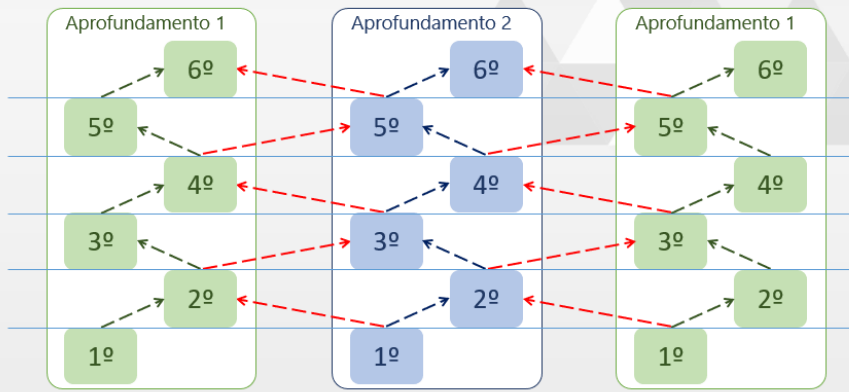
Organização do Aprofundamento em Área de Conhecimento

Semestralmente, o estudante avança ao bloco seguinte, ampliando sua trilha de aprofundamento na trajetória escolhida.



Organização do Aprofundamento em Área de Conhecimento

Possibilidade de mudança de trajetória, ao longo da etapa, desde que seja solicitada antes do início do próximo bloco.



Aprofundamento em Área de Conhecimento 2021

ITINERÁRIO FORMATIVO INTEGRADO 1 TRAJETÓRIA 1		ITINERÁRIO FORMATIVO INTEGRADO 2 TRAJETÓRIA 2	
LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
<ul style="list-style-type: none"> 11 EU SOU PÓS-MODERNO, E VOCÊ? 12 FOTOGRAFIA – UM “CLICK” NA SOLIDARIEDADE. 13 NAS ONDAS DA COMUNICAÇÃO – SCHOOL RADIO. 	<ul style="list-style-type: none"> 21 HISTÓRIA DA MATEMÁTICA: PESQUISA E (RE) CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO. 22 ELEMENTOS DE ARTE NO CONJUNTO DA MATEMÁTICA. 	<ul style="list-style-type: none"> 31 GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES. 32 QUÍMICA MEDICINAL PARA O SÉCULO XXI. 	<ul style="list-style-type: none"> 41 GUERRA DO PARAGUAI: TERRITORIALIDADE, FRONTEIRAS E RELAÇÕES DE PODER. 42 ÉTICA E EUGENIA: PROBLEMAS E LIMITES ENTRE A ÉTICA E A CIÊNCIA.
<ul style="list-style-type: none"> 14 GALERA, ESTOU NA RÁDIO! (RADIOBLOG). 15 SOU POP, SOU TOP – ANÚNCIO ITINERANTE. 16 SCHOOL NEWSPAPER: LOOK AT THE NEWS! 		<ul style="list-style-type: none"> 33 PRÁTICAS EM AGRICULTURA ORGÂNICA. 34 ASTROQUÍMICA – A QUÍMICA INTERESTELAR. 	<ul style="list-style-type: none"> 43 ERVA-MATE: IDENTIDADE CULTURAL, COSTUMES E TRADIÇÕES NO CONTEXTO DO MATO GROSSO DO SUL. 44 BRASIL DO ESPETÁCULO DAS RAÇAS AO FLERTE COM O FASCISMO.
<ul style="list-style-type: none"> 17 LÍNGUA PORTUGUESA 18 ARTE 19 LÍNGUA INGLESA 20 MATEMÁTICA 23 BIOLOGIA 24 QUÍMICA/FÍSICA 25 HISTÓRIA/GEOGRAFIA 26 FILOSOFIA/SOCIOLOGIA 			

1º SEMESTRE

2º SEMESTRE

Aprofundamento em Área de Conhecimento 2021

ITINERÁRIO FORMATIVO INTEGRADO 1 TRAJETÓRIA 1		ITINERÁRIO FORMATIVO INTEGRADO 2 TRAJETÓRIA 2	
LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
<p>101 EU SOU PÓS-MODERNO, E VOCE?</p> <p>102 FOTOGRAFIA – UM “CLICK” NA SOLIDARIEDADE.</p> <p>103 NAS ONDAS DA COMUNICAÇÃO – SCHOOL RADIO.</p>	<p>201 HISTÓRIA DA MATEMÁTICA: PESQUISA E (RE) CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.</p>	<p>301 GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES.</p> <p>302 QUÍMICA MEDICINAL PARA O SÉCULO XXI.</p>	<p>401 GUERRA DO PARAGUAI: TERRITORIALIDADE, FRONTEIRAS E RELAÇÕES DE PODER.</p> <p>402 ÉTICA E EUGENIA: PROBLEMAS E LIMITES ENTRE A ÉTICA E A CIÊNCIA.</p>
<p>104 GALERIA, ESTOU NA RÁDIO! (RADIOBLOG).</p> <p>105 SOU POP, SOU TOP – ANÚNCIO ITINERANTE.</p> <p>106 SCHOOL NEWSPAPER: LOOK AT THE NEWS!</p>	<p>202 ELEMENTOS DE ARTE NO CONJUNTO DA MATEMÁTICA.</p>	<p>303 PRÁTICAS EM AGRICULTURA ORGÂNICA.</p> <p>304 ASTROQUÍMICA – A QUÍMICA INTERESTELAR.</p>	<p>403 ERVA-MATE: IDENTIDADE CULTURAL, COSTUMES E TRADIÇÕES NO CONTEXTO DO MATO GROSSO DO SUL.</p> <p>404 BRASIL DO ESPETÁCULO DAS RAÇAS AO FLERTE COM O FASCISMO.</p>

101 LÍNGUA PORTUGUESA
102 ARTE
103 LÍNGUA INGLESA
201 MATEMÁTICA
104 BIOLÓGIA
301 QUÍMICA/FÍSICA
401 HISTÓRIA/GEOGRAFIA
402 FILOSOFIA/SOCIOLOGIA

SED
Secretaria de Estado de Educação



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul
GOVERNO PRESENTE

1º SEMESTRE

2º SEMESTRE



Estrutura das Unidades Curriculares

APRESENTAÇÃO			ORGANIZADORES CURRICULARES				
Competências	Objetivos	Informações	Eixos Estruturantes	Habilidades e Objetos de Conhecimento	Sugestões Didáticas	Fontes e Materiais de Apoio	Avaliação
		<ul style="list-style-type: none"> • Carga Horária • Eixos Estruturantes Relacionados • Perfil Docente • Recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação científica • Processos criativos • Mediação e intervenção cultural • Empreendedorismo 			<ul style="list-style-type: none"> • Fonte Principal • Material de Apoio 	
OBSERVAÇÕES							


SED
Secretaria de Estado de Educação




GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul
GOVERNO PRESENTE

UNIDADE CURRICULAR



CATALOGO DE
UNIDADES CURRICULARES



CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS

GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

APRESENTAÇÃO

A unidade curricular proposta aborda questões biológicas, éticas e sociais que envolvem a discriminação étnica e racial, aliadas à manipulação genética, à evolução e à eugenia, considerada por muitos como uma forma de aprimoramento de "raças" na espécie humana. A problemática relacionada ao racismo biológico ganhou maior expressão a partir da inserção dos conhecimentos de genética e da possibilidade de manipular genes de características desejáveis para esse suposto melhoramento. Ao longo da história, alguns povos se valeram do geneísmo para difundir a ideia de aperfeiçoamento de raça e subjugar os grupos ditos inferiores. O ponto de partida das discussões propostas na unidade curricular é o filme "Gattaca – A Experiência Genética" de 1997.



COMPETÊNCIAS

OBJETIVOS

CONTÊÚDOS


CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS

GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

APRESENTAÇÃO

A unidade curricular proposta aborda questões biológicas, éticas e sociais que envolvem a discriminação étnica e racial, aliadas à manipulação genética, à evolução e à eugenia, considerada por muitos como uma forma de aprimoramento de "raças" na espécie humana. A problemática relacionada ao racismo biológico ganhou maior expressão a partir da inserção dos conhecimentos de genética e da possibilidade de manipular genes de características desejáveis para esse suposto melhoramento. Ao longo da história, alguns povos se valeram do geneísmo para difundir a ideia de aperfeiçoamento de raça e subjugar os grupos ditos inferiores. O ponto de partida das discussões propostas na unidade curricular é o filme "Gattaca – A Experiência Genética" de 1997.



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

APRESENTAÇÃO

A unidade curricular proposta aborda questões biológicas, éticas e sociais que envolvem a discriminação étnica e racial, aliadas à manipulação genética, à evolução e à eugenia, considerada por muitos como uma forma de aprimoramento de "raças" na espécie humana. A problemática relacionada ao racismo biológico ganhou maior expressão a partir da inserção dos conhecimentos de genética e da possibilidade de manipular genes de características desejáveis para esse suposto melhoramento. Ao longo da história, alguns povos se valeram do geneísmo para difundir a ideia de aperfeiçoamento de raça e subjugar os grupos ditos inferiores. O ponto de partida das discussões propostas na unidade curricular é o filme "Gattaca – A Experiência Genética" de 1997.



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

COMPETÊNCIAS

Analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis.

Investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

OBJETIVOS

Aplicar os conhecimentos das Ciências da Natureza para reconhecer e analisar de forma crítica os processos que abordam:

- As principais técnicas de manipulação e edição genética da atualidade e suas aplicações;
- As implicações éticas das principais técnicas de edição genética e o impacto de sua utilização para o desenvolvimento das futuras sociedades;
- A manipulação genética no processo de evolução, tendo como base a teoria moderna da evolução;
- Os benefícios e contribuições da manipulação genética para a sociedade, em áreas como a engenharia genética de alimentos, biomedicina, nanotecnologia, dentre outras;
- A utilização da genética e da seleção artificial para justificar os processos de eugenia, discriminação, segregação e superioridade racial;
- A participação em debates e decisões coletivas sobre as vantagens e os limites da edição genética em aplicações de intervenção sociocultural.



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

CARGA HORÁRIA



Semestral - semanal (02 aulas)
carga horária total (40 aulas)

EIXOS ESTRUTURANTES RELACIONADOS



Investigação Científica.
Mediação e intervenção sociocultural.

COMPONENTES CURRICULARES E CONHECIMENTOS GERAIS ARTICULADOS

- Biologia (biologia molecular, genética,
- bioquímica e evolução).



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

Eixo Estruturante: Investigação Científica

HABILIDADES

Habilidades dos Itinerários Formativos Associadas às Competências Gerais da BNCC:

(MS.EMIFCGo1) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.

(MS.EMIFCGo2) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.

Habilidades Específicas dos Itinerários Formativos Associadas ao Eixo Estruturante:

(MS.EMIFCNT03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre a dinâmica dos fenômenos da natureza, e/ou de processos tecnológicos, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.

Habilidades da BNCC.

(MS.EM13CNT208) Aplicar os princípios da evolução biológica para analisar a história humana, considerando sua origem, diversificação, dispersão pelo planeta e diferentes formas de interação com a natureza, valorizando e respeitando a diversidade étnica e cultural humana.

(MS.EM13CNT302) Comunicar, para públicos variados, em diversos contextos, resultados de análises, pesquisas e/ou experimentos elaborando e/ou interpretando textos, gráficos, tabelas, símbolos, códigos, sistemas de classificação e equações, por meio de linguagens, mídias, e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) de modo a participar e/ou promover debates em torno de temas científicos e/ou tecnológicos de relevância socio cultural e ambiental



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

Eixo Estruturante: Investigação Científica

OBJETOS DE CONHECIMENTO

- Biologia molecular (DNA e RNA);
- Mapeamento Genético;
- Biotecnologia e Manipulação genética;
- Edição gênica (DNA recombinante, Endonucleases, CRISPR-CAS9);
- Riscos e benefícios da manipulação genética;
- Bioética.



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

Eixo Estruturante: Investigação Científica

SUGESTÕES DIDÁTICAS

Estudo de caso, supondo as seguintes etapas:

- Análise do filme Gattaca e de outros correlacionados (Equilibrium/ X-men - Confronto Final). É relevante registrar a descrição da representação social das personagens e o destacar os tópicos relacionados aos objetos de conhecimento, bem como assuntos que causam interesse de pesquisa pelo estudante;
- delimitação e construção de situações-problema (cenário de aprendizagem), orientação e acompanhamento de leituras exploratórias, acesso ao material de apoio, produção de fichamentos, resumos;
- roda de conversa para levantamento de temas relevantes pelos estudantes, referentes aos campos da manipulação e edição genética;
- visitas ao laboratório de Genética (INBIO/UFMS) para conhecer os principais projetos e pesquisas desenvolvidas na área de biotecnologia e edição genética;
- sistematização de um projeto de pesquisa (tema delimitado, objetivos, justificativa, metodologia, cronograma e fontes);
- fase 1 da execução da pesquisa pela estudante e acompanhamento processual pelo professor: revisão de literatura (pesquisa bibliográfica);
- fase 2 da execução da pesquisa pelo estudante e acompanhamento processual pelo professor: pesquisa de campo e experimental com embasamento estatístico-matemático;
- produção de um ensaio, seguindo as normas da ABNT;
- socialização, avaliação compartilhada (entre os estudantes e o professor) e revisão do material produzido;
- comunicação dos ensaios da turma na forma de seminário;
- produção de banner para comunicação na feira de ciências ou evento de culminância da escola e, posteriormente, disponibilizar em mídias da escola (redes sociais, jornais, blogs, dentre outros), com o fim de produzir esclarecimento e intervenção no contexto sociocultural.



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

Eixo Estruturante: Mediação e Intervenção Sociocultural

HABILIDADES

Habilidades dos Itinerários Formativos Associadas às Competências Gerais da BNCC:

(MS.EMIFCGo8) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.

Habilidades Específicas dos Itinerários Formativos Associadas ao Eixo Estruturante:

(MS.EMIFCNT07) Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais relacionadas a fenômenos físicos, químicos e/ou biológicos.

(MS.EMIFCNT08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências da Natureza para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas socioculturais e problemas ambientais.

Habilidades da BNCC.

(MS.EM13CNT305) Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade.



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

Eixo Estruturante: Mediação e Intervenção Sociocultural

OBJETOS DE CONHECIMENTO

- Teoria Moderna da Evolução;
- Evolução Humana (conceito de raça);
- Darwinismo Social;
- Seleção Natural X Seleção Artificial;
- Discriminação étnica-racial;
- Eugenia;
- Abortos Seletivos.



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

Eixo Estruturante: Mediação e Intervenção Sociocultural

SUGESTÕES DIDÁTICAS

Problematização com uso do Arco de Maguerez, partindo das seguintes etapas:

- Análise semiótica de memes, comentários e vídeos, postados em redes sociais, que alimentam o preconceito e o racismo genético. Novamente, é relevante registrar os tópicos e assuntos que causam interesse de pesquisa pelo estudante;
- Identificação de situações relacionadas à discriminação étnica ou racial, em âmbito local, no cotidiano dos estudantes e/ou levantamento por meio da aplicação de questionário de pesquisa de campo sobre as principais situações discriminatórias e/ou de desigualdade de oportunidades encontradas na comunidade ou até mesmo no ambiente escolar;
- Organização e análise dos dados da pesquisa realizada para delimitação de situação problema;
- Execução da pesquisa bibliográfica com acompanhamento processual pelo professor para enriquecimento e contextualização dos dados da pesquisa (análise de dados IPEA);
- Realização de rodas de conversa sobre os principais problemas identificados e delimitação de ação de intervenção;
- Construção de mapas conceituais para organizar as aprendizagens e conceitos relacionados ao material teórico e desenvolvimento das pesquisas;
- Proposição de intervenção relacionada à situação problema delimitada no item (c);
- Produção de material para socialização entre os estudantes e o professor (avaliação compartilhada e revisão do material produzido);
- Elaboração de material para comunicação em mídias sociais, explicitando os resultados das pesquisas e compartilhamento de experiências (vídeos, podcasts e/ou canais de youtube);
- Apresentação do material produzido em evento de culminância da escola e/ou em eventos de relevância ligados a ações sobre discriminação étnica ou racial com o fim de produzir esclarecimento e intervenção no contexto sociocultural.



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

FONTES E MATERIAL DE APOIO

FONTE PRINCIPAL

GATTACA - experiência genética. Direção: Andrew Niccol. Produção: Danny DeVito. Roteiro: Andrew Niccol. Estado Unidos: Columbia Pictures Corporation, 1997. 1 DVD (106 min).

MATERIAL DE APOIO

- BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação renovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BERGEL, Dario S. **O impacto ético das novas tecnologias de edição genética**. Revista Bioética (Impr.). 2017; 25 (3): 454-61
- CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora**: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso/Uniamérica, 2018.
- HARARI, Yuval N. **Sapiens**, uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- IAMARINO, Atila; FIGUEIREDO, Filipe. **A ciência nazista - Nerdologia**. 2019. Youtube (0:00:37). Disponível em: <<https://url.gratis/eqAoO>>. Acesso em: 08 mar. 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. IPEA - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.: <<https://url.gratis/04IQ8>>. Acesso em: 17 abr. 2020.
- LATOUR, Bruno. **"A guerra das ciências"**. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 nov. 1998. Disponível em: <<https://url.gratis/bsogx>>. Acesso em: 30 mar 2020.
- MARCOS, Alfredo. **Em uma filosofia prática da ciência: espécies biológicas e debate ético**. Revista Latinoamericana de Bioética, 2010, vol.10, n. 2, pp.108-123.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A entrada das teorias raciais no Brasil**. 2019. Youtube (0:06:11). Disponível em: <<https://url.gratis/rdz21>>. Acesso em: 08 mar. 2020.



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

AVALIAÇÃO

ENTREGA/ AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e supõe o desenvolvimento de todas as etapas desta atividade de aprendizagem, de modo a contemplar os eixos estruturantes programados ao longo da unidade curricular, assim devem ser considerados tanto os ensaios e banners utilizados para apresentação em eventos de culminância na escola, como as produções multimodais, em especial a produção de gêneros digitais.

Além da avaliação pelo professor, sugere-se que os colegas da turma também possam avaliar de forma colaborativa o material produzido pela turma.

Ao avaliar, o professor deve verificar se as produções:
Atendem ao tema delimitado;
Expressam de forma adequada as informações e a contextualização;
Apresentam justificativas e argumentos que sustentam a conclusão;
Pautam informações pertinentes e diversificadas;
Têm caráter autoral, ou seja, que não sejam cópias (plágios).



GENÉTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

OBSERVAÇÕES

A arquitetura desta Unidade Curricular envolve desafios pedagógicos específicos, perante os quais estudantes e professor precisam ter em conta, a princípio, os seguintes aspectos:

- Esta unidade trata de questões filosófico-científicas complexas sob a perspectiva de uma abordagem multidisciplinar (biologia, direito, filosofia, entre outras), na medida em que tematiza problemas, controvérsias e soluções postos nos campos da bioética e biotecnologias. Em tese, essa abordagem induz uma experiência de aprendizagem multifocal, que implica o efetivo comprometimento por parte dos estudantes e professor nas atividades de estudos, pesquisa e produção autoral, sob pena de margear apenas divulgações panfletárias da ciência;
- Em virtude da complexidade dos temas abordados, recomenda-se que, consensualmente, professor e estudantes façam adequações e/ou delimitação dos objetivos da unidade e objetos de conhecimento que julgarem pertinentes. Isso pode potencializar, estrategicamente, níveis de aprofundamento da educação científica e o protagonismo dos estudantes no processo de construção do conhecimento. Supondo isso, por exemplo, é possível selecionar e sistematizar diferentes focos de abordagem a serem trabalhados à volta dessa unidade;
- As sugestões didáticas apresentadas, estudo de caso e problematização (Arco de Maguerez) procuram enlaçar, no conjunto das atividades de construção do conhecimento, os objetos de conhecimento, as técnicas de metodologia científica e as estratégias didáticas. Nesse sentido, é importante destacar, que embora os eixos estruturantes estejam delimitados em diferentes organizadores, pressupõe-se o desenvolvimento de modo integrados das ações propostas, para dar sentido ao desenvolvimento das habilidades, sem privilegiar um determinado eixo em detrimento de outro;
- Os textos e materiais de apoio indicados, bem como as produções para avaliação, ao longo do desenvolvimento da Unidade Curricular, oferecem diferentes possibilidades (textos, livros, vídeos, podcasts), visando proporcionar acessibilidade para atender estudantes com necessidades especiais. Nesse sentido, optou-se pela exibição de vídeos do Youtube que possibilitam acessibilidade, como o usos de legendas e a adequação da velocidade da reprodução;
- O item 19 dessa unidade menciona, a título de exemplificação, uma hipotética "parceria" - no caso, desejável - com o Laboratório de Genética da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Esse exemplo hipotético reforça a orientação no sentido de que a escola efetive parcerias institucionais respeitando as orientações do órgão central, bem como vínculos acadêmicos para auxiliá-la em sua tarefa formativa. Em uma sociedade interconectada, as parcerias da escola com a sociedade civil e a participação em redes de pesquisa e inovação científico-culturais, programadas no contexto da educação, podem contribuir para inserir os estudantes no âmbito da comunidade científica e, a partir disso, subsidiá-los intelectualmente para uma prática de intervenção sociocultural.



Organização Semanal de Aulas

Sugestão 1

Matriz Curricular (30 h/a Semanais)

Aulas	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
1ª	FGB	FGB	FGB	FGB	FGB
2ª	FGB	FGB	FGB	FGB	FGB
3ª	FGB	FGB	FGB	FGB	FGB
4ª	FGB	IF-IC	FGB	IF-EL	FGB
5ª	IF-APROF	IF-APROF	IF-PV	IF-APROF	IF-APROF
6ª	IF-APROF	IF-APROF	IF-PV	IF-APROF	IF-APROF

IF-PV: Projeto de Vida

IF-EL: Unidade Curricular Eletiva

IF-IC: Intervenção Comunitária

Organização Semanal de Aulas

Sugestão 2

Matriz Curricular (30 h/a Semanais)

Aulas	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
1ª	FGB	FGB	FGB	IF-PV	IF-APROF
2ª	FGB	FGB	FGB	IF-PV	IF-APROF
3ª	FGB	FGB	FGB	IF-IC	IF-APROF
4ª	FGB	FGB	FGB	IF-EL	IF-APROF
5ª	FGB	FGB	FGB	IF-APROF	IF-APROF
6ª	FGB	FGB	FGB	IF-APROF	IF-APROF

IF-PV: Projeto de Vida

IF-EL: Unidade Curricular Eletiva

IF-IC: Intervenção Comunitária

Cenário 1- Escola com 3 turmas de ensino médio, ofertando aprofundamento nas 4 áreas do conhecimento

A	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
1ª	FGB	FGB	FGB	FGB	FGB
2ª	FGB	FGB	FGB	FGB	FGB
3ª	FGB	FGB	FGB	FGB	FGB
4ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - EL	IF - IC	FGB
5ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - APROF	IF - PV	FGB
6ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - APROF	IF - PV	FGB

A	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
1ª	FGB	FGB	FGB	FGB	FGB
2ª	FGB	FGB	FGB	FGB	FGB
3ª	FGB	FGB	FGB	FGB	FGB
4ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - EL	IF - IC	FGB
5ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - APROF	IF - PV	FGB
6ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - APROF	IF - PV	FGB

A	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
1ª	FGB	FGB	FGB	FGB	FGB
2ª	FGB	FGB	FGB	FGB	FGB
3ª	FGB	FGB	FGB	FGB	FGB
4ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - EL	IF - IC	FGB
5ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - APROF	IF - PV	FGB
6ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - APROF	IF - PV	FGB

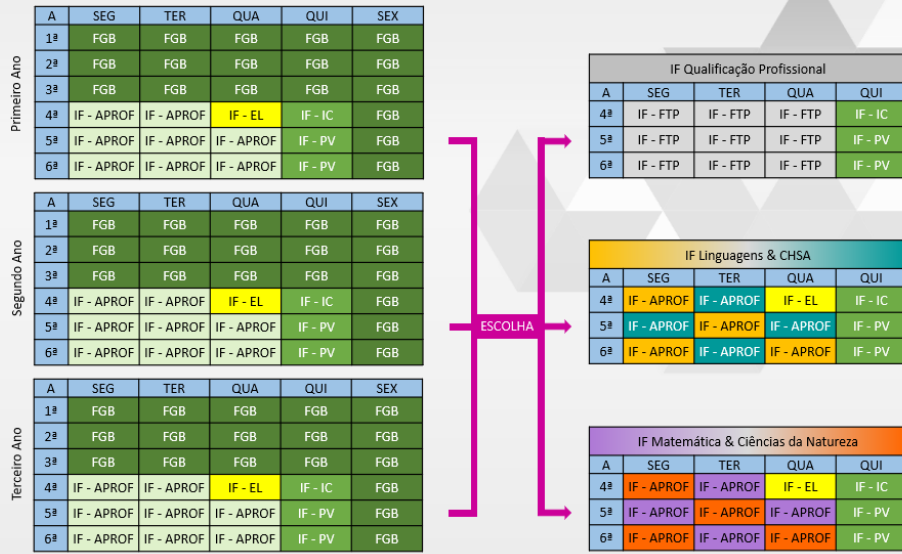
ESCOLHA

IF Linguagens					
A	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
4ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - EL	IF - IC	FGB
5ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - APROF	IF - PV	FGB
6ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - APROF	IF - PV	FGB

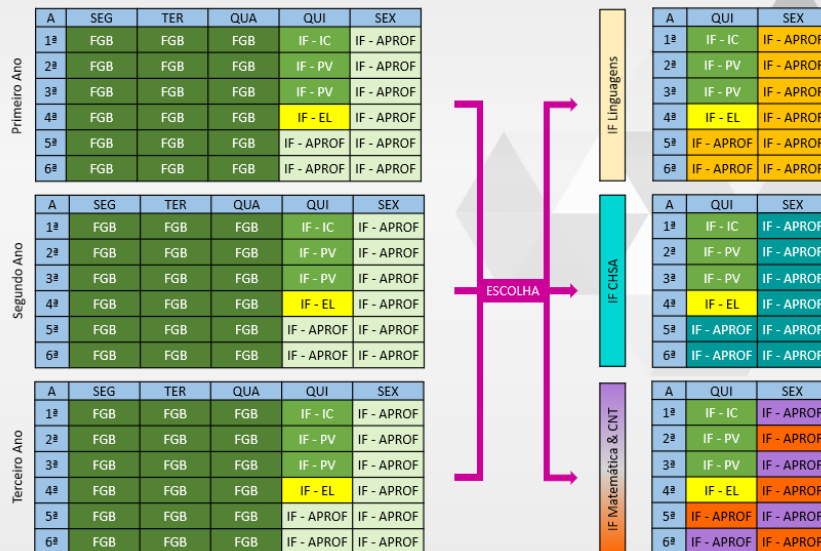
IF Ciências Humanas e Sociais Aplicadas					
A	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
4ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - EL	IF - IC	FGB
5ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - APROF	IF - PV	FGB
6ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - APROF	IF - PV	FGB

IF Matemática & Ciências da Natureza					
A	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
4ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - EL	IF - IC	FGB
5ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - APROF	IF - PV	FGB
6ª	IF - APROF	IF - APROF	IF - APROF	IF - PV	FGB

Cenário 2 - Escola com 3 turmas de ensino médio, ofertando aprofundamento nas 4 áreas do conhecimento e EPT



Cenário 1 - Escola com 3 turmas de ensino médio, ofertando aprofundamento nas 4 áreas do conhecimento



Cenário 2 - Escola com 3 turmas de ensino médio, ofertando aprofundamento nas 4 áreas do conhecimento e EPT

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

Primeiro Ano		A	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
1ª		FGB	FGB	FGB	IF - IC	IF - APROF	
2ª		FGB	FGB	FGB	IF - PV	IF - APROF	
3ª		FGB	FGB	FGB	IF - PV	IF - APROF	
4ª		FGB	FGB	FGB	IF - EL	IF - APROF	
5ª		FGB	FGB	FGB	IF - APROF	IF - APROF	
6ª		FGB	FGB	FGB	IF - APROF	IF - APROF	

Segundo Ano		A	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
1ª		FGB	FGB	FGB	IF - IC	IF - APROF	
2ª		FGB	FGB	FGB	IF - PV	IF - APROF	
3ª		FGB	FGB	FGB	IF - PV	IF - APROF	
4ª		FGB	FGB	FGB	IF - EL	IF - APROF	
5ª		FGB	FGB	FGB	IF - APROF	IF - APROF	
6ª		FGB	FGB	FGB	IF - APROF	IF - APROF	

Terceiro Ano		A	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
1ª		FGB	FGB	FGB	IF - IC	IF - APROF	
2ª		FGB	FGB	FGB	IF - PV	IF - APROF	
3ª		FGB	FGB	FGB	IF - PV	IF - APROF	
4ª		FGB	FGB	FGB	IF - EL	IF - APROF	
5ª		FGB	FGB	FGB	IF - APROF	IF - APROF	
6ª		FGB	FGB	FGB	IF - APROF	IF - APROF	

IF Qualificação Profissional		A	QUI	SEX
1ª		IF - IC	IF - FTP	
2ª		IF - PV	IF - FTP	
3ª		IF - PV	IF - FTP	
4ª		IF - FTP	IF - FTP	
5ª		IF - FTP	IF - FTP	
6ª		IF - FTP	IF - FTP	

IF Linguagens & CHSA		A	QUI	SEX
1ª		IF - IC	IF - APROF	
2ª		IF - PV	IF - APROF	
3ª		IF - PV	IF - APROF	
4ª		IF - EL	IF - APROF	
5ª		IF - APROF	IF - APROF	
6ª		IF - APROF	IF - APROF	

IF Matemática & CNT		A	QUI	SEX
1ª		IF - IC	IF - APROF	
2ª		IF - PV	IF - APROF	
3ª		IF - PV	IF - APROF	
4ª		IF - EL	IF - APROF	
5ª		IF - APROF	IF - APROF	
6ª		IF - APROF	IF - APROF	

ESCOLHA

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

Escolha dos Itinerários Formativos pelos Estudantes

Divulgação dos Itinerários Formativos

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

ESTUDANTE DA REDE ESTADUAL DE ENSINO:

já escolheu seu

ITINERÁRIO FORMATIVO?

Você, estudante da Rede Estadual, que vai cursar o Novo Ensino Médio em 2021, pode escolher entre **dois Itinerários Integrados**. Assim, a Secretaria de Estado de Educação produziu um vídeo para que você possa conhecer as Unidades Curriculares de cada um deles e escolher aquele que se encaixa mais no **seu Projeto de Vida**.

ACESSE:
[YOUTU.BE/69XHG9DXBFo](https://youtu.be/69XHG9DXBFo)

SED
Secretaria de Estado
de Educação

GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Escolha dos Itinerários Formativos pelos Estudantes

SED
Secretaria de Estado
de Educação



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

A escola apresenta os Itinerários Formativos aos estudantes

O estudante realiza a escolha do itinerário de sua preferência

A escola realiza o processo de ensalamento dos estudantes com base no número de vagas e na escolha dos estudantes

A escola divulga o resultado

SED
Secretaria de Estado
de Educação

GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE

Vídeo de
Apresentação
dos Itinerários
Formativos



<https://abrir.link/7im6m>

ANEXO B

<http://www.sed.ms.gov.br/institucional/ramais-da-sed/>

<http://www.matriculadigital.ms.gov.br/MatriculaDigital/Home>